FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E EXATAS E DA TERRA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE-PGDRA

ROZANIA VIANA MIRANDA

IMPEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

PORTOVELH-RO
2021

ROZANIA VIANA MIRANDA

IMPEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de Concentração Politicas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, para obtenção de Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Artur de Souza Moret

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

PORTO VELHO- RO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

M672i Miranda, Rozania.

Impedimentos para implantação da coleta seletiva no Município de Porto Velho/RO / Rozania Miranda. -- Porto Velho, RO, 2022.

144 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Artur de Souza Moret

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Resíduos Sólidos . 2.Coleta seletiva. 3.Papel dos Gestores. 4.Educação Ambiental. I. Moret, Artur de Souza. II. Título.

CDU 574(811-1)

Bibliotecário(a) Cristiane Marina T. Girard CRB 11/897

ROZANIA VIANA MIRANDA

IMPEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Comissão Examinadora

Documento assinado eletronicamente por **ARTUR DE SOUZA MORET**, **Presidente**, em 29/12/2021, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JEFERSON CARDOSO DA SILVA**, **Examinador Externo**, em 29/12/2021, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL CHRISTOFOLETTI**, **Examinador Externo**, em 30/12/2021, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ROZANIA VIANA MIRANDA**, **Discente**, em 29/12/2021, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Porto Velho, 29 de dezembro de 2021.

Resultado: Aprovada.

Expresso aqui, como dedicação, minha gratidão ao Eterno Deus, por possibilitar esse sonho no meu coração e fazer as conexões divinas para torná-lo realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao eterno Deus, autor e consumador da vida, por conceder-me saúde e força para superar as dificuldades e, através da imensidão do seu grande amor e graça, proporcionar-me entrar no programa de mestrado, para adquirir conhecimentos e desenvolver novas habilidades.

Agradeço aos meus filhos que acompanharam meus esforços e sempre me incentivaram; é por eles que hoje sou uma pessoa feliz em estar realizando sonhos.

Agradeço aos amigos pela compreensão, paciência, palavras de incentivos e motivação nos momentos mais difíceis; a vocês todo meu respeito e gratidão.

Aos Professores (as) e Doutores (as) do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, pela oportunidade de compartilhamento de seus saberes, por terem me acolhido e me direcionado aos caminhos para realização deste estudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Artur de Souza Moret, pela compreensão e orientação na conclusão deste estudo e por me ajudar a crescer como pesquisadora.

Aos colegas do Mestrado, muito obrigada por compartilhar conhecimentos e experiências.

Agradeço aqueles que participaram como colaboradores da pesquisa, concedendo entrevistas. Às esferas Municipal SEMA, SEMUSB, Promotoria do Meio Ambiente, Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis-CATANORTE, e Associação Fórum Lixo e Cidadania por terem contribuído com a pesquisa com total apoio e acolhimento, oportunizando o desenvolvimento da minha dissertação; a essas pessoas e instituições devo os acertos deste trabalho; naturalmente, os erros e omissões, casos persistentes, são de minha inteira responsabilidade.

A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância.

Mahatma Gandhi

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Presença de catadores na área do lixão sem uso de EPIs.....34
Figura 2 – Separação e recolhimento dos materiais recicláveis.....35
Figura 3 – Imagem de satélite do Lixão de Porto Velho/RO.....37
Figura 4 – Imagem de drone do Lixão de Porto Velho/RO, as margens da floresta.....37
Figura 5 – Vista do funcionamento do lixão de Porto Velho/RO.....38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Panorama do índice de coleta e cobertura dos RSs 22
Quadro 2 - Classificação dos Resíduos Sólidos 27
Quadro 3 - Modelos de Coleta Seletiva realizada por catadores no Brasil 29
Quadro 4 - Aspectos positivos e negativos da modalidade em Coleta Seletiva 31
Quadro 5 - Aspectos epidemiológicos relacionados aos RSs 33
Quadro 6 - Detalhamentos das responsabilidades das instituições e cargos dos entrevistados 43
Quadro 7 - Eixos de análise da pesquisa 46
Quadro 8 - Detalhamento da coleta de dados Institucionais: 47
Quadro 9 - Questionário aplicado para gestores da SEMA 47
Quadro 10-Questionário aplicado para o entrevistado do Ministério Publico-MP. 59
Quadro 11- Questionário aplicado para o entrevistado da SEMUSB 62
Quadro 12 -Questionário aplicado para o entrevistado do Fórum Lixo e Cidadania 67
Quadro 13 -Questionário aplicado para o entrevistado da CATANORTE 72

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
CPA	Centro Politico-Administrativo
CS	Coleta Seletiva
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CAOMA	Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DGPA	Departamento de Gestão de Políticas Públicas Ambientais
DFIS	Departamento de Fiscalização e Monitoramento
DMQA	Divisão de Monitoramento da Qualidade Ambiental
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MPE	Ministério Público Estadual
MPT	Ministério Público do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PRADE	Plano de Recuperação de Área Degradável
PPP	Participação Pública Privada
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNEA	Politica Nacional de Educação Ambiental
PEVs	Pontos de Entrega Voluntária
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SENDESTUR	Subsecretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho.
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
STF	Supremo Tribunal Federal
SEMUSB	Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos
SEMPOG	Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão

MIRANDA, R.V. **IMPEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, 2021.** Dissertação [Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente] – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho/RO, 2021.

RESUMO

A destinação adequada dos resíduos sólidos, conforme os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, contribuem para a redução da geração de resíduos, evitam impactos ao meio ambiente, prolongam o tempo de uso do aterro sanitário, além disso, gera emprego aos catadores. Entretanto, há impedimentos de ordem institucional, política, econômica e social para implementação desse intento. O objetivo deste trabalho foi investigar os motivos da não implantação da coleta seletiva em Porto Velho - RO, visto que a Lei 12.305, que trata da Politica Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS foi instituída em 2010. A pesquisa teve abordagem qualitativa, com observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas. A Análise de Discurso foi a ferramenta utilizada para a transformação do conteúdo da entrevista em conteúdo científico, que permitiu compreender um pouco da relação dos diferentes autores com a temática da coleta seletiva. Nas análises, foi possível observar que a 'gestão pública', responsável pelo gerenciamento e destinação final dos resíduos sólidos, ainda não atende aos preceitos da legislação 12.305 (BRASIL, 2010). Passados onze (11) anos, desde a entrada em vigor da referida lei, poucas mudanças podem ser observadas, tanto na perspectiva de construir um aterro sanitário, como na implantação da coleta seletiva. Os atores envolvidos na pesquisa foram: Ministério Público Estadual (MPE), Secretarias Municipal de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB), Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (CATANORTE), Fórum Lixo Cidadania. Os dados analisados indicam que há problemas financeiros, entretanto, um dos entrevistados indicou que existe fonte de financiamento disponível para a implementação. Por outro lado, para complementar a questão financeira existe as questões de ordem institucional, ou seja, de articulação entre os atores públicos responsáveis, bem como a falta de Política de Estado, no que tange as ações a serem encaminhadas por diferentes atores; essa última questão é importante, porque os atores não são fomentados a seguirem os direcionamentos desenvolvidos pelo antecessor, mas sim inventar outro caminho a ser seguido, individualmente. Os resultados já indicam que os impedimentos institucionais, político, econômico e social são tratados de maneiras isoladas e, por isso, são de difíceis soluções. Entende-se que, para haver uma efetiva implementação, é necessário a implantação de uma política que articule tanto internamente quanto externamente cada impedimento.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Coleta seletiva; Papel dos Gestores; Educação Ambiental.

MIRANDA, R.V. IMPEDIMENTS FOR THE IMPLEMENTATION OF SELECTIVE COLLECTION IN THE CITY OF PORTO VELHO/ RO, 2021. Dissertation [Master in Regional Development and Environment] - Federal University of Rondônia Foundation UNIR, Porto Velho / RO, 2021.

ABSTRACT

The proper disposal of solid waste in accordance with the precepts of the National Solid Waste Policy contributes to reducing the generation of waste, avoiding impacts on the environment, extending the time of use of the sanitary landfill, in addition to creating employment for collectors. However, there are institutional, political, economic and social impediments to its implementation. The objective of this work was to investigate the reasons for the non-implementation of selective collection in Porto Velho - RO, since Law 12,305, which deals with the National Policy on Solid Waste - PNRS, was instituted in 2010. The research had a qualitative approach, with direct observation and conducting semi-structured interviews. Discourse Analysis was the tool used to transform the interview content into scientific content, which allowed us to understand a little of the relationship of these different authors with the theme of selective collection. In these analyses, it was possible to observe that the "public management" responsible for the management and final destination of solid waste still does not meet the precepts of legislation 12,305 (BRASIL, 2010). Eleven years have gone by since the aforementioned law has been inforced, and few changes can be observed, both in the perspective of building a sanitary landfill, as in the implementation of selective collection. The parts involved in the research were: State Public Ministry (MPE), Municipal Secretariat for the Environment (SEMA), Municipal Secretariat for Basic Services (SEMUSB), Rondoniase Cooperative of Recyclable Material Collectors (CATANORTE), Foro Lixo Cidadania.The analyzed data indicate that there are financial problems, however, one of the interviewees indicated that there is a source of financing available for the implementation. On the other hand, to complement the financial issue, there are institutional issues, that is, the articulation between the responsible public parts, as well as the lack of State Policy regarding the actions to be taken by different parts; this last question is important, because the parrs are not encouraged to follow the directions developed by the predecessor, but rather to invent another path to be followed individually. The results already indicate that institutional, political, economic and social impediments are treated in isolated ways and, therefore, are difficult to solve. It is understood that, in order to have an effective implementation, it is necessary to implement a policy that articulates both internally and externally each impediment.

Keywords: Solid waste; Selective collect; Role of Managers; Environmental education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.. 144
2 REFERENCIAL TEÓRICO 20
2.1 ANÁLISE DA GESTÃO DO RESÍDUO SÓLIDO NO BRASIL 20
2.1.1 Breve relato da atuação do trabalho dos catadores no Brasil 24
2.1.2 Resíduos Sólidos - RSs..... 25
2.1.3 Coleta Seletiva 27
3 ANÁLISES DA GESTÃO DO RESÍDUO SÓLIDO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO..... 33
3.1 Papel dos Gestores Públicos 38
3.2 Educação Ambiental.....40
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA..... 47
4.1 Caracterização da pesquisa 42
4.2 Lócus de estudo: instituições e cargos..... 43
4.3 Instrumento de Coleta de dados Institucionais 44
4.4 Análise dos dados 44
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS 47
5.1 Análises de discurso dos entrevistados da SEMA 47
5.2 Análises de discurso dos entrevistados do MP 59
5.3 Análises de discurso dos entrevistados da SEMUSB 62
5.4 Análises de discurso do entrevistado Fórum Lixo e Cidadania 67
5.5 Análises de discurso do entrevistado: Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadores de de materiais reciclaveis – CATANORTE – Porto Velho/RO 71
6 CONCLUSÃO 76
6.1 Considerações Finais..... 78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS..... 80
APÊNDICES..... 90
ANEXOS 130

1 INTRODUÇÃO

A coleta seletiva (CS) no Município de Porto Velho é inexistente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) LEI 12.305, (BRASIL.2010) previu o fim dos vazadouros sem controle a céu aberto até 2014, e todos os municípios deveriam ter construídos aterros sanitários ou consórcios para resolver o referido problema. No entanto, algumas cidades brasileiras seguiram caminhos inversos, como por exemplo, Porto Velho/RO, que, mesmo sendo uma capital, tem hoje um dos piores lixões a céu aberto do Brasil.

A CS deve ser vista pela gestão pública como uma prioridade social, que consista no processo de separação e recolhimento dos resíduos descartados, de forma que a sociedade seja orientada para que saiba como os materiais podem ser reciclados e separados do lixo orgânico (biodegradável), este último será descartado em aterros sanitários.

Todos os materiais descartados (resíduos sólidos - RSs), produzidos no Município de Porto Velho, são encaminhados para o lixão a céu aberto, localizado na BR 364 no bairro Vila Princesa; o lixão está em funcionamento aproximadamente há 21 anos. Diariamente, todo tipo de resíduo, coletado na cidade, é encaminhado sem destinação adequada, visto que a coleta seletiva ainda é ineficiente por não atender a sua cobertura.

A PNRS (BRASIL, 2010) impõe responsabilidades às pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente, responsáveis pela geração de resíduos sólidos, e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento destes resíduos.

O Brasil[1] é o quarto país no mundo que mais produz lixo. São 11.355.220 toneladas e apenas 1,28% de reciclagem. Em (1º lugar), está os Estados Unidos, China (2º lugar) e Índia (3º lugar). É preocupante esse cenário, considerando que nem todas as cidades brasileiras possuem aterros sanitários com coleta seletiva.

A região nordeste[2] do Brasil é o local com mais lixões ativos, no total são 844 toneladas com a menor cobertura de coleta de resíduo no país. Na região norte, Rondônia se destaca com o pior cenário; 92,6 % dos resíduos coletados vão para o destino incorreto. No Acre, esse número é de 26,8%.

No Brasil, a maior fonte geradora de RSs são os domicílios. Dessa forma, uma saída viável para solucionar esse problema seria através de Políticas Públicas, voltadas para a conscientização da população, acerca da importância da correta destinação dos resíduos

---

[1] Agencia Brasil. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br> Acesso 29 de outubro de 2021.

[2] Folha de São Paulo. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2020/09/mais-de-3-mil-cidades-brasileiras-mantem-lixoes-a-ceu-aberto.shtml> Acesso 29 de outubro de 2021.

domésticos, pois em cidade onde não existe aterro sanitário os materiais são encaminhados para os lixões a céu aberto, poluindo o ar, a água e o solo (BRASIL, 2010).

A Lei de nº 6.938 que instituiu a Politica Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), estabelece alguns critérios para minimizar essa problemática:

> Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:
> I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
> II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
> Ill - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
> IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
> V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
> VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
> VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
> VIII - recuperação de áreas degradadas;
> IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
> X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

No dia 31 de julho de 2018, a PNRS determinou mais um novo prazo de 3 (três) anos, ou seja, esse prazo seria até 2021 para que as cidades brasileiras substituíssem os lixões por aterros sanitários. Até a presente data desta pesquisa, a gestão pública de Porto Velho, responsável pela logística da construção do aterro sanitário, só apresentou projetos para construção de um aterro provisório, sem data definida para sua conclusão.

É importante destacar que os lixões são considerados locais altamente perigosos, devido aos índices de problemas ao meio ambiente e a própria saúde do ser humano. Esses locais estão sendo sobrecarregados, pois a produção de lixo é maior do que sua capacidade de absorção/deposição (GOMES e CARVALHO, 2005).

Tendo em vista os fatos acima explicitados, percebe-se que há uma urgente necessidade de reformulação das políticas públicas, que tenham como objetivos o comprometimento social, centrada em tratar dos problemas ambientais como prioridade para atender as especificidades da legislação, em relação ao plano de controle ambiental.

Diante das problemáticas até aqui apresentadas, referentes à ausência da coleta seletiva e aterro sanitário, apresenta-se o interesse da pesquisadora em investigar tal temática. A motivação surgiu no decorrer do exercício da profissão de enfermagem, no ano de 1997 até 2004, exercendo atendimento no Hospital Geral de Roraima, no setor de Grande Trauma (Unidade de Terapia Intensiva - UTI, e Centro Cirúrgico). Esses setores do hospital geram

vários tipos de resíduos contaminantes. O trabalho em unidade hospitalar chamou a atenção da pesquisadora, em especial pela forma com que os resíduos hospitalares eram destinados, em sua maioria fora dos padrões sanitários.

Ao iniciar a graduação no curso de Pedagogia, em 2004, percebeu que dali viria a oportunidade de trabalhar com alunos do Ensino Fundamental, fazendo uso de metodologias pedagógicas que possibilitassem a inclusão de conteúdos transversais, (são tópicos trabalhados transversalmente dentro da matriz curricular dos cursos, de modo que abrange todas as disciplinas).

> A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade) (BRASIL, 1997, p.30).

A implementação dos conteúdos transversais contribui para orientar e organizar o currículo escolar, além disso, atua como eixo para unificar as disciplinas. Para incluir os temas transversais é necessário considerar vários aspectos da vida social, contudo, as atividades pedagógicas devem ser trabalhadas de forma coordenadas, para atender as exigências do cenário atual, nas questões, ambientais, sociais, ética, cidadania, entre outras.

O estágio no ambiente escolar com uma turma de 3º ano do ensino fundamental possibilitou elaborar projetos de pesquisas sobre meio ambiente, coleta seletiva e comportamento da sociedade. Nessa proposta de ensino, foram inseridas as seguintes disciplinas: Educação Ambiental, Meio Ambiente, Ética e Cidadania. Como ponto de partida, as atividades iniciais seguiram através da pesquisa de campo, fora dos limites da escola. As conclusões das atividades culminaram com a socialização dos trabalhos dos alunos para outras turmas da escola.

A partir do resultado das atividades desenvolvidas com os alunos, foi possível perceber que muito ainda precisa ser construído para gerar conscientização da comunidade escolar e comunidade familiar sobre o tema meio ambiente, CS e RSs. O resultado desse trabalho, na escola, despertou ainda mais o interesse da pesquisadora pela temática.

Com a conclusão da graduação do curso de pedagogia e vida pessoal organizada, decidiu-se em fazer o mestrado, rompendo com certa acomodação sentida pela pesquisadora. Dessa maneira, passou-se a percorrer caminhos que conduziriam a pesquisador na busca por respostas quanto à destinação dos RSs em Porto Velho.

A relevância social desta pesquisa pautou-se em entender como a sociedade civil e sociedade política se comportam em prol do melhoramento do meio ambiente. Do mesmo modo, a face teórica desta pesquisa faz luz à legalidade que tramita nas questões ambientais,

ou seja, teoricamente buscou-se demonstrar a existência de um arcabouço legal que deveria nortear as ações das seguintes instituições: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB), Ministério Público Estadual (MPE) Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - CATANORTE e Associação Fórum Lixo e Cidadania.

Frente ao exposto, verificou-se a necessidade de levantar os seguintes questionamentos:

a) Qual a causa ou razão para que os gestores releguem a planos inferiores a ação de gestão de resíduos sólidos?

b) Por que os gestores não se incomodam com os impactos da deposição inadequada dos resíduos sólidos?

c) É possível realizar coleta seletiva e usufruir dos seus benefícios sem antes educar a sociedade?

Com base nas indagações apresentadas e seus desdobramentos, destaca-se como Objetivo Geral desta pesquisa: Investigar o motivo da não-implantação da coleta seletiva em Porto Velho -RO, visto que a Lei 12.305 foi instituída em 2010. Os Objetivos Específicos foram: a) Analisar as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, que estão sendo desenvolvidos para atender todos os bairros de Porto Velho, com a coleta seletiva; b) Compreender os modos de atuação da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, dentro desse ambiente de manejo de resíduos sólidos; c) Verificar quais projetos de educação ambiental estão sendo desenvolvidos nos bairros de Porto Velho, para orientar e conscientizar a população, quanto à separação dos resíduos sólidos e posteriormente à coleta seletiva.

Para realização da pesquisa foi necessário observar os parâmetros contidos na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que dispõe sobre pesquisas, envolvendo seres humanos. A pesquisa teve início, após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), sob o número de parecer: 3441493 da Universidade Federal de Rondônia.

Para este estudo foram incluídos todos os profissionais que estivessem de acordo e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, inclusão de tempo de atuação independentemente do tempo que desenvolve suas atividades e contratação. Para garantir o sigilo, o nome dos participantes não foi revelado, e os que não aceitaram participar da entrevista foram excluídos.

Para alcançarmos os objetivos e responder ao questionamento desta pesquisa, foi escolhida a pesquisa qualitativa e descritiva, combinada com observação direta e uso de um

roteiro de entrevista semiestruturada, Minayo distingue a pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, mostrando alguns aspectos que lhe são característicos:

> [...] responde a questões particulares; [preocupa-se com] um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 87)

Sob esse prisma, a pesquisa qualitativa contribuiu para a descoberta de particularidade dos sujeitos nas suas relações, baseadas nos contextos de suas vidas e no trabalho, além disso, procura trabalhar com a lógica interna do grupo, recuperando a definição da situação oferecida pelos próprios sujeitos envolvidos, bem como o significado e relevâncias que expressam por meio de seus relatos e citações.

Para melhor detalhamento da pesquisa a presente dissertação foi dividida em 6 (seis) seções, incluindo subseções. A primeira seção é esta, Introdução. A segunda seção, denominada de Análise da Gestão do Resíduo Sólido no Brasil, nessa seção apresentam-se as seguintes subseção: Breve relato da atuação do trabalho dos catadores no Brasil, apoiada por: (LEAL, et al., 2002), (BRASIL, 2010), (ADEODATO, 2008), (CARMO, 2005). A subseção sobre Resíduos Sólidos contém os seguintes autores: A subseção sobre Resíduos Sólidos contém os seguintes autores: (STROH, 2009, p. 32), (BAUMANN, 2008). (BRASIL, 2010), (LIMA, 1998, p. 30), Lei nº 9.605 (BRASIL, 1998). A parte sobre a Coleta Seletiva consta a Lei (BRASIL, 2010), (BRASIL, 1998), Lei nº 6. 938 (BRASIL, 1981), Decreto nº 7.405 (BRASIL, 2010), Decreto nº 7.404 (BRASIL, 2010), (RIBEIRO e LIMA, 2000), (ONU, 2007), (ABNT NBR/13896).

A terceira seção intitulada de Análises da Gestão do Resíduo Sólido no Município de Porto Velho/RO baseia-se nos autores: (BRANDÃO E SILVA, 2011), (GONÇALVES, 2002), Leis nº 8.429, nº 12.305 (BRASIL, 1992, 2010). A Subseção Sobre o Papel dos Gestores Públicos, apoiada nos autores (RIBEIRO, 2002), (BRESSER-PEREIRA, 1996), (WEE e QUAZI, 2005), (BARBIERI, 2007), (KANT, 2005), (PESSOA, 2003), (PALUDO, 2012).

A Subseção seguinte está intitulada de Educação Ambiental, contem os seguintes autores (VENTURA e SOUZA, 2010), Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795 (BRASIL, 1999), (LEFF ,2012), (BATISTA e LIMA), (BRASIL, 2012), (GUIMARÃES, 2011), (KLUNK, apud CARVALHO, 2012).

A quarta seção, apresentam-se os caminhos percorridos da pesquisa; consta a evidência e característica da pesquisa assim descrita: questão norteadora com seus desdobramentos,

seguida dos objetivos (geral e específico), Procedimentos Metodológicos da Pesquisa (tipo de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, análise de dados e o lócus da pesquisa).

A condução teórica da pesquisa está apoiada nos seguintes teóricos: (GIL, 1999, 2008), (SILVA, 2008), (ROSA e ARNOLDI, 2006), (RIBEIRO, 2008), (BONI e QUARESMA, 2005), (ORLANDI, 2009), (BARROS, 2014), (VERSA e SOARES, 2014), (MOZZATO E GRZYBOVSKI, 2011), para a definição da trajetória metodológica.

Na quinta seção, considerações finais retornam-se para o objetivo deste trabalho, respondendo às questões norteadoras da pesquisa; destacam-se também as contribuições do referido estudo e a sugestão para futuras pesquisas.

Na sexta e última seção, conclusão, apresenta-se o fechamento do trabalho. Como última seção, demonstram-se as referências bibliográficas utilizadas para fundamentar a pesquisa, seguida dos anexos, que nos foram cedidos, e os apêndices produzidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentam-se os teóricos e estudiosos reesposáveis pela fundamentação desta pesquisa, que aborda temas relacionados a diferentes áreas do conhecimento, das quais destacamos a seguir: Políticas Públicas, Meio Ambientes, Educação Ambiental, entre outras. Os temas estarão em destaque para melhor apresentação dos tópicos abordados.

2.1 ANÁLISE DA GESTÃO DO RESÍDUO SÓLIDO NO BRASIL

O homem do século XXI é sem dúvida o maior produtor de RSs, por isso, as legislações evoluíram em busca de soluções, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos- PNRS, (BRASIL, 2010). O crescimento populacional contribuí para o aumento do consumo e, posteriormente, o aumento da geração de resíduos, e assim, como resultado, ocorrem os agravos dos impactos ambientais, causados pela ausência de destinação adequada dos RSs.

Nas palavras de (ROCHA, et al. 2012, p. 702), “Os malefícios causados por todo e qualquer tipo de lixo são incontáveis. Os mesmos podem causar a poluição de solos, águas, ar, contribuindo também para o aquecimento global e para a destruição da camada de ozônio”.

Segundo o Panorama de Resíduos Sólidos, elaborado pela (ABRELPE, 2018), no Brasil, em 2017, 40,9% dos resíduos coletados foram despejados em locais inadequados por 3.352 municípios, totalizando mais de 29 milhões de toneladas de resíduos dispostos em lixões ou aterros controlados, que não possuem sistemas e medidas necessários à proteção do meio ambiente contra danos e degradações.

O descarte final dos RSs no Brasil sempre constituiu-se como problema enfrentado pelos municípios. O manejo dos RSs ainda é feito de forma irregular, da mesma forma a coleta seletiva e, posteriormente, a reciclagem continua sendo insuficiente diante do número de consumidores. Nessa direção, (GODECKE, et al. 2013, p. 89) afirma que:

> A baixa eficiência da gestão de resíduos urbanos brasileira é conjunção de vários fatores, dentre eles limitações de ordem culturais, falta de preocupação da classe política com questões ambientais e canalização de esforços institucionais para ações emergenciais como a eliminação dos lixões, deixando em segundo plano ações importantes como as de minimização na geração.

Nessa perspectiva, (GODECK et al. 2012) elenca alguns pontos no comportamento da sociedade no contexto social, incluindo hábitos de vida, que também é um fator preponderante para a determinação da quantidade de RS produzidos, e não somente o nível econômico, que reflete no ato de consumir.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2010), para que haja maior

desempenho na implantação de programas municipais de coleta seletiva, é fundamental mobilizar e orientar a população, incluindo o uso de meios de comunicação, para que os resultados do programa sejam coerentes com o que foi previsto.

Em 2021, a PNRS completou 11 (onze) anos de sua criação, apesar do tempo de existência da legislação, as regiões Norte e Nordeste do Brasil seguem com os vazadouros a céu aberto em funcionamento; muitas ações previstas na legislação ainda não foram colocadas em práticas e, ainda, não se organizaram para construir aterros sanitários ou consórcios para resolver o problema.

Os RSs produzidos em algumas cidades brasileiras ainda são encaminhados para locais inadequados, gerando contaminação para o solo e para a água, comprometendo a saúde dos trabalhadores que fazem a separação dos materiais descartáveis, nesse ambiente de manejo. De acordo com (SANTOS E GONÇALVES-DIAS, 2012), essa situação é muito mais crítica nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, nas quais apresentam as maiores proporções de municípios que destinam resíduos a lixões.

> A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. (BRASIL, 2010).

Diante dos problemas gerados pela falta de destinação adequada para os RSs, o poder público precisa priorizar o controle ambiental, para minimizar os impactos ambientais negativos, associados à sua deposição inadequadas, visto que, “o surgimento do resíduo, principalmente no meio urbano, está diretamente ligado às atividades diárias do homem” (FONSECA, 1999, p.05).

Ressalta-se ainda que, “para o cumprimento da legislação é dever da gestão pública informar corretamente à população sobre a necessidade de fazer a separação dos resíduos, acondicioná-los adequadamente para a coleta, cumprir calendários e horários” (BRASIL, 2010). Dentre essas propostas, sugere-se incluir escolas e empresas como parceiras para melhor divulgação e conscientização do cumprimento da lei específica.

Entre 2017 e 2018, a geração de RSs no Brasil teve aumento de quase 1% e chegou a 216.629 toneladas diárias. Nesse período, a população também cresceu em (0,40%), e, consequentemente, a geração per capita teve elevação um pouco menor (0,39%). Em média, cada brasileiro gerou pouco mais de 1kg de resíduo por dia (ABRELPE, 2019).

O quadro a seguir destaca o panorama do índice de coleta e cobertura dos RSs por regiões brasileiras, nos anos 2010 e 2019.

Quadro 1- Panorama do índice de coleta e cobertura dos RSs nas cidades brasileiras

REGIÃO	**ESTADO**	Coleta total em 2010 (t/ano)	Índice de cobertura de coleta em 2010	Coleta total em 2019 (t/ano)	Índice de cobertura de coleta em 2019
Norte	Acre	124.465	80,6%	198.925	83,1%
	Amapá	158.775	97,5%	239.075	93,3%
	Amazonas	997.910	84,1%	1.385.905	86,6%
	Pará	1.653.815	78,4%	2.028.670	76,7%
	Rondônia	271.925	72,3%	402.960	78,9%
	Roraima	93.440	84,2%	139.430	84,1%
	Tocantins	229.950	75,1%	375.220	83,4%
Nordeste	Alagoas	667.950	75,5%	915.785	83,8%
	Bahia	3.700.370	75,6%	4.266.120	84,1%
	Ceará	2.476.890	76,4%	2.830.210	80,1%
	Maranhão	1.296.115	66,8%	1.605.270	63,9%
	Paraíba	900.820	80,8%	1.111.425	86,7%
	Pernambuco	2.240.370	79,7%	2.856.855	86,9%
	Piauí	606.630	56,5%	789.495	69,2%
	Rio Grande do Norte	715.400	84,7%	992.070	89,0%
	Sergipe	508.445	85,7%	606.265	91,4%
Centro-Oeste	Distrito Federal	1.530.080	96,5%	1.049.740	95,0%
	Goiás	1.691.045	88,6%	2.430.900	96,1%
	Mato Grosso	681.820	78,1%	1.069.450	88,6%
	Mato Grosso do Sul	622.325	88,0%	903.375	92,7%
Sudeste	Espírito Santo	879.650	83,8%	1.131.500	93,7%
	Minas Gerais	5.382.655	95,3%	6.383.485	92,0%
	Rio De Janeiro	6.862.730	95,5%	8.182.570	99,5%
	São Paulo	18.002.895	95,9%	22.984.050	99,6%
Sul	Paraná	2.692.970	89,8%	3.074.395	95,0%
	Rio Grande do Sul	2.484.920	91,9%	3.004.315	95,5%
	Santa Catarina	1.321.300	90,6%	1.791.055	96,2%
	Paraná	2.692.970	89,8%	3.074.395	95,0%

Fonte: ABRELPE/IBGE (2019).

Como demonstrado no quadro 1, o panorama do índice de coleta e cobertura em RSs, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil apresenta um cenário nada positivo e aponta para o saneamento básico precário.

Os serviços em coleta seletiva e, posteriormente, a destinação adequada dos RSs ainda é desafiador do ponto de vista logístico e politico nessas regiões. Entretanto, na contramão desse cenário, destaca-se a região Centro Oeste, cuja coleta de RSs aumentou, enquanto a cobertura da coleta não atendeu a demanda da produção dos RSs.

Segundo (SILVA E ARAÚJO, 2017, p. 314) “O compromisso de coordenar corretamente os resíduos sólidos é da administração pública municipal, desde seu recolhimento até seu destino final, que tem que ser ambientalmente garantido”. Contudo, entende-se que seja necessário também promover a conscientização da população quanto o descarte correto desses materiais.

De acordo com o disposto pela PNRS, os governos devem elaborar diagnósticos, metas, programas/projetos/ações, normas, medidas, diretrizes e meios para gerenciar adequadamente os resíduos sólidos, inclusive com a formulação de planos nacionais, estaduais e municipais, voltados ao tema (BRASIL, 2010).

Nas palavras de (MARIGA, 2005), os governos e a sociedade precisam iniciar programas que apontem reduzir ao mínimo possível à geração de resíduos sólidos. As ações, por parte dos governos, precisam gerar a conscientização das pessoas, isso inclui a aquisição de produtos que depois são transformados em RSs, e, caso não tenham destinação adequada, passa gerar problema em seu descarte.

Em destaque com índice de coleta e cobertura de RSs, em 2010 e 2019 estão a Região Sul e Sudeste com melhor cobertura; Considera-se que essas regiões apresentam um nível de saneamento básico positivo; a coleta dos RSs aumentou, a cobertura atendeu o índice tanto na coleta quanto a cobertura.

A disposição é uma das alternativas de destinação final, ambientalmente adequada, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), desde que observada às normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, bem como minimizar os impactos ambientais adversos. (BRASIL, 2010).

Em todo o mundo a quantidade de RSs tem aumentado significativamente; os dados, no Brasil, mostram que em 2010 a geração foi de 60.868.080 toneladas, em 2011 a geração foi de 61.936.368[3], toneladas. Os problemas decorrentes desse aumento são inúmeros, como exemplo os fatores ambientais, econômicos, sociais e de saúde pública. Contudo, parte desses RSs é reaproveitado através da reciclagem e recuperação.

A recuperação de materiais é mais econômica do que a produção de bens a partir da matéria prima devido à redução do uso de energia, recursos hídricos, além de custos de controle ambiental e disposição final dos resíduos, bem como capaz de gerar empregos. (CALDERONI, 1999).

---

[3] Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/downloads/Panorama2011.pdf> Acesso em 8 de novembro de 2021.

Contudo, o gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos envolve etapas relacionadas à coleta regular, ao transporte, ao transbordo, ao tratamento, à destinação e à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010).

Essas etapas são definidas como sendo "[...] um conjunto de operações interligadas, cuja finalidade é a reintrodução dos materiais recicláveis nos processos produtivos" (PINHEL, ZANIN e MÔNACO, 2011, p. 63). Portanto, essa etapa é considerada como uma prévia para que os resíduos sejam encaminhados para a reciclagem.

Dessa forma, "não cabe mais a denominação de lixo para aquilo que sobra no processo de produção ou de consumo. Portanto, demarcar essas diferenças é de suma importância" (FROTA, et al., 2015, p. 132). Além disso, é relevante destacar que o lixo deixa de ser problema da sociedade quando passa ser encarado como um nicho, que gera oportunidades econômicas e sociais, desde que seja separado de forma correta para que a coleta chegue ao destino final, e, assim, possa gerar renda aos catadores de materiais recicláveis.

2.1.1 Breve relato da atuação do trabalho dos catadores no Brasil

O trabalho dos catadores de materiais recicláveis de certa forma sempre foi visto por uma parte da 'sociedade' de maneira discriminatória. O motivo desse entendimento pode estar relacionado ao caráter do trabalho que os catadores de materiais recicláveis desenvolvem, em meio ao lixo.

Segundo (LEAL et al., 2002) afirmam que o catador de material reciclável participa como elemento base de um processo produtivo bastante lucrativo, no entanto, paradoxalmente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure uma sobrevivência digna.

Para a gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) o trabalho dos catadores de materiais recicláveis é essencial para a redução dos impactos ambientais e, posteriormente, aumenta o tempo de vida útil dos aterros sanitários (BRASIL, 2010). Diante do aumento da população brasileira, a implantação da coleta seletiva precisa ser uma prioridade no plano de controle ambiental, para sua eficácia, e precisa estar alinhada às orientações exigidas na PNRS.

No Art. 41, a PNRS destaca as orientações e definições para o serviço dos catadores, dentro do plano municipal de gestão integrada de RSs; esses servidores devem estar incluídos nos programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda.

O Brasil é um dos países que mais reciclam materiais (em termos de quantidade), contudo a maior parte do material que é recolhido para este fim vem do trabalho de catação **(**TORRES, 2008**).** Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, os catadores são os grandes responsáveis por 90% de todo o material que é reciclado no país **(**IPEA, 2017**).** Os materiais recicláveis são devidamente separados e destinados para empresas com atividades de reciclagem.

As associações ou cooperativas de catadores(as) organizam o material reciclável para retornar às indústrias. O trabalho básico é separar o reciclável, seguindo sua especificação, prensá-los e montar fardos. Esse trabalho funciona como fonte de origem de toda máquina da reciclagem (ADEODATO, 2008).

Portanto é fundamental a implantação de um sistema de gerenciamento de RSs, com coleta seletiva, para que venha facilitar o trabalho de catação e atribuir maior valor aos materiais recicláveis e condições de trabalho dignas e seguras (CARMO, 2005).

Nas cidades brasileiras, sem aterros sanitários, o trabalho dos catadores na separação dos RSs necessita de melhorias para desenvolver suas atividades com mais segurança, para garantir a produtividade e, posteriormente, o rendimento de suas atividades, nesse cenário de manejo.

É importante destacar que, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis ainda ocorre em locais periféricos das cidades brasileiras; as atividades desenvolvidas depende da evolução do mercado de resíduos e, posteriormente, da valorização da reciclagem, como por exemplo: papelão, garrafas pets, latas, entre outras (CARMO, 2005). Diante desse cenário nada positivo, os catadores seguem realizando o trabalho de separação dos resíduos recicláveis como única forma de garantir recursos financeiros para sustento da familiar.

2.1.2 Resíduos Sólidos - RSs

A Lei Federal 12.305 (BRASIL, 2010) define RSs como sendo todo material, substância, objeto ou bem descartado, resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, nos estados sólidos ou semissólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam, para isso, soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

De acordo com (LIMA 1998, p. 30), “a gestão adequada dos resíduos sólidos no Brasil deve ser efetivada com a máxima urgência”. Segundo o autor, a situação do Brasil é caótica, sobretudo nos maiores centros urbanos. O autor considera que, devido à carência de

opções para destinação final dos RSs, na maioria das vezes, são deixados em lugares inadequados, resultando em impactos negativos ao meio ambiente.

Essa realidade estabelece conflitos com a dimensão ambiental e político-institucional, porque, quanto mais lixo houver, mais problemas existirão para se fazer a gestão e mais poluentes serão depositados no meio ambiente, haja vista a condição citada de finitude dos aterros (ZANETI, 2006).

Os problemas ambientais pelos descasos da má destinação dos resíduos sólidos também estão relacionados com as indústrias, que só visam o lucro, o consumo e suas produções em massas. A Lei nº 9.605 (BRASIL, 1998), no que tange a crimes ambientais, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Ou seja, este deve ser um dos mecanismos legais para punir os infratores.
(ZANETI, 2006).

O viés predominantemente econômico que interliga os diferentes atores produz o efeito perverso de estimular a produção de lixo para este conjunto de atores: quanto mais lixo, melhor. (STROH 2009, p. 32) afirma que a produção de lixo é intrínseca ao capitalismo industrial de consumo de massas, e, portanto, tem gerado muitos problemas para o meio ambiente, devido à ausência de uma destinação adequada, ou até mesmo o reaproveitamento dos materiais considerados recicláveis.

A crescente inclinação ao consumismo não está mais limitada apenas nas situações básicas da vida, como por exemplo, alimentação e moradia. O consumo possui um papel fundamental na mudança de comportamento e, também na formação da identidade das pessoas, além disso, transforma a relação de como elas veem a si mesmas, e, principalmente, como elas projetam suas imagens perante a sociedade.

O consumo exagerado cegou o entendimento da sociedade que se viu completamente submissa diante de seu comportamento. (BAUMANN, 2008, p. 65) explica que, “o consumismo é uma economia do engano, ele aposta na irracionalidade dos consumidores, e não em suas estimativas sóbria e bem informada, estimula emoções consumistas, e não cultiva a razão”. Os RSs estão classificados em quatro grupos distintos assim demonstrados, no quadro 2.

Quadro 2 - Classificação dos Resíduos Sólidos

Resíduos perigosos	**Resíduos não perigosos**	**Resíduos Classe II A Não inertes**	**Resíduos Classe II B Inertes**
Os inflamáveis, corrosivos, reativos e os tóxicos.	Aqueles constituídos por compostos que apresentam características de combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade em água.	Compostos que ao entrarem em contato com a água, em temperatura ambiente, se mantém estáticos ou não dinâmicos.	Apresente características como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.

Fonte: Lei 12.305 (BRASIL, 2010).

Assim, os RSs foram classificados, conforme sua composição, para facilitar as informações sobre os tipos de resíduos, além disso, fica mais fácil estabelecer qual a melhor forma de tratamento, de descarte, de transporte e principalmente de embalagem a ser usada.

A classificação dos RSs apresenta um panorama sobre principais impactos ambientais que esses materiais podem gerar em seu descarte. Conhecer detalhadamente os resíduos gerados é de suma importância para o sucesso de qualquer sistema de gestão, consoante o entendimento de (REZENDE et al., 2013).

Na opinião de (CONSONI, et al., 2000), o gerenciamento integrado deve começar pelo conhecimento dos resíduos gerados pelo município, uma vez que, vários fatores influenciam na sua composição: sazonalidade, aspectos climáticos, regionais, temporais e possíveis flutuações na economia. Portanto, as amostragens devem ser realizadas sistematicamente.

É importante destacar que os diversos componentes dos RSs, bem como sua caracterização "contribui na elaboração de planos de gestão que abrangem a expansão dos serviços de coleta regular, a viabilidade de implantação de coleta seletiva e compostagem, além da especificação de equipamentos e definição de sistemas de eliminação". (COMCAP, 2002, p. 31).

Em suma, identificar a caracterização é fundamental para determinar as etapas da coleta, inclusive o reaproveitamento, isso inclui também a reciclagem e toda a destinação dos resíduos até o aterro sanitário, e/ou aterro controlado.

2.1.3 Coleta Seletiva

A coleta seletiva é ambientalmente viável, por possibilitar a reciclagem dos materiais, reduzir os impactos ambientais, contribuir na geração de emprego e renda aos catadores e preservar o tempo de vida útil dos aterros sanitários. A coleta seletiva é um instrumento

concreto de incentivo à redução, à reutilização e à separação do material para a reciclagem, buscando uma mudança de comportamento, principalmente em relação aos desperdícios inerentes à sociedade de consumo (RIBEIRO e LIMA, 2000).

A PNRS (BRASIL, 2010) regulamenta por meio do Decreto nº 7.405 a coleta seletiva no país e, em especial, aquela praticada com inclusão sócia produtiva de catadores de materiais recicláveis, ao mesmo tempo em que apresentam novos desafios em sua implementação.

Nesse sentido, entende-se que a gestão de resíduos sólidos urbanos contribui para uma eficiente inclusão de catadores de materiais recicláveis, com incentivo à reciclagem, maximização do reaproveitamento e redução da disposição inadequada de resíduos no solo, participação da sociedade na busca de melhorias dos serviços prestados pelas empresas e na organização da qualidade do ambiente urbano.

A Lei nº 6. 938 (BRASIL, 1981), que trata da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), salienta que não temos como pensar em meio ambiente de maneira desassociada e restrita, pois é necessário que toda a sociedade esteja engajada em prol de sua preservação.

Entretanto, antes de uma lei tomar forma e se efetivar correntemente no hábito social, é necessário a elaboração de políticas públicas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida das pessoas, uma vez que a coleta seletiva é, também, um processo inclusivo do ser humano consciente, ambientalmente, e da construção e uma sociedade menos consumista. Dessa forma, tanto sociedade civil quanto sociedade política está inserida na lei que trata sobre as responsabilidades ao meio ambiente. Assim:

> § 1º. Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos. (BRASIL, 2010).

Dentre as gestões integradas, destaca-se a Educação Ambiental, como o eixo para a necessidade de ser inserida como proposta no planejamento para orientar a população. A EA pode influenciar e instrumentalizar as pessoas de forma individual e coletiva, e, ao mesmo tempo, possibilitar ao indivíduo a aprendizagem de novos valores, com vistas às transformações mentais e comportamentais, na busca pela qualidade de vida, por meio de ações práticas ecologicamente corretas (BRASIL, 1998).

A PNMA (BRASIL, 1981) estabeleceu os seguintes critérios no Art. 2º “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

É importante destacar que somente a EA não garante o sucesso para implantar a coleta seletiva; são necessárias políticas públicas mais atuantes e centradas em tratar os problemas ambientes, com prioridades e responsabilidades.

De acordo com o relatório da (ONU, 2007), a população mundial, em 2017, chegou a 7,6 bilhões e vem aumentando a cada ano que passa, sendo que, até 2030, deve subir para 8,6 bilhões de seres humanos, vivendo sobre a terra. Partindo desse princípio, podemos mensurar o quão grande é e será a produção de bens de consumo de forma inquestionável, além de o consumo ser desigual, envolvendo políticas que favoreçam a indústria e interesses capitalistas descompromissados com os danos ambientais.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1997) traz na NBR/13896 as condições mínimas exigíveis para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos, de forma que impõem a necessidade de substituir os vazadouros (lixões) a céu aberto por aterros sanitários.

O quadro a seguir mostra uma sistematização de três modelos de coletas seletivas mais aplicadas na atualidade.

Quadro 3 - Modelos de Coleta Seletiva realizada por catadores no Brasil

Modalidade	**Organização da coleta seletiva**
Porta a porta	Consiste na separação dos materiais recicláveis feita pela população, para posterior coleta feita por veículos específicos. Esse sistema traz maior comodidade aos cidadãos.
Posto de coleta voluntária	O próprio gerador vai até um Posto de Entrega Voluntária (PEV) e deposita o material reciclável previamente triado, em recipientes.
Trabalhadores autônomos na reciclagem	Nessa Modalidade os catadores autônomos podem ou não ter a atuação do governo municipal no planejamento, com investimentos ou subsídios.

Fonte: Bringhenti (2004).

As modalidades em coleta seletiva realizada pelos catadores de matérias recicláveis, Porta a porta, Posto de coleta voluntária e Trabalhadores autônomos na reciclagem, ainda depende da conscientização da sociedade e empenho da gestão pública, para facilitar as atividades desses profissionais, nas palavras de (BRINGHENTI 2004, p. 20).

> Dependendo da estratégia do programa de coleta seletiva, a população pode ser orientada a segregar o resíduo na fonte, acondicionando em separado cada tipo de material ou grupo de materiais (papéis, plásticos, metais, vidros e outros) ou a agrupar os seus resíduos em dois grupos: materiais recicláveis; e os demais resíduos, incluindo matéria orgânica.

Nos três modelos em coleta seletiva, apresentados no quadro (3) porta a porta, posto de coleta voluntária e trabalhadores autônomos na reciclagem, encontra-se a presença de um catador, isso indica que o trabalho desses profissionais é de extrema importância para o processo de coleta seletiva. Além disso, é importante destacar que, as atividades na separação dos materiais recicláveis gera renda aos catadores.

A coleta seletiva tem papel fundamental no trabalho dos catadores, além da valorização profissional, está no ganho econômico, social e reconhecimento das atividades dos catadores, inclusive com organização de cooperativas que podem ser ampliadas, além da geração de mais empregos e renda.

De acordo com os autores (CORDEIRO e LIMA 2013), as cooperativas ou associações de catadores representam melhorias ao meio urbano, com a diminuição de materiais recicláveis, na cidade ou em aterros sanitários. Além das vantagens na geração de emprego, renda e reconhecimento profissional, o trabalho desenvolvido pelos catadores nas ruas torna-se mais organizado, promove a cidadania e autoestima.

Diante dessas problemáticas apresentadas, surgem as cooperativas, para [...] promover a organização desses homens e mulheres, estimulando-os a batalharem pela valorização de seu trabalho e promover o resgate da cidadania dessas pessoas, antes subjugadas a viver nas ruas e desprovidas de qualquer direito. (GONÇALVES e COL 2008, p. 231).

As cooperativas nos municípios brasileiros estão ganhando espaço na sociedade com os trabalhos em coleta seletiva e, posteriormente, na reciclagem. Nesse cenário de manejo, outras formas de coleta de matérias estão ocorrendo com mais organização; a população passou a 'entender' o quanto é importante destinar os RSs, adequadamente, para evitar impactos ao meio ambiente .

O trabalho dos catadores nas cidades brasileiras, que ainda não dispõem de aterros sanitários, aterros controlados, coleta seletiva, pontos de coletas adequados, incluindo a coleta Porta a porta com parcerias da sociedade, tem sido desafiador.

A ausência de um local adequado para destinação dos resíduos, conscientização da população e apoio do poder público são fatores que podem gerar vários problemas, tanto para a população quanto ao meio ambiente, cujo fator negativo maior é a proliferação de doenças. Nas palavras de (CAVALCANTE 2007), os maiores riscos relacionados ao meio ambiente e aos catadores são mais frequentes quando se há um manuseio de forma inadequada dos resíduos.

O quadro a seguir apresenta alguns aspectos que podem ser considerados nos tipos de coleta seletiva:

Quadro 4 - Aspectos positivos e negativos da modalidade em Coleta Seletiva

Modalidade	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Porta a porta	Os recicláveis são agrupados visando facilitar a sua separação na fonte geradora; Dispensa o deslocamento do cidadão até um Posto de Entrega Voluntária, o que influi positivamente quanto à participação na coleta seletiva.	Exige maior infraestrutura de coleta representada pelo aumento da frota de veículos e recursos humanos; Os custos são mais altos com o transporte, comparado com outras modalidades de coleta seletiva.
Posto de coleta voluntária	Maior facilidade e menor custo de coleta; Possibilita a redução de custos otimização de percursos e frequências, especialmente em bairros com população esparsa.	Requer maior disponibilidade da população que deverá se deslocar até um Posto de Entrega Voluntária; Suscetível a vandalismo; exige manutenção e limpeza periódicas.
Trabalhadores autônomos na reciclagem	Promove a inclusão social; Gera emprego e renda; Reduz o custo de coleta, transporte, triagem e destinação final de resíduos sólidos urbanos para a administração municipal.	Apesar de promover a inclusão social, contribui negativamente para a manutenção da limpeza urbana, da saúde urbana, uma vez que as embalagens de lixo são danificadas devido à procura de materiais recicláveis, promovendo o seu espalhamento nas áreas urbanas.

Fonte: Bringhenti (2004

Os custos orçamentários de implantação e da manutenção da coleta seletiva municipal, somados à cultura ambiental do município, são as principais restrições que dificultam a adoção efetiva dos programas. (BERNARDO e LIMA, 2017). Apesar dos custos serem elevados para implantar a coleta seletiva, é uma solução econômica que diminui os custos com os tratamentos dos resíduos e sua destinação final.

A coleta seletiva, porta a porta, segundo (IKURA, 2010, p.93) é o método em que os coletores passam recolhendo os materiais previamente separados e dispostos nas calçadas das casas, estabelecimentos comerciais, etc.

Os pontos positivos na coleta porta a porta estão na melhoria e qualidade ambiental, além disso, reduz a quantidade de RSs no aterro sanitário, visto que são separados antes de serem levados ao destino final. Os pontos negativos nessa etapa estão relacionados à exigência em maior infraestrutura de coleta, representada pelo aumento da frota de veículos e recursos humanos. No entendimento de (BRINGHENTI, 2004).

> Dependendo da estratégia do programa de coleta seletiva, a população pode ser orientada a segregar o resíduo na fonte, acondicionando em separado cada tipo de material ou grupo de materiais (papéis, plásticos, metais, vidros e outros) ou a agrupar os seus resíduos em dois grupos: materiais recicláveis; e os demais resíduos, incluindo matéria orgânica.

Os postos de coleta voluntária, nas palavras de (IKURA 2010), são Pontos de Entrega Voluntária PEVs. Nessa modalidade, é feita a implementação de coletores, na maioria das vezes contêineres, em pontos estratégicos da cidade; nesse modelo a população descarta os

materiais previamente separados. Posteriormente, o responsável pela gestão de resíduos e higienização desses recipientes coletores faz o recolhimento dos materiais para, seguidamente, encaminhar à destinação adequada.

Para essa modalidade, os pontos positivos estão na facilidade e menor custo da coleta, por possibilita a redução de custos e otimização de percursos e frequências, especialmente em bairros com população esparsa. Entretanto, nessa modalidade exigi disponibilidade da população que deverá se deslocar até um Posto de Entrega Voluntária. (BOSI, 2008, p.102) explica que:

> [...] a cata de recicláveis geralmente tem sido apreendida como modalidade de trabalho "autônomo", uma "invenção" do próprio trabalhador, uma "oportunidade" em meio as reconhecidas mudanças do mundo do trabalho responsáveis pelo encolhimento no número de empregos "formais".

Nessa modalidade, os pontos positivos estão relacionados à promoção e inclusão social, além de gerar emprego e renda, reduz o custo de coleta, transporte, triagem e destinação final de resíduos sólidos urbanos, para a administração municipal. Porém, essa modalidade de coleta contribui negativamente para a manutenção da limpeza urbana e da saúde urbana, uma vez que as embalagens recicláveis, que estão no lixo, são danificadas devido à procura de materiais recicláveis, promovendo o seu espalhamento nas áreas urbanas.

A coleta seletiva foi definida, pela PNRS (BRASIL, 2010), como sendo a coleta dos resíduos previamente separados. No entendimento de (BRINGHENTI, 2004, p.14): pode ser descrito como:

> A etapa de coleta de materiais recicláveis presentes nos resíduos sólidos urbanos após sua separação na própria fonte geradora, seguido do seu acondicionamento e apresentação para a coleta em dias e horários pré-determinados, ou mediante a entrega em postos de entregas voluntárias, em postos de trocas, a catadores, a sucateiros ou a entidades beneficentes.

As modalidades em coleta seletiva surgiram como estratégias de sobrevivência para os catadores, que buscam exercer suas atividades através da separação dos materiais recicláveis. É importante destacar que o trabalho que os catadores fazem por meio da coleta do material reciclável contribui, significativamente, para reduzir os impactos ambientais e prolongar o tempo de vida útil dos aterros sanitários.

3 ANÁLISES DA GESTÃO DO RESÍDUO SÓLIDO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

O crescimento populacional na cidade de Porto Velho contribuiu para o aumento da produção de RSs urbanos e tem sido desafiador para a administração municipal promover uma solução viável, para tratar desse problema que, há uma década, espera-se uma solução para a destinação adequada dos resíduos sólidos.

Em novembro de 2017, o portal G1[4] de Rondônia publicou uma matéria sobre a atual situação do 'lixão' no município de Porto Velho. A nota dizia que, aproximadamente, cerca de 450 toneladas de lixo é produzido, por dia, na capital, por mês, são 19 mil toneladas de lixo jogado a céu aberto; essa falta de comprometimento da gestão pública se configura em descaso e tem sido uma das causas dos problemas ambientais na cidade.

A 'maioria das pessoas' que mora na comunidade Vila Princesa, em torno do lixão, exerce suas atividades na separação dos resíduos e, por estarem desempregadas, veem nessa atividade uma fonte de renda para sua sobrevivência; normalmente, as pessoas que trabalham nos lixões são pessoas com nível de escolaridade baixa.

O trabalho que os catadores exercem diretamente no lixão, sem o uso de equipamento de proteção individual, compromete a saúde, correm riscos de contraírem doenças, causadas pelos resíduos, ou contaminações por objetos perfuro cortantes. No quadro a seguir apresentamos os aspectos epidemiológicos, que estão relacionados aos resíduos, os tipos de vetores e forma de transmissão e enfermidades.

Quadro 5 - Aspectos epidemiológicos relacionados aos RSs

Vetores	Forma de transmissão	Enfermidades
Rato	Urina, fezes e picadas.	Leptospirose, peste bubônica e tifo murino.
Mosca	Asas, patas, corpo, fezes e saliva.	Febre tifoide, cólera, amebíase, disenteria, giardíase e ascaridíase.
Mosquito	Picada.	Malária, febre amarela, dengue, leishmaniose, febre tifoide e cólera.
Barata	Asas, pata, corpo e fezes.	Giardíase.

Fonte: Ferreira e Anjos (2001).

Como visto no quadro anterior, percebe-se que existem riscos para a saúde dos catadores, nesse ambiente de manejo. O ambiente da catação, diretamente no lixão, é extremamente precário, além do mais o lixão representa um local inadequado para os

[4] Disponível em <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/por-mes-19-mil-toneladas-de-lixo-sao-jogados-a-ceu-aberto-em-porto-velho.ghtml> Acesso em 10 de novembro de 2018.

catadores exercerem suas atividades por estarem vulneráveis aos riscos de doenças. Há uma forte relação entre a geração de RSs e a saúde, seja de forma direta ou indireta, além das agressões ambientais (SANTOS, SILVA, 2009).

O lixão é um ambiente desprovido de estrutura no tratamento dos RSs, além disso é um local com grandes proliferações de doenças, devido a permanecia de vetores: ratos, urubus, baratas, mosca, mosquito, cuja forma de transmissão varia, conforme o agente infeccioso. Na imagem a seguir, apresenta-se a situação do trabalho dos catadores, que ainda desenvolvem suas atividades diretamente no Lixão, nas proximidades da Vila Princesa, de Porto Velho/RO.

Figura 1- Presença de catadores no lixão sem EPI

Fonte: https://economia.ig.com.br. (2018).

É inaceitável a permanência de pessoas (homens, mulheres e crianças) no lixão a céu aberto, em busca de materiais recicláveis para vender e garantir o sustendo diário. Os catadores, nesse ambiente de manejo dentro do lixão sem proteção individual, estão vulneráveis em contrair enfermidades.

Nas palavras de (DANILO, 2014, p. 6), as doenças relacionadas ao trabalho dos catadores, cujas patologias afetam diretamente os trabalhadores, por estarem ligadas diretamente à intoxicação como o chumbo, que provoca intoxicação; o monóxido de carbono, provocando sequelas por intoxicação aguda; o mercúrio e os clorados que são substâncias cancerígenas.

Os RSs devem ser compreendidos como um problema de saúde pública e que as consequências de seu manejo e disposição final, inadequado, acabam refletindo direta e indiretamente na saúde da população. (SISINO, 2002). Os problemas relacionados à produção de RS, bem como sua destinação adequada, apontam na direção de todos: sociedade civil e

sociedade política.

A catação de reciclagem revela, para nós, a mais perversa exploração do trabalho, e se apoia no discurso ideológico da preservação ambiental, assim camuflando a realidade dos sujeitos envolvidos na catação/coleta da reciclagem. (ROSS, CARVALHAL e RIBEIRO, 2010, p. 120). Os referidos autores ainda apontam que "as longas jornadas de trabalho, que muitas vezes quase ininterruptas em condições adversas, não é pelo simples fato de consciência ambiental e sim garantir na atividade a sobrevivência".

O trabalho dos catadores na separação dos materiais recicláveis é extremamente relevante para o meio urbano. Por isso, entende-se que seja urgente que a prefeitura de Porto Velho/RO viabilize a construção do aterro sanitário e, posteriormente, faça contrato com as cooperativas de catadores, para inclui-los nos serviços de triagem e retirá-los da informalidade, para que possam exercer suas atividades com mais segurança e garantias trabalhista.

É importante destacar, ainda, que a ausência de destinação adequada dos RSs gera graves problemas para o meio ambiente e, principalmente, para aqueles que fazem a separação dos materiais recicláveis, diretamente no lixão. No quadro a seguir, apresentam-se imagens dos catadores, fazendo a separação dos materiais recicláveis no lixão de Porto Velho/RO, localizado nas proximidades da Vila Princesa.

Figura 2 - Separação e recolhimento dos materiais recicláveis

Fonte: https://www.newsrondonia.com.br/noticias (2011).

As propostas para solucionar os problemas relacionados aos RSs não podem estar centradas apenas em construir um local adequado para destinação final dos RSs, entende-se que sejam necessárias ações que estejam integradas e direcionadas para a prevenção da poluição e contaminação do meio ambiente, mas, principalmente para a melhoria na qualidade de vida das pessoas que trabalham na separação dos materiais, considerados recicláveis.

Segundo (BRANDÃO E SILVA, 2011), com a promulgação da PNRS e a respectiva proibição da disposição de RSs em vazadouros, sem controle (comumente conhecidos como lixões), tornou-se imperativo analisar a viabilidade econômica de soluções ambientais, para a correta disposição e tratamento de resíduos sólidos, para as cidades brasileiras.

Acredita-se que a Prefeitura Municipal de Porto Velho deveria ter como prioridade um plano de gerenciamento de RSs, para solucionar os problemas emergenciais e, incialmente, contemplar os seguintes aspectos, de acordo com (GONÇALVES, 2002, p. 27):

a) Erradicação dos lixões a céu aberto com a recuperação de áreas degradadas;
b) Implantação de aterro sanitário como prioridade ou de aterro controlado como alternativa intermediária;
c) Realização de ações de educação ambiental para a gestão do lixo;
d) Implantação de coleta seletiva com os catadores inseridos como gestores do processo;
e) Coleta regular e eficiente dos resíduos para toda a população.

Contudo, é importante ressaltar que os vazadouros a céu aberto não seguem normas ambientais com padrões estabelecidos por lei; é um problema muito sério que ainda persiste em pleno século XXI. Se a lei fosse obedecida, na sua integralidade, os problemas relacionados à destinação adequado dos RSs poderiam, em grande parte, estar solucionados.

Os vazadouros em funcionamento se configuram em improbidade administrava citada na Lei nº 8.429 (BRASIL, 1992), cujos responsáveis são os agentes públicos, durante o exercício de função. Outra situação para ser questionada são as atividades dos catadores, nesse ambiente de manejo: eles ainda não são reconhecidos como agentes ecológicos.

Além disso, esses profissionais estão ajudando a sociedade e a natureza através de seu trabalho, por meio da coleta seletiva, prestando um serviço que beneficia o meio ambiente.

O lixão de Porto Velho/RO, localizado nas proximidades da comunidade Vila Princesa, permanece em funcionamento, recebendo os resíduos coletados na cidade, sem tratamento ambiental. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305, completou 11 anos desde sua criação; o prazo para erradicar os lixões irregulares seria até 2014, (BRASIL, 2010). Nas imagens a seguir, é possível perceber a situação do lixão de Porto Velho/RO, registrada no ano de 2020 e 2021. Como pode ser observado nas imagens, não tiveram mudanças significativas para solucionar o problema da destinação adequada dos RSs , desde a

promulgação da PNRS.

Figura 3 - Imagem de satélite do lixão de Porto Velho/RO.

Fonte: Google Earth – (2021).

Figura 4 - Imagem de drone do lixão de Porto Velho/RO, ao lado da floresta.

Fonte: https://recordtv.r7.com/camera-record/2020. Acesso em 7 de janeiro de (2022).

Figura 5 - Vista do funcionamento do lixão de Porto Velho/RO.

Fonte: https://prsrecicladora.com.br (2022).

A área utilizada para o descarte inadequado se configura em Crimes Ambientais - Lei n.º 9.605, (BRASIL 1998). A PNRS dispõe sobre a proibição de resíduos em locais a céu aberto (BRASIL, 2010). Os lixões a céu aberto nunca foram permitidos pela Legislação Federal, esse cenário requer atuação mais imediata dos Gestores Públicos, para solucionar essa problemática da destinação dos RSs.

3.1 Papel dos Gestores Públicos

A Gestão Pública brasileira é sustentada por um modelo burocrático, que surgiu por volta de 1930. À época, considerado um projeto moderno (RIBEIRO, 2002) em substituição ao modelo patrimonialista de administrar o Estado (BRESSER e PEREIRA, 1996), a fim de moralizar e tornar eficiente administração pública.

O crescimento urbano reflete em todas as áreas sociais: saúde, moradia, emprego, e impactos ambientais provenientes do consumo de produtos. As questões ambientais são, sem dúvidas, problemas de ordem social que apontam nas direções de todos e, nesse sentindo, o papel do gestor público é fundamental no processo decisório para desenvolver ações que contemplem as necessidades ambientais (BRESSER-PEREIRA, 1996).

O gestor ambiental deve apresentar conhecimento, habilidade, autoridade e autonomia

para dispender recursos para efetivação das estratégias ambientais (WEE e QUAZI, 2005), além de estar engajado às questões de cuidados com o meio ambiente.

O papel do gestor não se resume apenas em ações burocráticas; suas competências envolvem várias áreas do setor público, uma delas é na área ambiental para estabelecer propostas e o cumprimento de metas que sejam adequadas para solucionar os impactos ambientais, causados pela má deposição dos resíduos sólidos, em locais inadequados. (CHIAVENATO, 2003).

A solução para os problemas ambientais depende de gestão pública, que tem o dever de atuar nas políticas públicas, conscientizando empresários e promovendo acompanhamentos aos cidadãos nos ambientes de manejo, além de promover ações pedagógicas, por meio da educação ambiental. Nesse sentido, a "ação do poder público deve ser conduzida, segundo a política pública ambiental" (BARBIERI, 2007, p. 71).

Enfim, é importante também acrescentar que a sociedade seja orientada a ver o 'lixo' como algo que possa gerar recursos financeiros e oportunidade de emprego aos catadores, e, sobretudo, ter consciência da importância da preservação ambiental.

Quanto as principais tarefas do Gestor, é interessante lembrar primeiro os conceitos de Gestão Pública e de Gestão Pública Administrativa. A Gestão Pública tem o conceito delimitado e essa delimitação está relacionada em tempo e espaço, por exemplo, tem um mandato e um determinado território, onde está inserido esse gestor. (CHIAVENATO, 2003).

Gestão Pública é definida por gestão dos bens e patrimônio do Estado, que devem ser geridos, observando os preceitos da lei e da moral. Para (KANT, 2005), a Moral são as regras de conduta deontológicas que organizam as relações interpessoais forçadas pelo hábito e que ordenam o comportamento das pessoas.

A gestão púbica administrativa tem o conceito ampliado. (PESSOA, 2003) descreve que a administração pública, em seu sentido orgânico ou subjetivo, designa a estruturação e organização dos órgãos, repartições, unidades e entidades públicas. Para (PALUDO, 2012, p. 21) a Gestão Administrativa:

> Compreende todo o aparato existente (estrutura e recursos; órgãos e agentes; serviços e atividades) à disposição dos governos para a realização de seus objetivos políticos e do objetivo maior e primordial do Estado: a promoção do bem comum da coletividade.

Dentro desse cenário apresentado nos parágrafos anteriores, o gestor público terá as seguintes funções: planejamento, que é uma função primordial ao cargo que ocupa, bem como visão de futuro para que suas atividades não estejam voltadas apenas para um determinado momento ou situação, para evitar o apagar de incêndio que muitas vezes ocorre.

Outra função primordial do gestor é a parte de organização; na gestão pública tem que definir as estruturas e os processos; as estruturas basicamente pode-se dimensionar aonde vai se atuar dentro daquele território, de forma centralizada e de forma descentralizada e, depois, de terem estabelecidos os objetivos dessas organizações, estabelecem-se os processos e as rotinas, de uma maneira que as coisas aconteçam com certa velocidade, de acordo com os desejos da população. Segundo (CHIAVENATO, 2010, p. 80).

> O planejamento estratégico precisa lidar com competências disponíveis e competências necessárias ao sucesso organizacional, talentos, definição de objetivos e metas a atingir, criação de um clima e cultura corporativa favorável ao alcance dos objetivos, arquitetura organizacional adequada, estilo de gestão, recompensas e incentivos pelo alcance de objetivos, definição da missão e da visão organizacional e uma plataforma que permita aos gerentes – como gestores de pessoas – trabalharem com suas equipes de maneira eficiente e eficaz.

Uma vez elaborado o planejamento estratégico de recursos humanos, deve ser desdobrado em planejamentos táticos e operacionais a cargo de cada setor (BERGUE, 2010). O gestor precisa ter uma previsão do que vai acontecer no futuro, ou seja, as decisões do gestor devem acompanhar não somente aquilo que ele fez no passado, mas prever o quê será importante para desenvolver, no futuro.

3.2 Educação Ambiental

Na era moderna, o desafio para alcançar o equilíbrio entre sociedade e natureza vem sendo cada vez mais presente em todo mundo. Da mesma forma, a Educação Ambiental (EA) está cada vez mais presente e incontornável na elaboração das políticas públicas. No Brasil, a EA tem força de Lei - a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) Lei 9.795 - (BRASIL, 1999) e a Constituição Federal (BRASIL, 1988) obriga o Estado a promovê-la em todos os níveis de ensino, incluindo também nessa proposta a conscientização pública, para a preservação do meio ambiente.

Em 1973, por meio do Decreto nº 73.030, foi criado a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), tendo como função “o esclarecimento e educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”. Portanto, a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania são fundamentais e requer trabalho árduo e desafiador, tendo a necessidade de inserir novos saberes para aprender processos sociais, sobretudo, em relação ao meio ambiente.

A EA surgiu como proposta ao enfrentamento dessa crise ambiental, através da articulação entre a esfera social e ambiental, como proposta de educar a sociedade para

melhorar sua relação com a natureza (VENTURA e SOUZA, 2010, p. 14).

Em consonância com (LEFF, 2012, p. 257) a EA parte dos temas que exigem a transversalidade para as boas práticas ambientais no contexto escolar. Acredita-se que esta poderá despertar uma educação consciente pautada em trabalhos pedagógicos de forma interdisciplinar, "[...], portanto, quanto mais sólida for a teoria que orienta a prática, mais consistente e eficaz será a atividade prática" (BATISTA e LIMA, 2012, p. 33-34).

De acordo com a PNEA (BRASIL, 1999), a disciplina de EA é obrigatória e deve ser inserida em todos os níveis de ensino como metodologias pedagógicas. Diante dessa abordagem, há necessidade de fazer um diagnóstico no ambiente escolar, pois é nesse ambiente que se dá, em parte substancial, o processo de edificação do conhecimento.

Partindo desse pressuposto, entende-se que, "A educação ambiental traz consigo uma nova pedagogia que surge da necessidade de orientar a educação dentro de um contexto social e na realidade ecológica e cultural, onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo" (LEFF, 2012, p. 257). A Lei nº 9.795 (BRASIL, 1999) reafirma que:

> A Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Diante do enunciado, (GUIMARÃES,2011, p. 87) contribui ao dizer que, "entre as partes e o todo que se constrói o processo de uma educação política que forma educandos e educadores como sujeitos sociais, aptos a atuar coletivamente para as transformações sociais em busca de uma nova sociedade ambientalmente sustentável".

Todavia, a EA não se faz de forma isolada e teórica, é necessária uma prática contínua, de vivência responsável com consciência crítica. O indivíduo e a coletividade necessitam construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências a favor da conservação do meio ambiente, "a fim de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, formar um sujeito capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas" (KLUNK et al., 2018, p.13, apud CARVALHO, 2012).

Entende-se que a EA é um processo em que se busca despertar a ansiedade individual e coletiva, no sentido de garantir acesso à informação em linguagem adequada, tanto fora como dentro do ambiente escolar, contribuindo para o desenvolvimento e enfrentamento das questões ambientais e sociais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Apresentam-se nesta seção aspectos essenciais deste estudo para a realização desta pesquisa, quanto à questão norteadora e seus desdobramentos. Nessa direção, buscou responder os objetivos da pesquisa (geral e específicos). Como todo trabalho de pesquisa requer rigoroso método científico, que, nas palavras de (GIL 2008, p. 8), forma um "conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos", que orienta os procedimentos do pesquisador, evitando assim desviar-se do caminho delineado e proposto a alcançar os objetivos do estudo. Nos aspectos metodológicos, apresentam-se o tipo de pesquisa e abordagem, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos metodológicos e de análise de dados, os sujeitos de estudo e o lócus da investigação.

4.1 Caracterização da pesquisa

Em se tratando de pesquisa qualitativa, este estudo segue suas normas metodológicas, uma vez que exerce lugar de destaques entre as várias possibilidades de estudar fenômenos envolvendo seres humanos, [...] pode-se dizer que as investigações qualitativas têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as movimentações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais, (SILVA, 2008, p. 29). Além disso, possibilita traduzir opiniões e informações para contribuir com as análises dos dados coletados e chegar a uma conclusão.

A investigação teve por finalidade coletar dados sobre a não-implantação da coleta seletiva e destinação final dos RSs, em Porto Velho – RO, e o não-cumprimento da Lei 12.305 (BRASIL, 2010).

A escolha dos instrumentos de pesquisa se justifica pela impossibilidade de coletar dados, somente através da pesquisa bibliográfica e da observação. Portanto, uma das formas complementar para a coleta de dados ocorreu por meio da entrevista semiestruturada.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma de otimização de tempo racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para algo que se quer conhecer mais profundamente, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo (ROSA e ARNOLDI, 2006, p. 17).

(RIBEIRO, 2008 p. 141) trata a entrevista como sendo:

> A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Nesse sentido, a escolha pelas entrevistas semiestruturadas deu-se porque as mesmas combinam perguntas abertas e fechadas, em que o informante tem a possiblidade de discorrer sobre o tema proposto. "O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal" (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

4.2 Lócus de estudo: instituições e cargos

Nesta subseção, apresenta-se o local do estudo cuja finalidade é assinalar alguns aspectos da atuação dos sujeitos envolvidos, para contribuir na compreensão do problema levantado. A presente pesquisa foi desenvolvida em (5) cinco instituições de Porto Velho/RO, totalizando (7) sete entrevistados.

As instituições participantes deste estudo são responsáveis pelos seguintes trabalhos em prol da melhoria do meio ambiente e cumprimento da legislação: fiscalização das Leis, Implementação de política de proteção ambiental, conservação e melhoria do meio ambiente do Município, implantação de planos, programas, projetos e legislação, voltados à área de serviços públicos.

As instituições também são responsáveis para desenvolver ações na busca de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Estado de Rondônia. Nessa perspectiva, a partir dessas informações apresenta-se um quadro demonstrativo:

Quadro 6 - Detalhamentos das responsabilidades das instituições e cargos dos entrevistados

Instituição	Responsabilidade da Instituição	Cargo do Entrevistado
Ministério Público Estadual	Responsável pela fiscalização das Leis	Procuradoria de Meio Ambiente.
Secretaria Municipal do Meio-SEMA	Implementação da política de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente do Município.	Gerente de Divisão de Monitoramento da Qualidade Ambiental - DMQA.
		Gerente da Divisão de Mobilização e Educação Ambiental.
		Engenheiro do Departamento de Fiscalização e Monitoramento – DFIS.
Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos-SEMUSB	Responsável em dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados à área de serviços públicos.	Gestor Ambiental.
CATANORTE – Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais	Coleta materiais recicláveis, com inclusão social para geração de emprego e renda justos.	Cooperativa

Recicláveis Porto Velho-RO;		
Fórum Lixo e Cidadania.	Desenvolver importantes ações na busca de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Estado de Rondônia, de acordo com a Lei Federal 12.305/2010.	Organizador

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.3 Instrumento de Coleta de dados Institucionais

Nesta subseção apresentam-se os detalhamentos da pesquisa e os procedimentos para a coleta dos dados. Para a realização desta pesquisa, consideram-se alguns fatores, entre eles estão o objeto e natureza de estudo, os sujeitos e suas atitudes.

Assim sendo, segue-se com a coleta de dados conforme as orientações de (GIL, 2002, p. 52), fazendo a "interrogação direta às pessoas cujo comportamento se deseja conhecer". As informações coletadas junto aos participantes da pesquisa contribuíram com a realização do estudo.

A coleta de dados ocorreu em dias agendados, conforme autorização dos gestores e participantes da pesquisa. O início da coleta de dados ocorreu nos seguintes meses: setembro, outubro, novembro de 2019, janeiro e outubro de 2020 no Município de Porto Velho - RO.

Foi utilizado como referência de entrevista um roteiro semiestruturado para cada instituição, com perguntas abertas. Foram 23 (vinte e três) vinte e três questões divididas para (3) três gestores participantes da SEMA, (11) onze questões para o gestor da SEMUSB, (10) dez questões para o representante do MPE, (10) dez questões para o Fórum Lixo e Cidadania, (9) nove questões para representante da CATANORTE; total de entrevistados (7) sete.

Considerando a especificidade e complexidade administrativa de cada instituição, utilizou-se da observação *in loco;* a entrevista foi gravada com aparelho celular Samsung SM-J260MD/D, com a posterior transcrição *ipsis litteris* para preservar a confiabilidade das informações.

A seguir apresenta-se a sistematização dos questionamentos feita aos participantes desse estudo, inicialmente com os gestores da Secretaria Municipal do Meio – SEMA, e, na sequência, as demais Instituições participantes destes estudos.

4.4 Análise dos dados

A realização da pesquisa é resultado de uma construção cartesiana, partindo de interpretações das entrevistas através da AD e definição dos eixos de análise. A definição dos eixos de análise é um resultado da articulação entre a Teoria sobre o Tema e as Entrevistas,

balizando-se nos eixos norteadores da análise: ações, atitudes e comportamento dos atores, diante do tema da pesquisa.

Para a análise dos dados, foi escolhido à análise de discurso. Segundo (ORLANDI, 2009, p. 43) esse método "se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser [...]". No entender de (BARROS 2014, p. 163):

> A AD, diferente de outras "metodologias" de pesquisa, tem em seu método de análise princípios bastantes inovadores calcados num jogo que se estabelece entre a produção linguística e a materialidade histórica, buscando as rupturas e os lapsos dos textos (orais e escritos), os quais não são inocentes, uma vez que a própria produção textual é a atuação da ideologia em sua relação com o inconsciente – o sujeito

A análise do discurso (AD) rompe com outros procedimentos metodológicos tradicionais, facilita a observação do contexto que um determinado documento foi criado, indo além da escrita. VERSA E SOARES (2014) afirmam que a AD, na contemporaneidade, possibilita um caminho interpelativo singular e que pode acontecer em textos que, anteriormente, era restrito a certas áreas e a determinados pertencimentos epistemológicos, o que era o caso da teoria literária.

Na opinião de (ORLANDI, 2009, p. 22). "o discurso tem sua singularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto".

Neste trabalho, as informações foram tratadas conforme o que continha nas mensagens, além disso, foram analisados os significados como, por exemplo, a análise temática. Segundo (VAISMORADI, et al., 2016) o tema é o principal produto de análise de dados fruto dos resultados práticos na área de estudo.

Portanto, as técnicas utilizadas nas análises do discurso são complementares, explicam e sistematiza o discurso das mensagens e da expressão. Sob esse ponto de vista, (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011, p. 737-738) contribuem dizendo que a AD consiste numa técnica de análise que explora as relações entre discurso e realidade, verificando como os textos são feitos, carregando significados por meio dos processos sociais.

A pesquisa ocorreu através de procedimento racional e sistemático, a fim de proporcionar respostas aos problemas apresentados, considerando as seguintes instituições: SEMA, SEMUSB, MPE, CATANORTE e Fórum Lixo e Cidadania.

Os eixos de análises representam as visões dos impedimentos para a implementação da Coleta Seletiva na Cidade de Porto Velho, como descrito a seguir nos âmbitos Institucionais,

Econômico-Financeiro, comprometimento com as ações da Coleta Seletiva e da colaboração da sociedade, conforme detalhamentos a seguir:

Quadro 7 - Eixos de análise da pesquisa

Eixos	Impedimentos
Institucionais	Limitação das Instituições para implementação da Coleta Seletiva.
Econômico-Financeiro	Escassez e insuficiência de Recursos financeiros.
Comprometimento do poder publico com as ações da Coleta Seletiva	Pouca evidência de comprometimento das esferas públicas para solucionar os impactos ambientais provocados pelos RSs no lixão, localizado nas proximidades da Vila Princesa.
Da Sociedade	Não colabora, não tem uma politica pública para fomentar a conscientização de Educação Ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Por razões metodológicas, não foi mencionado o nome dos participantes e foram identificados por área de atuação para melhor visualização dos dados, no transcorrer das descrições. A preservação do anonimato foi mantida, conforme recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas, envolvendo seres humanos (CNS, 2012). A presente pesquisa foi aprovada sob número de parecer 3.441.493, do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia (CEP/UNIR).

Faz-se necessário incluir, nesta subseção, alguns obstáculos ocorridos para concluir a pesquisa de campo, assim destacados: no período da pandemia 2 (duas) pesquisas de campo não foram realizadas in loco, optou-se por via remota (GOOGLE MEET).

Dificuldades circunstanciais para realizar a coleta de dados para a pesquisa:

a) Esfera Estadual (SEDAM) recusou conceder a entrevista;
b) Empresa Marquise recusou conceder a entrevista;
c) Associação de Catadores e Catadora de Materiais Recicláveis propôs vários agendamentos.

Ainda sobre as dificuldades para concluir este estudo, a pesquisadora foi acometida por COVID-19; o quadro clínico agravou para Síndrome da Infeção pós COVID, evoluindo para complicações pulmonares seguida de Pneumonia, lapsos de memória e tuberculose, totalizando quatorze meses (14) de tratamento.

Devido a essas circunstâncias a pesquisadora ficou impossibilitada em concluir esse estudo em tempo hábil, determinado pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA). O quadro a seguir apresenta o detalhamento da

pesquisa e apresentação dos participantes.

Quadro 8 Detalhamento da coleta de dados Institucionais:

Instituição	Ofício encaminhado	Resposta do Oficio	Situação
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA)	Nº 003/2019	811/DEA/RH/SEMI.	Autorizada: Profissionais que compõem a Secretaria de Municipal de Integração
Ministério Público Estadual (MPE)	Nº 004/2019	Nº 278/2019	Autorizada: Promotoria do Meio do Estado
Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB).	Nº 008/2019	Nº X/2020	Autorizada: Gestor departamento de coleta seletiva
CATANORTE	Nº 005/2019	Nº 11/2019	Autorizada:
Fórum Lixo e Cidadania	Nº 005/2019	Nº 11/2019	Autorizada:

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em seguida, passa-se à análise dos dados colhidos para esta pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste estudo, os dados que foram coletados consistem em entrevistas sobre os diferentes modos de pensar de cada participante das entrevistas, diante das questões levantadas. As análises realizadas são referentes às atividades desenvolvidas pelos profissionais que atuam diretamente na gestão pública ambiental, a saber: SEMA, MPE, SEMUSB, também estão incluídas as seguintes instituições: Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadora de Materiais Recicláveis- CATANORTE, Fórum Lixo e Cidadania.

5.1 Análises de discurso dos entrevistados da SEMA

Apresenta-se a seguir, um quadro com os (23) vinte três questionamentos feitos aos entrevistados da SEMA.

Quadro 9 - Apresentação do questionário aplicado para gestores da SEMA

QUESTIONÁRIO - SEMA
1. Quais dificuldades sua gestão enfrenta para a separação e coleta seletiva em Porto Velho?
2. Qual a proposta para deposição adequada para os resíduos sólidos?
3. Existem caminhões adaptáveis para fazer a coleta dos resíduos consideráveis recicláveis?
4. A coleta seletiva tem participação de organizações dos catadores? A Secretaria Municipal acompanha o trabalho da Associação de Catadores na coleta seletiva? A Associação de Catadores tem procurado a SEMA para solicitar apoio?
5. Por que não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho?
6. Os problemas de impactos ambientais podem estar relacionados com a sociedade de

	consumo que produz muitos resíduos sólidos e não coopera?
7.	Quantas vezes por ano é promovida atividade de educação ambiental integrada ao programa de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente para a sociedade?
8.	Onze anos depois da criação da Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em o conjunto de regras e diretrizes, o que mudou no lixão da Vila Princesa?
9.	A cooperativa de catadores tem participação na coleta seletiva pela prefeitura?
10.	As escolas poderiam ser parceiras para desenvolver ações para orientar a comunidade sobre a prevenção ambiental para reduzir os impactos ambientes?
11.	Existe projeto para construir um aterro sanitário?
12.	Qual a previsão para construção do aterro sanitário?
13.	Qual o perfil dos participantes na palestra de Educação Ambiental?
14.	Existe a proposta para recuperar o solo do lixão assim que for desativado?
15.	Existe proposta para abranger todos os bairros na coleta seletiva?
16.	Por que não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho?
17.	- Em 2017 foi realizado o Relatório Técnico de Gestão Ambiental para avaliar a qualidade do Meio Ambiente no município de Porto Velho. Quais resultados dessa atividade geram benefícios para o controle dos resíduos sólidos produzidos na cidade?
18.	Já existe o Plano de controle ambiental para a construção do aterro sanitário?
19.	Existe a proposta para recuperar o solo do lixão assim que for desativado?
20.	Quanto a proposta em construir um galpão de coleta, os catadores serão inseridos?
21.	Qual trabalho está sendo desenvolvida para diminuir os custos a disposição final para amenizar os problemas dos impactos ambientais provenientes dos RSs ?
22.	Os recursos financeiros são suficientes para construir um aterro sanitário, e posteriormente implantar uma gestão para coleta seletiva?
23.	A prefeitura já tem a localização para construir o aterro sanitário ou vai manter a mesma localização do atual lixão nas proximidades da vila princesa?

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Passa-se a apresentar os pontos considerados destaque nas entrevistas, separados um a um. Com a gerente da Divisão de monitoramento de Qualidade Ambiental - DMQA[5] (SEMA) que trabalha em conjunto com o departamento de gestão de políticas públicas ambientais e mudanças climáticas – DGPA, ambos são reesposáveis por fomentar e viabilizar a participação popular nas políticas públicas ambientais, como meio de democratização da Gestão Ambiental, além de executar, todas as etapas inerentes às atividades do uso sustentável dos recursos naturais.

A primeira pergunta (aberta), que será analisada, tratou das dificuldades que a gestão enfrenta para com a separação e coleta seletiva em Porto Velho. Em resposta, a entrevistada relata que:

> As maiores dificuldades está relacionada às partes institucionais, existe exemplo de outras secretarias de outros estados como Manaus, Curitiba, Nordeste, existe a Gestão de Coleta Seletiva Integrada ao Meio Ambiente, hoje nós não temos isso, exemplo: a gente faz a poda mais quem faz a coleta é a SEMUSB, *são dois comandos diferentes entende?* (GERENTE DIVISÃO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL - SEMA, 2019).

[5]Disponível em: < https://sema.portovelho.ro.gov.br/artigo/20651/dgpa> acesso em 09/12/2019.

Com base nos termos utilizados nessa resposta, podemos observar elementos como, por exemplo: ausência de integralidade entre gestões, pois não há evidencias de atividades em conjunto para solucionar os problemas ambientais; as competências são individualizadas, caracterizando assim ausência de planejamento, e pela expressão da entrevistada projetada em sua fala, temos a seguinte afirmação: "*são dois comandos diferentes entende*?" isso mostra um discurso de conformidade diante da realidade ambiental de Porto Velho/RO.

(CHIAVENATO, 2003) explica que competência pode ser definida como a qualidade de quem é capaz de analisar uma situação, apresentar soluções e resolver assuntos ou problemas. Sendo assim, a ausência de integralidade entre as gestões para tratar das questões ambientais, para além da obrigatoriedade de elaboração de planos de gerenciamento de resíduos, inviabiliza todo o andamento do processo.

Em uma análise prévia da Lei 12.305(BRASIL, 2010) observa-se que a mesma foi elaborada a partir do conceito de regionalização, visando regimes de cooperação entre os entes públicos com vistas à gestão integrada.

O segundo questionamento é, qual proposta está sendo implantada para deposição adequada dos RSs?

> Essa responsabilidade é com a SEMUSB, lá existe uma comissão de fiscalização de contrato da Marquise e lá eles têm obrigação de ter informação de tudo que a Marquise faz. (GERENTE DIVISÃO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL - SEMA, 2019).

É importante destacar que os setores responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos devem desenvolver suas atividades compartilhadas, zelando pelo melhoramento do meio ambiente e sua destinação adequada. Nessa direção, (DEMAJOROVIC, 2014, p. 5) afirma que "A gestão integrada e compartilhada, no entanto, depende de uma construção e de uma visão muito mais ampla da problemática dos resíduos sólidos"; variáveis tecnológicas, econômicas, culturais e sociais são elementos cruciais para a formulação e implementação de estratégias.

Percebe-se que os atores responsáveis para resolver os entraves da destinação dos RSs ainda não estão atuando em sua totalidade, conforme aponta a lei 12.305 (BRASIL, 2010) que apresenta as responsabilidades, conforme descritas no § 1º. Estão sujeitos à observância desta Lei, tanto o poder público quanto o privado, portanto todos têm a responsabilidade de exercer seu papel em prol da melhoria do meio ambiente com ações preventivas, a fim de evitar grandes danos ambientais.

O princípio da precaução, junto com o da prevenção, traduz a responsabilidade ética objetiva do Estado jurídico-institucional para que nos antecipemos e evitemos a ocorrência de danos prováveis, eis que é obrigação de todos impedirem degradação ambiental irreversível ou de difícil reparação (FREITAS, 2016; WALDMAN, et al, 2010).

Nessa direção, os princípios não podem ser confundidos. Quando prevemos claramente, estamos antecipando uma determinada situação que se tem certeza que poderá acontecer e, para tanto, seria necessária a adoção da "Juridicidade ambiental" para que se desenvolva ferramentas políticas, econômicas, jurídicas, técnicas e científicas por meio da flexibilização, com orientação planejada, dos institutos jurídicos ambientais (CANOTILHO, 2010).

O terceiro ponto questionado foi saber se existem caminhões adaptáveis para realizar a coleta dos resíduos, considerados recicláveis, obtendo-se a seguinte exposição:

> Eu só vi apenas um caminhão no projeto piloto que era no bairro Alphaville, que estavam fazendo, há muitos anos a coleta, não sei se existe mais esse caminhão; quem deveria ter essa informação é a SEMUSB (GERENTE DE DIVISÃO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL - SEMA, 2019). .

Nesse ponto da fala da entrevistada, percebe-se que as atividades entre setores ainda não estão integradas e por isso não existem atividades organizacionais entre os setores responsáveis pelo gerenciamento dos RS; a responsável parece desconhecer a existência do plano viário da prefeitura do município.

O Art. 86 da Subsecretaria Municipal de Serviços (SEMUSB)[6] aponta os seguintes objetivos: o desenvolvimento urbano, o plano viário, a manutenção da prefeitura do município de Porto Velho, preventiva e corretiva dos edifícios e logradouros públicos, e, dentre os diversos méritos, destaca-se o gerenciamento dos serviços de coleta e destinação do lixo - isso incluiu os caminhões adaptáveis suficientes para atender a demanda da coleta dos resíduos, considerados recicláveis em toda cidade de Porto Velho.

Em 2018, já na gestão do prefeito Hildon Chaves, foi elaborado um Relatório Técnico[7] cujos instrumentos estão relacionados à Política Municipal de Meio Ambiente, em consonância com o disposto no Art. 13 da Lei Complementar 138/2001. Esse documento visa propiciar que a população tenha conhecimento da situação ambiental do Município de Porto Velho. PÊCHEUX (1995, p. 190), afirma que, não é o homem que produz os conhecimentos científicos, são os homens em sociedade e na história, isto é a atividade humana social e

---

[6]SEMUSB-Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/18277/semusb-subsecretaria-municipal-de-servicos-basicos> Acesso 21 de outubro de 2019.

[7]Relatório Técnico. Disponível em: <https://sema.portovelho.ro.gov.br> Aceso em 09/12/2019.

histórica, ou seja, é a atividade humana social e histórica. Consequentemente, a produção histórica de um conhecimento científico dado seria o efeito de um processo histórico, determinado por certas condições materiais (econômicas, não econômicas, políticas).

O quarto ponto questionado foi o seguinte: A cooperativa de catadores tem participação na coleta seletiva pela prefeitura? A Secretaria Municipal acompanha o trabalho da Associação de Catadores na coleta seletiva? A Associação de Catadores tem procurado a SEMA para solicitar apoio? Em respostas às questões, expôs-se que: "No momento não". Ao ser questiona dos motivos, a gerente apresentou a seguinte explicação:

> Na coleta mesmo, quem teria que estar envolvido nesse processo mais uma vez é a SEMUSB - Secretaria Municipal de Serviços Básicos, e nesse caso a [8]SEMDESTUR - Subsecretaria Municipal de Indústria que tem as divisões de Políticas de promoção social e tudo mais. Por que as nossas obrigações estão *separadinhas*_aqui dentro, a única obrigação que nós temos na legislação mesmo é a Educação ambiental, a gestão dos resíduos, a promoção e política de integração, aí já é outro setor, entendeu? (GERENTE DE DIVISÃO DE MONITORAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL - SEMA, 2019).

É importante destacar que, a inclusão de catadores na coleta seletiva é uma questão de gestão pública, pois Decreto nº 7.405, (BRASIL, 2010) no Art. 1º assegura: Fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho.

Percebe-se, por essa resposta, que a gerente de gestão municipal não integra o trabalho de forma consciente mesmo "sabedora da Lei 12.305". (BRASIL, 2010) PNRS- Política Nacional de Resíduos Sólidos regulamentados pelo Decreto Federal 7.404, (BRASIL, 2010) que conferem à União e aos Municípios a responsabilidade pela integração das cooperativas de catadores de baixa renda à coleta seletiva pública, e vai além, conferindo a responsabilidade ao poder público pela melhoria das condições de trabalho dos cooperados - inciso III, Decreto 7.404/2010[9], bem como a PNRS também impõem a responsabilidade às pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

A seguir, apresenta-se a entrevista realizada com a gerente da Divisão de Mobilização e Educação Ambiental (DMEA). Esse é um setor que faz parte da estrutura organizacional da

---

[8]SEMDESTUR. Disponível em: < https://semdestur.portovelho.ro.gov.br/> Aceso em 03/03/202021

[9] DECRETO Nº 7.404, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010**.** § 3º Para o atendimento ao disposto neste artigo, os geradores de resíduos sólidos deverão segregá-los e disponibilizá-los adequadamente, na forma estabelecida pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm> Aceso em 09/12/2019.

Divisão de Monitoramento da Qualidade Ambiental - DMQA (SEMA)[10], e desenvolve atividade em conjunto com o departamento de gestão de políticas públicas ambientais e mudanças climáticas – DGPA; ambos são reesposáveis por fomentar e viabilizar a participação popular nas políticas públicas ambientais que entre eles estão a Educação ambiente, como meio de democratização da Gestão Ambiental, além de promover orientação para separação dos resíduos considerados recicláveis e o uso consciente dos recursos naturais.

A primeira pergunta direcionada à participante da entrevista abordará sobre a coleta seletiva no município de Porto Velho-RO e, primeiramente, foi indagado por que não tem coleta seletiva em Porto Velho? Obtendo o seguinte comentário que reorganizou a indagação:

> Na verdade tem a pergunta melhor seria é, porque a coleta seletiva ainda não é efetiva aqui na nossa cidade? (AGENTE DE DIVISÃO DE MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL /SEMA, 2019).

A coleta seletiva ainda não é efetiva por que existem entraves entre as gestões que atuam no problema, pois já se passaram (11) onze anos que PNRS foi instituída, e o prazo para que todos os municípios brasileiros se organizassem em aterro sanitário e coleta seletiva foi até 2014, entretanto, o lixão localizado nas proximidades Vila Princesa continua recebendo os RSs, sem destinação adequada.

Esse cenário confirma a morosidade da gestão pública para desenvolver propostas a fim de solucionar os problemas, com a ausência de destinação adequada dos RSs. A legislação ainda não está sendo aplicada, em sua totalidade, por parte dos atores envolvidos no problema e poucas ações foram desenvolvidas para minimizar os problemas que o lixão está causando ao meio ambiente naquela área.

(SIQUEIRA, 2008) destaca que os problemas ambientais são percebidos e interpretados de diferentes maneiras, uma vez que as pessoas encaram os problemas de acordo com as peculiaridades de suas percepções.

Continuando com a abordagem sobre a coleta seletiva a entrevistada faz questão de frisar como está sendo desenvolvida a dinâmica da “coleta seletiva” nos seguintes bairros:

> Nós temos, se não me engano, são dezoito bairros onde acontece a coleta seletiva e um setor no bairro nacional, não é feita no bairro inteiro é feita só na estrada do Belmonte, então conta como dezoito bairros, se não me engano são sete instituições não me lembro agora: CPA, ministério público, mas tem sete instituições que a empresa concessionária Marquise faz a coleta seletiva, e na época tinha algumas escolas, mas parece que a coleta nas escolas foi paralisada, justamente por esse problema da segregação do lixo, não estava correta a segregação do lixo, até onde

[10] Divisão de Monitoramento da Qualidade Ambiental - DMQA (SEMA). Disponível em: < https://sema.portovelho.ro.gov.br/artigo/20651/dgpa> aceso em 09/12/2019.

> eu sei foi paralisado, não sei se tornou agora. (AGENTE DE DIVISÃO DE MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL /SEMA, 2019).

Considerando que a PNRS foi instituída em 2010, o Programa Nacional Educação Ambiental (PNEA), foi criado pela Lei 9.795, (BRASIL, 1999) tanto a coleta seletiva quanto a EA já deveriam ser uma realidade em todos os bairros, da cidade de Porto Velho/RO.

De acordo com as afirmações da entrevistada "a coleta seletiva foi instituída em sua gestão no ano de 2011 em alguns bairros de Porto Velho", sendo assim, pode-se afirmar que, as gestões anteriores não desenvolveram "projetos para tratar das problemáticas ambientais". Diante desse contexto, essa é uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade, (PÊCHEUX, 2008, p.57). E, portanto, precisam ser tratadas com preocupação pelos poderes públicos.

Segundo questionamento: Os problemas de impactos ambientais podem estar relacionados com a sociedade de consumo que produz muitos RSs e não coopera? A entrevistada respondeu: "Em minha opinião sim". Ao ser questionado dos motivos, a mesma expôs a seguinte afirmativa:

> Porque é um dado, você pode pegar todas as literaturas com relação aos resíduos e você vai ver que o quantitativo de lixo é diretamente proporcional ao crescimento da população, e aqui qual o quadro que agente tem de Porto Velho dos últimos anos? Um "Boom" populacional muito grande e um "boom" desenfreado, então nas palestras que estamos fazendo educação ambiental, a gente sempre apresenta esses dados, nesse período de 2000 a 2015 que foi o período de maior "Boom" populacional e aí a gente fala, bom, o lixo é proporcional ao aumento da população, aumenta a população, aumenta o quantitativo de lixo, mais se aumenta a população, e a população é má instruída, ou não instruída com relação ao lixo, isso triplica, então foi justamente o quadro que a gente teve na nossa cidade. (AGENTE DE DIVISÃO DE MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL /SEMA, 2019).

Parece impossível debruçar-se sobre o tema das conquistas na área ambiental apenas do ponto de vista do Estado, sem considerar o papel da sociedade civil. Qualquer tentativa nesse sentido não daria conta da complexidade do tema, já que a problemática ambiental envolve um vasto campo de conflitos, mobilizando diferentes sujeitos social em espaços sociais também diferenciados (SILVA-SÁNCHEZ, 2000, op. cit., p.75).

Observa-se aqui que, apesar do crescimento populacional contribuir com o aumento do consumo e posteriormente com a geração de RSs em massa, enfrenta-se também nesse cenário a cultura consumista impulsionada pelo sistema capitalista, que se fortalece e cresce de maneira sistêmica, que afeta todo o organismo social.

Bauman trata o capitalismo como sendo, um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não

explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência. (BAUMAN, 2010).

Consumismo e capitalismo sempre estiveram relacionados com a produção de RSs, (BAUMAN, 2008, p. 65), explica que, "O consumismo é uma economia do engano, ele aposta na irracionalidade dos consumidores, e não em suas estimativas sóbria e bem informada, estimula emoções consumistas, e não cultiva a razão".

Portanto, os problemas dos impactos ambientais, provenientes dos RSs, não estão relacionados somente com a população que não colabora, mas existe um conjunto de situações que envolvem o papel do gestor público, elaboração de politicas públicas, planejamento, e comprometimento das esferas públicas para fazer seu papel na fiscalização.

A partir do momento que esses atores não relegarem a planos inferiores a melhoria do meio ambiente, então, será possível vislumbrar mudanças nos aspectos ambientais de Porto Velho/RO.

Terceiro questionamento, perguntou-se, quantas vezes por ano é promovido atividade de educação ambiental integrada ao programa de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente para a sociedade? Obteve-se a seguinte resposta:

> Se a gente for falar, eu posso falar dos projetos e aí se eu for falar vai dizer que é 24 horas, por que o nosso serviço é mais ou menos assim: a gente trabalha a educação ambiental informal e não formal dentro dos projetos, e aí a SEMA trabalha meio que assim, tem esses três projetos sendo desenvolvidos: Escola mais Sustentável, Educação Ambiental nos condomínios sociais, municipais, esse projeto, conforme o projeto for crescendo e for arrumando e caso seja possível ampliar pros condomínios estaduais trabalhando com o estado não tem problema, e levar a Educação ambiental para o baixo madeira, esse é um dos que mais gosto por que quando a gente idealizou, meio que chamaram a gente de doido, tu vai falar de educação ambiental e coleta seletiva no baixo madeira num lugar que nem tem coleta, vocês vão sair de lá escrachados, mas já na primeira viagem a gente teve uma receptividade muito grande, o pessoal gostou aderiu a ideia a gente chegou dizendo olha, não vamos esperar ter coleta pra trabalhar educação ambiental e coleta seletiva não. (AGENTE DE DIVISÃO DE MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL /SEMA, 2019).

De acordo com os relatos da entrevista, "existe EA com projetos para um trabalho de 24 horas de atividades", esta afirmação não está em conformidade com a realidade ambiental de Porto Velho.

Não há evidencias que vislumbre que a população esteja ciente quanto ao seu papel em preservar a natureza e os cuidados com o meio ambiente, visto que é perceptível observar na cidade 'pessoas' descartando objetos nas ruas; nos períodos das festividades fica mais evidente a quantidade de material descartado nas calçadas. (LEFF, 2001) fala sobre a

impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Quarto ponto do questionamento foi levantado a seguinte questão: O que mudou no lixão localizado nas proximidades da Vila Princesa depois da criação da PNRS, que se constitui em um conjunto de regras e diretrizes?

> Olha, eu posso te dizer aquilo que eu presenciei de 2011 pra cá, quando nós entramos, a área da Vila Princesa era apenas montanhas de lixo, o caminhão simplesmente chegava lá e despejava os resíduos e os catadores entravam no meio de tudo, catavam tudo que podiam separavam e mais caminhões vinham, hoje a última vez que visitei acho que foi em 2017, e aí a operação já tá um pouco diferente no sentido de que eles escavam uma nova célula despejam lá dentro os resíduos e a noite aterram os resíduos, até a onde eu sei era assim que estava a operação de lá, no dia seguinte continua joga aterra, joga aterra, cobriu selou, fechou ali os taludes e aí cava uma nova célula. (AGENTE DE DIVISÃO DE MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL /SEMA, 2019).

Observa-se pelo discurso que existe uma ideologia de interesse particular, que aponta para um conjunto de representações e comportamentos políticos, uma vez que: "o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam" (ORLANDI, 2013, p. 42).

Deveria ser regra e não exceção: todo gestor ao assumir uma incumbência procurar se certificar das atividades anteriores, para conhecer os projetos que foram desenvolvidos e, a partir desse ponto, traçar uma nova proposta de trabalho para promover ações que contemplem o contexto atual.

Nesse ponto, apresenta-se a entrevista realizada com o engenheiro do Departamento de Fiscalização e Monitoramento – DFIS[11]; a cujo setor compete a execução dos procedimentos técnicos, administrativos e de natureza fiscal, para a manutenção da qualidade e disponibilidade dos recursos ambientais do município e, ainda, o monitoramento e a fiscalização dos empreendimentos e das atividades públicas e privadas, que causem ou possam causar impactos ambientais.

Primeiro ponto da pergunta, direcionada ao participante da entrevista, foi buscar saber por que não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho. Para essa questão o entrevistado respondeu:

> Já existe coleta seletiva em Porto Velho, a coleta não atende 100%, a coleta seletiva é resultado da empresa Marquise, só que o nosso contrato é um contrato

[11] Disponível em:< https://sema.portovelho.ro.gov.br/artigo/20650/defis> aceso em 02/01/2020

> judicializado, ele não atende os tramites normais e enquanto não for resolvido essa questão do contrato que ela vai vir com a próxima empresa que entrar, ou por participação pública ou provador ou por concessão, a gente fica nesse limbo, com o é judicializado, a gente não pode nem aumentar nem diminuir o contrato, ele tem que atender o mínimo, então, já é realizado, porem não é eficaz, não atende realmente o que deveria ser feito. (ENGENHEIRO AMBIENTAL - SEMA, 2019).

Essa afirmação reforça o que diz (ORLANDI, 2007, p. 39) ao considerar que, "o lugar a partir do qual fala o sujeito é peculiar do que ele diz" ou seja, o que determina a fala do sujeito está relacionado ao lugar de onde fala e estabelece sua força no dizer.

Se a coleta seletiva ainda não contemplou 100% em todos os bairros do município de Porto Velho, pode-se considerar que essa realidade deva estar relacionada com alguns entraves na execução dos projetos, entre eles estão: a morosidade nos planejamentos, ausência de comprometimento com a legislação, investimentos financeiros que podem não estar sendo bem distribuídos e a falta de prioridade com meio ambiente, que continua sendo relegado a plano inferiores.

A Lei n. 12.305 (BRASIL, 2010), em seu art. 36 da PNRS aponta as responsabilidades do titular dos serviços públicos de limpeza, em que, havendo o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, o responsável deverá adotar procedimentos para o reaproveitamento de resíduos reutilizáveis e recicláveis, oriundos dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; estabelecer um sistema de coleta seletiva; estimular os agentes econômicos e sociais a adotar medidas que visem à viabilidade do retorno de resíduos reutilizáveis e recicláveis, coletados na limpeza urbana ao ciclo produtivo; implantar compostagem para resíduos orgânicos, entre outras ações (BRASIL, 2010).

Desta forma, entende-se que é necessário que a gestão pública priorize o tratamento e destinação dos RSs produzidos na cidade de Porto Velho/RO.

Segundo questionamento, perguntou-se: existem propostas para abranger todos os bairros com coleta seletiva?

> Existe na PPP-Participação Pública Privada, já se tem já isso daí, e foi um dos quesitos e também não é questão do município nem da gestão a retirada dessa questão da coleta seletiva, compensa existir a coleta seletiva até mesmo pra diminuição dos custos da disposição final dos resíduos sólidos. (ENGENHEIRO AMBIENTAL - SEMA, 2019).

Percebe-se pela resposta do entrevistado que não existe uma definição de quando e como será instituída a coleta seletiva, para atender todos os bairros de Porto Velho/RO; o participante troca de assunto e segue para outro comentário não respondendo claramente a pergunta. (PÊCHEUX,1988, p.160) entende que o sentido das palavras (...) não é dado diretamente em sua relação com a literalidade do significante; ao contrário, é determinado

pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico, no qual as palavras e expressões são produzidas.

Terceiro questionamento sobre a existência do Plano de Controle Ambiental para a construção do aterro sanitário:

> Pra área da Vila Princesa sim, tem um aterro emergencial que já está sendo contratado, que vai vir pelo recurso da Santo Antônio Energia que é uma compensação social que a gente encontrou quatro milhões lá, uma parte vai ser para construção do aterro emergencial que tem vida útil de três ano e meio e a outra parte vai ser para a restruturação da coleta seletiva do galpão lá da Vila Princesa especifico pra lá, pra dar uma estrutura pra ter maior vazão e separação de material. (ENGENHEIRO SEMA, 2019).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA Nº 404/2008, em seu Art. 1° estabelece que os procedimentos de licenciamento ambiental de aterros sanitários, de pequeno porte, sejam realizados de forma simplificada de acordo com os critérios e diretrizes definidas nessa Resolução;

E no Art. 4°do referido documento, quanto a licenciamento ambiental dos aterros sanitários de pequeno porte contemplados, deverão ser exigidas, no mínimo, as seguintes condições, critérios e diretrizes: V - Uso de áreas que atendam a legislação municipal de Uso e Ocupação do Solo, VI - uso de áreas que garantam a implantação de empreendimentos com vida útil superior a 15 anos.

Considerando que Porto Velho não dispõe de destinação adequada para os RSs, a proposta para construção de um aterro emergencial seria inviável, pois estaria ocupando uma área de terra apenas por três anos e meios; expirado esse prazo será necessário a escolha de um novo local para a deposição dos resíduos sólidos. (COIMBRA, 2014, p. 524) reforça que "[...] A questão ambiental, pela sua enorme complexidade, precisa de uma abordagem holística, de um enfoque sistêmico e de um tratamento interdisciplinar".

A construção de um aterro sanitário teria vida útil mais prolongada, desde que a separação dos resíduos considerados recicláveis sejam realizados pelas cooperativas de catadores, e a população receba orientação para fazer a separação domiciliar dos materiais considerados recicláveis; dessa forma o aterro sanitário teria tempo de vida útil por muito mais tempo, assim seria possível usufruir da coleta seletiva e preservar o meio ambiente.

Quarto ponto do questionamento, questionou-se qual trabalho está sendo desenvolvido para diminuir os custos relacionados com a disposição final para amenizar os problemas dos impactos ambientais provenientes dos RSs, obtendo o seguinte relato:

> A Vila Princesa hoje, apesar de não ter um aterro, ela é uma área naturalmente apta a receber o aterro, por que já fizemos sondagem e não deu lençol freático, fizemos uma perfuração de poço com mais de 30 metro não deu água, então a gente não tem

> lençol freático ali, a gente tem um rochoso laterítico gigante que acaba acumulando todo aquele chorume, por não ter impermeabilização por geomanta, a gente tem um risco do chorume escorrer, porem, ele não infiltra no lençol freático, por que a camada laterítico lá, camada não permeável gigante lá dentro, por estudo de sondagem a gente sabe disso. (ENGENHEIRO AMBIENTAL - SEMA, 2019).

Em se tratando de proposta para reduzir os impactos ambientais, provenientes da deposição final dos RSs no lixão, localizado nas proximidades da Vila Princesa, o trabalho realizado diz respeito à preservação do espaço físico que será utilizado para construir o aterro emergencial, contudo, não fica evidente que vai minimizar os impactos ambientais e reduzir os gastos financeiros. (LOPES, 2003) afirma que a realidade brasileira quanto à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, ainda, concentra-se na destinação final e não na prevenção da poluição e minimização da geração de resíduos na fonte.

Quinto ponto, foi questionado se os recursos financeiros são suficientes para construir um aterro sanitário e posteriormente implantar essa gestão da coleta seletiva.

> O recurso já existe, vai ser o mesmo que tá sendo pago e elas provem da taxa da coleta de resíduos, a taxa de coleta de resíduos ela cai junto com o IPTU e você tem que pagar, esse é o recurso do município, quando a PPP vier eles vão fazer uma revisão desse valor da taxa de resíduo, vai se passar em lei tudinho pra instituir o real valor, na construção da proposta de concessão até mesmo a PPP." (ENGENHEIRO ambiental - SEMA, 2019).

Com base nessa resposta, o entrevistado afirma que os recursos são advindos da taxa do IPTU- Imposto Predial e Territorial, a taxa de recolhimento teve seu início por meio do Decreto nº 10.254 de 29/12/2005[12]; em 2019 a prefeitura de Porto Velho arrecadou R$ 17 milhões com IPTU, o tempo de contribuição do IPTU[13] já soma (10) dez anos de recolhimento e, até esse ano de 2020, não foi possível construir um aterro sanitário para resolver o problema do lixão, na cidade de Porto Velho/RO.

O entrevistado também afirma que os recursos financeiros para construir o aterro provisório são provenientes de concessão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Diante dessas afirmações, percebem-se marcas de contradição no discurso, (ORLANDI, 2003, p. 73/76) observa que o funcionamento do discurso acontece entre o real e o imaginário; o real é representado pelo sujeito e evidencia a identidade caótica do discurso, que se traduz na fragmentação, na incompletude, na contradição.

---

[12] Decreto nº 10.254 de 29/12/2005. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=177444> Acesso em 27 de janeiro de 2020.

[13] Jornal diário da Amazônia. Disponível em: < https://www.diariodaamazonia.com.br/prefeitura-de-porto-velho-ja-arrecadou-r-17-milhoes-com-iptu/> Acesso em 27 de janeiro de 2020.

As contradições nos discursos do entrevistado evidencia que ainda não existem definições sobre a construção do aterro sanitário e/ou emergencial, bem como sua estrutura e data definida.

5.2 Análises de discurso dos entrevistados do MP

Entrevista realizada no Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente-CAOMA, [14] Ministério Publico-MP, atua como órgão de apoio às Promotorias de Justiça, atuantes na defesa do meio ambiente, desenvolvendo atividades como: Atuação interinstitucional junto com os outros órgãos que atuam na defesa da realização de operações de fiscalização das áreas especialmente protegidas.

Apresentam-se a seguir, os (10) dez questionamentos feitos ao entrevistado do Ministério Público-MP.

Quadro 10 - Questionamentos feitos ao entrevistado do Ministério Público-MP

QUESTÕES	SÍNTESE DAS RESPOSTAS
1. Por que não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho?	Por que não tem contratação de empresa.
2. A Lei Nº 9.605/98 de crimes ambientais dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, nesse sentindo como o Ministério Público trata a ausência de um aterro sanitário e posteriormente a coleta seletiva?	Nós temos vários inquéritos contra vários gestores.
3. A Politica Nacional de Resíduos Sólidos previu o fim dos lixões a céu aberto até 2014, e todos os municípios deveriam ter construídos aterros sanitários ou se organizados em consórcios para resolver o problema. Considerando que Porto Velho tem um dos piores lixões a céu aberta do Brasil, como o Ministério Público pretende atuar diante desse fato?	A primeira ação que nós propusemos não era nem questão de resíduos sólidos, era sobre a falta de aterro sanitário no município.
4. Porto Velho vive um problema ambiental, um deles é ausência de aterro sanitário, a justiça impõe a gestão de resíduos sólidos para a construção do aterro sanitário e posteriormente a coleta seletiva. Nesse sentido, qual providencia a ser tomado pelo MP para que a Legislação seja atendida pelos atores reesposáveis?	Em 1996 a gente ajuizou, o município foi condenado não cumpriu.
5. Já existe localização para construir o aterro sanitário?	Tem tudo já.
6. Onze anos depois da criação da LEI 12.305/2010, Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em um conjunto de regras e diretrizes, o que mudou na deposição adequada e no lixão da vila princesa? Por que?	Eu acho que não mudou quase nada.
7. É de conhecimento do Ministério Público uma possível recuperação do lixão da Vila Princesa?	Não.
8. A falta de iniciativa por parte do município está relacionada à falta de ações?	Há, isso aí é uma sucessões de péssimos gestores
9. Eu verifiquei que a CANTANORTE tem CNPJ, sim, a CANTANORTE tá organizada.	Não, aí a gente vai ver quem está lá no aterro sanitário.

[14] CAOMA. Disponível em: Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente-CAOMA.< https://www.mpro.mp.br/web/caop-meio-ambiente/atribuicoes > Acesso 05/01/2020.

Quando o aterro sanitário estiver funcionando poderia ser contratada?	
10. A população talvez não tenha interesse ou não entendeu ainda que existem resíduos que podem ser transformados em dinheiro?	Olha vou te falar uma coisa, agora tem um projeto de fazer coleta seletiva nos condôminos.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A seguir, passa-se a apresentar os pontos considerados destaque da entrevista, realizada com representante do MPE.

Primeiro ponto do questionamento, por que não tem coleta seletiva em Porto Velho?

> Por que não tem contratação de empresa, não tem plano de saneamento básico, basicamente tudo isso é motivo para não fazer a coleta seletiva, eu sei que já estão fazendo em alguns bairros, eu também soube que existe uma resistência muito grande da população em separar, a gente tem trabalhado muito com as cooperativas, elas já estão se estruturando, é bem difícil, acho que essa pergunta envolve um conjunto de situações. (MPE, 2019).

Apesar de existir coleta dos RSs nos bairros pela empresa contratada pela prefeitura, esse serviço ainda não atende as orientações da PNRS, conforme destaca os seguintes incisos da lei: V - Coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição; VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos; (BRASIL, 2010).

Os problemas pela falta de deposição adequada dos RS, na cidade de Porto Velho/RO, já existem há mais de (20) vinte anos, o descarte permanece sem uma destinação adequada para amenizar os impactos ambientais.

É considerado descarte inadequado todo resíduo descartado no chão, ruas, lagos, praias, rios, praças, escolas e qualquer outro local passivo de ilegalidade, segundo (TAVARES, 2008), além do mais, os matérias descartados nas ruas pela população contribuem para alagamentos nos períodos de chuvas, entupindo galerias e bueiros, comprometendo a saúde da população.

A resistência da população pode estar relacionada a um conjunto de situações como, por exemplo, ausência de saneamento básico, politicas públicas atuantes para resolver os problemas do meio ambiente. (ORLANDI, 2012, p. 213) afirma que “nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/ vestígios para compreender os pontos de resistência”.

A resistência é a prova das falhas do próprio estado que não está atendendo os princípios da obrigatoriedade da lei, para inserir a população no processo de conscientização

dos benefícios que a coleta seletiva proporciona, para o meio ambiente e, posteriormente, para os catadores que buscam sua fonte de renda nos materiais recicláveis.

Segundo ponto, foi perguntado sobre a Lei Nº 9.605, (BRASIL, 1998) de crimes ambientais que dispõe sobre as sanções penais e administrativas, derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; como o Ministério Público trata a ausência de um aterro sanitário e, posteriormente, a coleta seletiva?

> Temos vários inquéritos contra vários gestores, antes inclusive da lei teve denuncias de 2002/2004, varias denuncias, contra vários gestores pelo deposito irregular de resíduos que é o artigo 54 da lei 1905, nós não temos controle aqui por crime, teve varias denuncias, tem inclusive alguns inquéritos na delegacia ainda sobre o aterro sanitário da vila princesa que tá lá em faze de instrução. (MPE, 2019).

Os inquéritos encaminhados pela autoridade ministerial são declarações legais; a autoridade requisitada tem o dever cumpri-la. Além disso, o descumprimento indica responsabilidade penal da autoridade pública que tipifica a conduta como crimes de prevaricação e desobediência, conforme o disposto nos Arts. 319 e 330 do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), a seguir explicitado.

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. Desobediência.

Art. 330 - Desobedecer à ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

No entanto, mesmo com os inquéritos encaminhados via autoridade ministerial, o descumprimento permanece pela gestão pública que tem competência para desenvolver ações, afim de evitar os graves impactos ambientais ao meio ambiente.

Os problemas dos impactos ambientais provenientes do lixão a céu aberto, em Porto Velho-RO, já tem história desde a criação do estado; as denúncias quanto os descasos ao RS chegaram até o Ministério Público desde 2002 a 2004. O que acontece nesse cenário é a falta de ações por partes dos gestores; existe uma rotatividade de gestores na esfera Municipal que, provavelmente, esteja contribuindo para o não seguimento dos projetos.

Terceiro questionamento: Porto Velho vive um grave problema ambiental, um deles é ausência de aterro sanitário e a justiça impõe a gestão de resíduos sólidos, a construção do aterro sanitário e, posteriormente, a coleta seletiva. Nesse sentido, qual providencia a ser tomado pelo MP para que a Legislação seja atendida pelos atores reesposáveis.

> A primeira ação que nós propusemos não era nem questão de resíduos sólidos, era sobre a falta de aterro sanitário no município, essa ação é de 1996, já tem decisão, execução tem dinheiro bloqueado, quatro milhões bloqueados, e tá em fase de

> cumprimento de sentença, com o a lei de resíduos sólidos o precedente era pra ter o plano de saneamento básico, que também não tinha, a ação é de 1996, então, independentemente de uma lei especifica que foi 2014, nós já tínhamos essa ação contra o município, que era principalmente resíduo e saúde e o lixão da Vila Princesa. (MPE, 2019).

A morosidade em cumprir o que impõe a legislação, por parte das esferas públicas, torna inviável qualquer ação que venha beneficiar o meio ambiente; percebe-se, pelo tempo que ocorreu a ação por falta de um aterro sanitário, que a gestão municipal já teria tempo suficiente para implantar uma gestão de resíduos sólidos e, consequentemente, promover a educação ambiental, para poder usufruir da coleta seletiva.

Quarto questionamento: (11) Onze anos depois da criação da Lei 12.305 (BRASIL, 2010), PNRS, que se constituem em um conjunto de regras e diretrizes, o que mudou na deposição adequada e no lixão da Vila Princesa? Por quê?

> Eu acho que não mudou quase nada, o que eu vejo que mudou é que talvez os catadores estejam mais organizados em termos de separação de lixo. Mas em termos de a iniciativa do município não mudou nada. Qual motivo da ausência de iniciativa por parte do município? Isso aí é uma sucessão de péssimos gestores. (MPE, 2019).

O fato de nada ter mudado, depois que a PNRS foi instituída, está relacionado com a ausência de comprometimento dos próprios atores envolvidos nessa problemática ambiental. Além do mais, as ações, para solucionar os problemas referentes ao RSs de Porto Velho/RO, ainda são tratados em segundo plano.

5.3 Análises de discurso dos entrevistados da SEMUSB

Entrevista realizada na Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos-SEMUSB, órgão responsável pelo o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação, voltados à área de serviços públicos. Entre os méritos descritos, estão o desenvolvimento urbano, e gerenciamento dos serviços de coleta e destinação do lixo.

Apresenta-se a seguir, um quadro com onze (11) questionamentos feitos ao entrevistado da SEMUSB

Quadro 11- Questionamentos feitos ao entrevistado da SEMUSB

QUESTÕES	SÍNTESE DAS RESPOSTAS
1-Porque não tem coleta seletiva em Porto Velho?	Coleta seletiva em Porto Velho ela existe.
2-A população recebeu bem essa proposta para separar os resíduos?	Pois é, a nossa população em si ela não tem o hábito.
3-Quantas vezes por ano é promovida atividades de EA nos bairros em Porto Velho?	Como tem essa equipe da empresa que faz EA é para ser mensal né.
4-Existe caminhão especifico para realizar a coleta	Sim, é um caminhão diferenciado.

dos resíduos considerados recicláveis?	
5-Qual trabalho está sendo desenvolvido para gerar essa conscientização na população com relação ao RS para que ela veja com algo que possa gerar renda aos catadores e possa reduzir os impactos ambientais, a SEMUSB tem algum trabalho nessa área?	Olha a SEMUSB praticamente não possui.
6-Os recursos financeiros são suficientes para construir um aterro sanitário e implantar essa coleta seletiva em todos os bairros de Porto Velho?	Sim, tanto é que tá em tramite uma licitação para se fazer um novo contrato.
7-Os problemas dos impactos ambientais eles podem estar relacionados com a sociedade que produz muito resíduo e também não coopera?	Sim, em grande parte.
8- As sacolas específicas para coleta seletiva é a prefeitura que disponibiliza ou a população que compra?	É a população em si, a prefeitura não tem recursos.
9-Onze (11) anos depois da criação da LEI 12.305/2010, Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em um conjunto de regras e diretrizes, o que mudou na deposição adequada e no lixão da vila princesa?	Visualmente, mas na questão do lixo a céu aberto.
10- Do ponto de vista da saúde, a situação de destinação final dos resíduos sólidos, apresenta-se como um problema social a ser enfrentada, qual a proposta para solucionar essa questão?	É, desse ponto não posso expor praticamente nada.
11- Existe calendário da coleta seletiva?	Temos sim.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A seguir passa-se a apresentar os pontos considerados destaque da entrevista, realizada com representante da SEMUSB.

Primeira pergunta a seguir está relacionada à implantação da coleta seletiva: Porque não tem coleta seletiva em Porto Velho?

> A Coleta seletiva em Porto Velho ela existe, tanto é que ela teve que ser instituída assim que finalizou a concessão, ainda não tinha esse item, isso em 2010, só que ela foi proposta assim como modelo né, parte de um projeto modelo, começou com três (3) bairros (Conjunto Alphaville zona norte, Conjunto Rio Candeias na zonal sul, e o Ulisses Guimarães na zona leste)".
> "Aí depois foi se estendendo para alguns públicos que já vinham atendendo a PNRS para fazer a segregação dos resíduos, então, foi abrangendo, mas os bairros desse quadrilátero da região central né, tipo Olaria, São Cristóvão, Pedrinhas, São João Bosco, mas nessa área central da cidade né, não pode ser estendida para outros bairros por que só foi contratada uma equipe de coleta, no caso composta de um caminhão um motorista e três (3) coletores. (GESTOR DA SEMUSB, 2019).

A resposta do entrevistado não está em conformidade com a realidade ambiental de Porto Velho no quesito "coleta seletiva" e sua implantação; o que de fato existe no momento é o trabalho dos catadores autônomos e dos integrantes das cooperativas.

No entanto, para instituir uma coleta seletiva com abrangência em todos os bairros, conforme orienta a PNRS, só seria possível se a Gestão Publica, juntamente com Gestão

Administrativa, tivessem como proposta nos projetos: a construção do aterro sanitário, contratação com as cooperativas de catadores, preservação ambiental, visão de crescimento econômico e, posteriormente, um plano de ação para a educação ambiental, a fim de conscientizar e orientar a população para separar os resíduos recicláveis. Dessa forma, "o processo de implantação deve conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social, sob ações de curto, médio e longo prazo" (TINOCO et al., 2010).

Conforme dito anteriormente na fala do entrevistado "ainda não tinha esse item, isso em 2010" o entrevistado se refere ao período que foi instituída a Lei 12.305, (BRASIL, 2010), se observamos nos relatos expressos, temos duas situações não esclarecida:

a) O ano é 2010, inicio da "coleta seletiva" nos bairros, assim apresentado pelo entrevistado: "Aí depois foi se estendendo para alguns públicos que já vinham atendendo a PNRS." Essa afirmação não se configura como realidade na cidade de Porto Velho, não existe extensão da "Coleta Seletiva nos dias atuais".
b) O ano é 2021, os bairros de Porto Velho/RO ainda não foram contemplados pela extensão da coleta seletiva, conforme afirmou o gestor e, nesse cenário, tudo permanece como estava em 2010, sem a coleta seletiva, sem aterro sanitário, embora, a gestão pública afirme que existe "coleta seletiva".

Segundo ponto, foi feita a seguinte pergunta: A população recebeu bem essa proposta para separar os resíduos considerados recicláveis?

> Pois é, a nossa população em si, ela não tem o hábito e nem o costume de segregar os resíduos, tanto é que a gente tem uma dificuldade enorme com relação a isso, tanto é que o programa conseguiu, mas adesão na parte do Ulisses Guimarães, tanto é que tem presente uma associação de catadores que reside lá e foi feito mais conscientização, então da parte da empresa que a contrata Marquise, ela contratou uma equipe de EA, que unicamente ela faz parte de EA nas escolas Municipais, mas o bairro que mais se teve assim, impacto positivo foi Ulisses Guimarães, onde o pessoal tem consciência de segregar os resíduos né. (GESTOR DA SEMUSB, 2019).

Diante do enunciado na fala do entrevistado ao dizer: "Pois é, a nossa população em si ela não tem o hábito e nem o costume de segregar os resíduos" não basta promover projetos sem acompanhamento e reformular pontos que necessitem de ajustes, e incluir EA; esses deveriam ser o direcionamento nos bairros de Porto Velho, conforme afirma (FRANCO et al., 2012, p. 158) a esse respeito: A Educação Ambiental surge como auxílio para que as pessoas possam perceber o seu meio, a partir de outros estímulos e visões, conscientizando-se da necessidade de preservação e da compatibilização entre a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico.

Além disso, as políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (TEIXEIRA, 2002). Dessa forma, torna-se importante conscientizar a sociedade dos ganhos que gera ao meio ambiente, quando existe preservação e conservação; se a população não contribuiu em fazer sua parte, como cidadão, para fazer a separação dos resíduos, isso significa que lhe faltou acompanhamento por parte dos integrantes da gestão pública.

Terceiro ponto foi questionado quantas vezes por ano é promovida atividades de EA nos bairros em Porto Velho?

> Como tem essa equipe da empresa que faz EA é para ser mensal né, ela emite um cronograma de atividades em que ela faz as visitas nos órgãos onde são feita as coletas seletivas, onde ela vai verificar se tá sendo feito ou não, se param o porque, se param dando uma justificativa qualquer, então é retirada e colocada para quem tem interesse né. (GESTOR DA SEMUSB, 2019).

No município de Porto Velho, as atividades de EA, centrada na conscientização da população, ainda seguem a passos lentos do que se espera das ações, por parte do gestor público. Por isso, não foi possível identificar essa ação, nem pelo poder público nem por empresa privada; é importante ressaltar que as políticas públicas são ações do governo destinadas a resolver as demandas da sociedade, uma destas ações está a educação, (GELINSKI; SEIBEL, 2008).

Os projetos elaborados pelos gestores da SEMA, que foram iniciados com a proposta de orientar a população nos bairros através da EA, não seguiram adiante, isso porque, a cada troca de gestão também troca de projetos, por isso que não tem resultados satisfatórios que contribua no direcionamento da conscientização da população, nos bairros de Porto Velho.

Quarto questionamento, perguntou-se se existe caminhão especifico para realizar a coleta dos resíduos considerados recicláveis?

> Sim, é um caminhão diferenciado né, ele tem uma plotagem totalmente diferente do caminhão que faz a coleta de resíduos domiciliares. (SEMUSB, 2019).

Assim observado nesse relato, fica evidente as marcas de contradições ditas pelo entrevistado, ao afirmar que existe um caminhão especifico para recolher os resíduos recicláveis. O que ainda não existe é uma “coleta seletiva” na cidade de Porto Velho, na perspectiva teórica, podem-se perceber, discursivamente, os movimentos contraditórios entre sujeito e o sentido (ORLANDI, 2007, p. 17).

Realmente existe um veículo com plotagem de identificação diferenciado dos demais caminhões específicos para coleta de resíduos domiciliares, entretanto, o que não existe é a

logísticas de orientação para a coleta de resíduos recicláveis e, pela fala do entrevistado, este confirma que a população "não tem o hábito e nem o costume de segregar"; de fato, se a população não está sendo orientada para fazer a separação dos resíduos, obviamente não haverá consolidação para o desenvolvimento da coleta seletiva.

Quinto questionamento**:** qual trabalho está sendo desenvolvido para gerir essa conscientização na população, com relação aos resíduos, para que ela veja como algo que possa gerar renda aos catadores e possa reduzir os impactos ambientais, a SEMUSB tem algum trabalho nessa área?

> Olha, a SEMUSB praticamente não possui né o trabalho de conscientizar à população, a gente tem um projeto de começar primeiramente na secretaria, aí vai parte dos interesses dos órgãos públicos do municipal e do estado também de começar ter uns programas internos né, pra gente começar fazer essa parte dos programas externos, tem algumas autarquias tipo sistema FECOMERCIO que já tem um programa pra conscientizar os próprios funcionários e servidores e que isso vá se abranger externamente né, tanto na área onde eles moram quanto ali no entorno desses órgãos". (GESTOR DA SEMUSB, 2019).

A pergunta não faz referência à conscientização de funcionários dentro de uma empresa, esse movimento interno é significativo, mais não diz respeito à promoção e conscientização da população, com relação aos resíduos recicláveis e sua abrangência nos bairros.

No intuito de deixar mais evidentes as afirmações contraditórias anteriores, por parte do gestor da SEMUSB, apresenta-se aqui parte do Art. 86 da Subsecretaria de Serviços Básicos, a continuação do artigo está no site da prefeitura que pode ser conferido no link da nota de rodapé. "A Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos[15] compete dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados à área de serviços públicos entre outros."

Diante da expressa declaração do entrevistado, observa-se transferência de competência que são inerentes a Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB, para órgãos privados. Exemplo: "O sistema FECOMERCIO já tem um programa pra conscientizar os próprios funcionários e servidores e que isso vá se abranger externamente né, tanto na área onde eles moram quanto ali no entorno desses órgãos."

Sexto ponto da pergunta: Os recursos financeiros são suficientes para construir um aterro sanitário e implantar a coleta seletiva em todos os bairros de Porto Velho?

> Sim, tanto é que tá em tramite uma licitação para se fazer um novo contrato, a gente tá trabalhando, no caso a Marquise está através de um acordo judicial né, enquanto

[15] Disponível em < https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/18277/semusb-subsecretaria-municipal-de-servicos-basicos> Acesso 10 de janeiro de 2021.

> não se tem uma nova licitação para qual empresa vai trabalhar com essa parte, tanto a coleta comum quanto a coleta dos resíduos seletivos pra abranger toda cidade. (GESTOR DA SEMUSB, 2019).

Nessa resposta, percebe-se uma afirmativa que existem recursos financeiros para solucionar os problemas dos impactos ambientais, causados pela ausência de destinação adequada dos RSs, porém, onze anos (11) já se passaram e ainda não existe aterro provisório, aterro sanitário definitivo, coleta seletiva, não existe proposta para inserir as Cooperativas de Catadores como empresas para fazer a separação dos RSs e destinação final dos mesmos, "Todos esses entraves estão caracterizados como improbidade administrava citada na (LEI Nº 8.429, (BRASIL, 1992), cujos responsáveis são os agentes públicos, durante o exercício de função, é uma realidade que não se pode refutar".

Muitas são as contradições e entraves que caracterizam ausência de prioridade nas questões ambientais, por parte do poder público; contudo, o que foi possível confirmar como existência foram projetos que ainda não foram concretizados, devido as sucessivas trocas de gestores e por isso não existe continuidade dos projetos anteriores, que poderiam ser adaptados de acordo com a realidade e necessidade da cidade.

5.4 Análises de discurso do entrevistado Fórum Lixo e Cidadania

Entrevistas com representante do Fórum Lixo e Cidadania de Porto Velho. Essa entrevista foi realizada para complementar a abordagem anterior, sobre atuação dos Catadores e, posteriormente, a implantação da coleta seletiva na cidade e Porto Velho-RO.

De acordo com os relatos do entrevistado, a logística de trabalho realizada pelos catadores ocorre por conta própria, pois não existe apoio do poder público para essa atividade.

Nesse primeiro resultado da entrevista, ficou claro que a realidade das atividades dos catadores está muito distante dos resultados apresentados, anteriormente, pela fala dos Gestores Públicos.

Mesmo com a Lei 12.305 (BRASIL, 2010) em vigor, que orienta as formas como cada estado deve se organizar com relação o trabalho dos catadores, incluindo nos projetos de integralização, para que os mesmo possam trabalhar de forma humanizada, essa não é a realidade dos catadores de materiais recicláveis de Porto Velho/RO.

Apresenta-se a seguir, um quadro com dez (10) questionamentos feitos ao entrevistado do Fórum Lixo e Cidadania.

Quadro 12 - Questionamentos feitos ao entrevistado do Fórum Lixo e Cidadania

QUESTÕES	SÍNTESE DAS RESPOSTAS

1. Como iniciou a implantação da coleta seletiva em Porto Velho pela prefeitura?	A prefeitura, através da Marquise, começou implantar.
2. Como foi elaborada a logística da coleta seletiva nos bairros de Porto Velho?	"Antigamente" era feito folheto deixado por baixo da porta .
3. Qual o resultado do trabalho desenvolvido pela Marquise e pela Prefeitura na coleta seletiva?	Ainda que alguns cidadãos separassem, especificamente, e a Marquise recebesse também, mas na verdade vinha tudo para o mesmo lugar para o lixão.
4. Por que até o momento implantar a coleta seletiva não foi bem sucedida pela Marquise e pela Gestão Pública?	Isso mostra como a prefeitura e a própria empesa não se empenham.
5. Por que em outros estados do Brasil a coleta seletiva tem resultados eficientes?	Isso é referência de vários municípios de outros estados, onde foi implantada a coletiva com a inclusão das cooperativas de catadores.
6. Em sua opinião, o que impede a prefeitura fazer contratação com as cooperativas de catadores de matérias recicláveis?	Parece que há um comprometimento com empresas que, aparentemente é mais cômodo.
7. Há quanto tempo as cooperativas esperam por uma contratação dos governos?	É uma luta de muitos anos.
8. Porque existem pessoas que não fazem parte das cooperativas?	Porque uma quer, mas algumas outras pessoas não querem.
9. Os materiais prensados pelos catadores são comercializados em Porto Velho ou é vendido pra outra cidade?	A cooperativa comercializa direto com indústria recicladoras de São Paulo.
10. Os serviços prestados pelos Catadores na coleta seletiva em Porto Velho tem apoio do poder público?	Não tem apoio, é tudo por conta deles, sem remuneração do poder público.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A seguir, passa-se a apresentar os pontos considerados destaque da entrevista, realizada com representante do Fórum Lixo e Cidadania.

Primeiro questionamento feito ao entrevistado teve como interesse verificar: como iniciou a implantação da coleta seletiva em Porto Velho pela prefeitura?

> A prefeitura através da Marquise começou implantar a coleta seletiva em "alguns bairros," não sei exatamente quantos bairros mais centrais ao redor do centro. Só que essa coleta seletiva ela foi muito mal preparada, não ouve um trabalho de Educação Ambiental eficiente. (FÓRUM LIXO E CIDADANIA, 2020).

Como dito pelo entrevistado, sobre a tentativa de implantar a coleta seletiva em alguns bairros pela empresa Marquise, juntamente com a Prefeitura, "essa coleta seletiva ela foi muito mal preparada," de fato é uma realidade; os bairros de Porto Velho ainda não estão exercendo a separação dos materiais considerados recicláveis, - existem projetos que não estão em prática por parte da gestão pública. (FUZARO, 2007) observa que é preferível a

implantação da coleta seletiva de forma gradativa e segura, em função dos custos e recursos, do que frustrar as expectativas da comunidade e também dos trabalhadores envolvidos.

Percebe-se nos relatos das entrevistas, contradições na fala dos Gestores Públicos, referentes à implantação da coleta seletiva. As atitudes dos sujeitos envolvidos nesse processo é sequencial, mesmo antes da lei 12.305 (BRASIL, 2010), e as incoerências revelam o quanto às questões ambientais, em Porto Velho, sempre foi relegado a planos inferiores; é necessário e urgente que a gestão pública siga os preceitos da legislação para estruturar a coleta seletiva.

O segundo questionamento baseou-se em saber: como foi elaborada a logística da coleta seletiva nos bairros?

> "Antigamente" era feito folheto, deixado por baixo da porta ou entregava pros moradores, explicando que ia iniciar a coleta seletiva e que era para os moradores iniciarem a coleta em casa que eles passariam a receber um valor diferenciado, pela implantação da coleta seletiva, inclusive é um caminhão especifico pra isso. (Fórum Lixo e Cidadania).
>
> A Marquise passou a entregar esse material recolhido no galpão da cooperativa, mas o problema é que, como não havia feito um trabalho eficiente para sensibilizar a população, para fazer essa separação corretamente, então vinha mais rejeitos do que material reciclável, então os catadores, no inicio não quiseram mais receber esse material. (FÓRUM LIXO E CIDADANIA, 2020).

Muitas vezes a coleta seletiva é iniciada de forma precipitada, sem ter realizado uma pesquisa sobre o local onde será realizada a destinação final do lixo e também sobre o local de estocagem temporária para os resíduos gerados (MOREIRA, 2006).

É importante ressaltar que, para se obter sucesso na coleta seletiva, é importante orientar a população e conscientizá-la da importância de fazer a separação dos resíduos, considerados recicláveis, além do mais, a boa infraestrutura faz parte do sucesso para a coleta seletiva ser efetiva como, por exemplo: instalar recipientes nos locais de coleta, além disso, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para a cooperativa de reciclagem ou para o centro de separação.

Pelo detalhamento nas respostas, percebe-se que a gestão pública não tinha, na época, e continua sem ter um planejamento para conduzir uma logística dos RSs, para atender os objetivos em realizar a coleta seletiva nos bairros, como dito pelo entrevistado "não havia feito um trabalho eficiente para sensibilizar a população para fazer essa separação corretamente."

Terceiro ponto; nesse tópico foi levantado o seguinte questionamento: Por que até o momento a implantação da coleta seletiva não foi bem sucedida pela Marquise e pela Gestão Pública?

> Isso mostra como a prefeitura e a própria empresa não se empenha pra qualificar melhor essa coleta seletiva onde é feito, e que é muito pouco dos resíduos sólidos

> produzidos no município de Porto Velho, e pra ser mais eficiente, a gente sabe que uma coleta seletiva, se fosse feito através da contratação dos catadores pra fazer essa implantação, a coleta e a triagem seria muito mais eficiente, por que os catadores sabem fazer esse trabalho muito melhor e como eles fazem, visando o produto; é o ganha pão deles, então eles vão fazer com muito mais dedicação; a população vai compreender muito melhor. (FÓRUM LIXO E CIDADANIA, 2020).

De acordo com a Lei Federal nº 8.987, (BRASIL, 1995), que dispõe sobre os serviços prestados no § 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, na sua prestação.

A falta de empenho pela gestão pública, para tratar das ações dos RSs como prioridade e seriedade, caracteriza-se como ausência de interesse sobre as questões ambientais e, a cada ano que passa, os desafios têm aumentado para implantar a coleta seletiva, por decorrência do crescimento populacional na cidade de Porto Velho.

O quarto questionamento quer saber sobre o que impede a prefeitura fazer contratação com as cooperativas de catadores de matérias recicláveis?

> Parece que há um comprometimento com empresas que aparentemente é mais cômodo, é mais fácil fazer esse trabalho com empresas, ignorando essa possibilidade com os catadores, sempre que a gente tem reivindicado, eles dizem e prometem que vão fazer essa inclusão, mas passa de gestão em gestão e não se efetiva realmente essa questão da possibilidade de dar condições, mas adequadas e dignas para esse trabalho dos catadores que os catadores já fazem há tanto tempo aqui no município. (FÓRUM LIXO E CIDADANIA, 2020).

Com base nessa resposta, “Parece que há um comprometimento com empresas que aparentemente é mais cômodo” isso indica pouca fiscalização aos serviços na coleta seletiva que as empresas privadas prestam ao poder público; esse cenário se configura em impedimento para não incluir os catadores no trabalho de coleta.

A Lei nº 8.666, (BRASIL, 1993), em seu art. 58, destaca o regime jurídico dos contratos administrativos entre eles está o IV: aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, ou seja, é uma obrigatoriedade do poder público aplicar as sanções pela não adequada execução dos serviços.

Considerando que em Porto Velho já existe cooperativas registradas como empresa com CNPJ, devidamente organizadas que já exercem trabalhos de coleta seletiva na cidade, o poder público deveria fazer contratos com as cooperativas para garantir o trabalho dos catadores.

O quinto questionamento, refere-se a: os serviços prestados pelos Catadores na coleta seletiva em Porto Velho tem apoio do poder público?

> Não tem apoio, é tudo por conta deles, sem remuneração do poder público (FÓRUM LIXO E CIDADANIA, 2020).

A Lei n. 12.305 (BRASIL, 2010) destaca as obrigatoriedades do poder público no art. 42 III, - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos, para as cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda.

A ausência de apoio nas atividades dos catadores de materiais recicláveis está relacionada aos interesses políticos, porque envolvem questões financeiras nas tratativas com as empresas do seguimento privado; isso tudo tem levado ao impedimento o trabalho dos catadores que permanecem exercendo suas atividades na informalidade.

5.5 Análises de discurso do entrevistado: Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - CATANORTE - Porto Velho/RO

Entrevista realizada com representante da Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - CATANORTE - Porto Velho/RO. A proposta de inserir a CATANORTE teve como objetivo levantar embasamento para apresentar a logística das atividades desenvolvidas pelos os Catadores na coleta seletiva.

A missão da CATANORTE[16] visa "Coletar materiais recicláveis, com inclusão social para geração de emprego e renda justa a todos que fazem parte da instituição, levando a nossos clientes produtos de qualidade e à sociedade a melhoria do meio ambiente e consequente qualidade de vida a todos".

A criação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em Porto Velho, ocorreu em 2014, como a primeira iniciativa da organização social da categoria; a regularização veio no ano de 2019. A cooperativa iniciou com vinte e dois (22) cooperados, atualmente esse quantitativo aumentou para cinquenta e três (53) cooperados ativos. Em 2019, foram constituídas três Associações (ASCAVIP, ASPROVEL e UNIDOS PELA VIDA).

Em 2010, foi fundada a Cooperativa CATANORTE para atuar em forma de rede de entidades de catadores e promover a comercialização de materiais recicláveis, a partir dos princípios da economia solidária e também para facilitar parcerias estratégicas com empresas da iniciativa privada e, de modo especial, com o poder público, visando ampliar as possibilidades comerciais de materiais recicláveis e de prestação de serviços ambientais.

Apresenta-se a seguir, um quadro com nove (9) questionamentos feitos ao entrevistado da CATANORTE.

[16] CATANORTE. Disponível em:< http://www.catanorte.com.br/sobre-a-catanorte/> Acesso em 29 de março de 2021.

Quadro 13 - Questionamentos feitos ao entrevistado da CATANORTE

QUESTÕES	SÍNTESE DAS RESPOSTAS
1. A Cooperativa recebe apoio do poder público, Municipal, Estadual para sua implantação ou ampliação da coleta seletiva?	Os únicos apoios que a gente teve ao longo desses anos foi do Partido dos Trabalhadores-PT.
2. O que tem motivado os catadores desenvolverem os suas atividades de coleta seletiva mesmo sem o apoio do município e empresa privada?	O nosso trabalho é um meio de sobrevivência.
3. Como é realizada a comercialização dos RSs considerados recicláveis pela cooperativa?	Então, ao longo do tempo a gente vem adquirindo bastante credibilidade de algumas indústria.
4. Quais equipamentos a cooperativa já adquiriu para fazer a reciclagem?	Os maquinários tem alto custo entendeu?
5. A empresa Marquise tem alguma parceria com a cooperativa?	A gente tem contato com o diretor responsável por ajudar a comunidade em alguns serviços.
6. Quanto ao incentivo para implantar a coleta seletiva a Marquise tem estabelecido apoio com a cooperativa?	Não tivemos nada de apoio.
7. Qual impedimento a Cooperativa enfrenta para fazer contratação com a SEMA , visto que se a instituição está devidamente documentada para firmar contrato com o município?	Com relação à contratação em si, eles sempre alegam que não tem concorrência.
8. Como é realizado a coleta seletiva em outro município de Rondônia, que pode servir de modelo para o município de Porto Velho?	Diferente de Porto Velho, Ji-Paraná que tem apoio do munícipio
9. Quantas propostas por meio de documentos foram encaminhadas para o poder público, solicitando apoio logístico para efetivar os trabalhos da Cooperativa?	Quanto ao apoio logístico foram várias reuniões, a gente tem até registro disso.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A seguir passa-se a apresentar os pontos considerados destaque da entrevista realizada, com representante da CATANORTE.

O primeiro questionamento buscou saber se a Cooperativa recebe apoio do poder público, Municipal, Estadual para sua implantação ou ampliação da coleta seletiva?

Em resposta, o entrevistado afirma que:

> Os únicos apoios que a gente teve ao longo desses anos foi do Partido dos Trabalhadores-PT, quando muda de gestão a gente enfrenta dificuldade de conseguir apoio, tudo envolve politica. Envolvendo essas politicas estão todos os governadores, prefeitos, e quem faz essas inclusão social dessas pessoas, estou falando assim em termo não só de Porto Velho mais de estado. (CATANORTE, 2021).

Com base nos termos expressados pelo entrevistado, é possível perceber em seu relato um sentimento de inconformismo e frustação; esse sentimento é característico do se

humano proveniente de situações externas ou internas, porém, nesse caso, os entraves tratados aqui estão relacionados com as situações externas, visto que os integrantes das cooperativas anseiam a colaboração e apoio dos poderes públicos e de seus gestores, para desenvolverem suas atividades laborais. Segundo (MOURA, 2008), o termo frustração, utilizado no dia-a-dia, possui diferentes significados, podendo ser interpretada através de dois aspectos:

Em um aspecto, a frustração pode ser compreendida como a representação de um objeto impeditivo da realização de uma necessidade, algo externo ao sujeito, ou seja, um obstáculo ou um evento. Todavia, a frustração também se refere a um sentimento, que pode ser negativo, representando insucesso ou tristeza, por não se ter atingido algo pretendido. (MOURA; PASQUALI, 2006, p. 4).

Diante dos relatos apontados pelo entrevistado, sobre a ausência de apoio e a morosidade para tratar com mais seriedade o trabalho dos catadores, percebe-se que, enquanto não ocorrer uma mudança de atitude das politicas públicas, no município de Porto Velho, as questões ambientais permanecerão sem prioridade.

O segundo questionamento buscou saber o que tem motivado os catadores desenvolverem os suas atividades de coleta seletiva, mesmo sem o apoio do município e empresa privada?

A resposta foi a seguinte:

> O nosso trabalho é um meio de sobrevivência, pagar conta, manter a família, é o nosso ganha pão ali, mesmo a gente tendo todas as leis ao nosso favor como a PNRS, a gente conseguiu fazer uma lei também que prioriza os catadores na coleta seletiva, existe uma lei no municipal que a gente conseguiu construir, só que os caras não apoia, quantas vezes a gente foi falar com o próprio prefeito atual que se reelegeu, com os próprios secretários, porque eles não reconhecem e nem valoriza o nosso trabalho. (CATANORTE, 2021).

Considerando o contexto atual, que todos os cidadãos precisam trabalhar para manter sua sobrevivência, segundo (REEVE, 2006), a motivação extrínseca nasce das consequências e dos incentivos ambientais como, por exemplo, alimento, dinheiro, cuja expressão do entrevistado, registra o óbvio pelo qual os catadores necessitam, com urgência, do poder público para organizar e efetivar seus trabalhos de forma a gerar condições financeiras, que atendam suas necessidades diárias.

Percebe-se, pelos termos utilizados que, independente do quadro de descasos, por parte do poder público, em possibilitar a inclusão social e ao reconhecimento profissional com garantias de emprego, existe as necessidades básicas que motivam essa categoria a continuar trabalhando mesmo que seja na informalidade.

O ponto central da motivação está inserido em todos os seguimentos de desenvolvimento do ser humano, nesse sentido (LIMONGI,2008) enfatiza que se houver sintonia entre as vontades pessoais e as necessidades de uma organização, direcionadas, por exemplo, para metas melhoria de qualidade, envolvimento com equipes, diz-se que a pessoas está motivada para trabalhar.

Terceiro ponto questionado, foi saber como é realizado a comercialização dos resíduos sólidos, considerados recicláveis pela cooperativa?

Em resposta, o entrevistado relatou que:

> Então, ao longo do tempo a gente vem adquirindo bastante credibilidade de algumas indústrias fora do estado, hoje a cooperativa CATANORTE, é uma cooperativa que mais tem mais volume de material e qualidade também, isso aí a gente adquiriu com formações, orientações, no inicio a gente acabava vendendo para atravessadores, pessoas que trabalham até hoje aqui no município que ficaram milionário com a exploração do nosso trabalho, depois que a gente adquiriu esses conhecimentos, e as documentação necessária, a gente conseguiu ter uma qualidade e um volume grande do produto e acabaram procurando a cooperativa, e hoje toda a nossa produção é escoada para outro estado, tem um empresário aqui que ele compra, ele faz o beneficiamento e o grão, mas ele acaba mandando para fora do estado também, pelo motivo que não tem como fazer o produto final . (CATANORTE, 2021).

A CATANORTE conseguiu reconhecimento pelo esforço de todos que estão envolvidos nessa luta para validar os trabalhos que a Instituição vem desenvolvendo, para reduzir os impactos ambientais no município de Porto Velho, através da coleta seletiva e reciclagem dos materiais, e, mesmo sem apoio do poder público, vem se destacando no mercado que indica ser muito promissor.

A coleta seletiva vem avançando nos últimos anos e mostrando resultados positivos, quando o trabalho é feito com seriedade e objetivo; entretanto, não basta somente o reconhecimento é necessário que as políticas públicas do município exerça seu papel, possibilitando a integralidade da empresa, no serviço que tem beneficiado o meio ambiente na redução de resíduos que são levados para o lixão.

Como se vê, é necessário o apoio logístico para que a cooperativa desenvolva suas atividades com segurança, organização, pois, apesar de não ter no município empresas de reciclagem, os produtos são encaminhados para fora do estado, isso significa que existe movimentação econômica para esses serviços.

A quarta questão buscou saber como é realizada a coleta seletiva em outro município de Rondônia, que pode servir de modelo para o município de Porto Velho?

Em reposta, o entrevista apresentou-a da seguinte forma:

> Diferente de Porto Velho, Ji-Paraná, que tem apoio do munícipio, e começaram com projeto que não tinha parceria com a prefeitura, mas com apoio da secretaria

> do meio ambiente conseguiram equipamentos e estão com uma mega estrutura de coleta seletiva, é uma cooperativa modelo, e só funciona se o município estiver envolvido, eles recebem 27.000 mil reais pra fazer coleta seletiva em 22 bairros de Ji- Paraná. (CATANORTE, 2021).

De acordo com os termos apresentados pelo entrevistado ao afirma que "Diferente de Porto Velho, Ji-Paraná, que tem apoio do munícipio", quando o apoio parte do poder público, que detém o poder financeiro para investir na implantação da coleta seletiva e reconhece que existe uma lei que deve ser cumprida, tal qual está inserida em seus incisos e parágrafos, e que não há dúvida que é possível promover mudanças, para evitar impactos ambientais, e garantir emprego dos catadores; é importante ressaltar que a profissão dos Catadores foi reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pela Portaria n.º 397, de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho, sob o Código n.º 5.192-05.

Contudo, nas propostas das politicas públicas deveriam estar inseridas ações para a inclusão socioprodutiva de catadores, cujo objetivo deveria incentivar todos os municípios a criar programas para a coleta seletiva, visando apoiar cooperativas e associações de catadores. Essas ações estariam pautadas no Decreto Presidencial 5.940, (BRASIL, 2006; nesse decreto está previsto que todas as repartições públicas da administração direta ou indireta devem fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores.

Do mesmo modo, a Lei 11.445 (BRASIL, 2007), que altera a Política Nacional de Saneamento, permitindo que as administrações públicas contratem, com dispensa de licitação as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva, possibilita a sua remuneração.

Percebe-se, nesse cenário das politicas públicas do município de Porto Velho, a falta de interesse para incluir as cooperativas de catadores nos programas e nos projetos de coleta seletiva, que já foram encaminhados, solicitando apoio para, de fato, implantar a coleta seletiva no município de Porto Velho.

A quarta questão levantada visava saber quantas propostas, por meio de documentos, foram encaminhadas para o poder público, solicitando apoio logístico para efetivar os trabalhos da Cooperativa?

> Quanto ao apoio logístico foram varias reuniões, a gente tem até registro disso, por exemplo, na gestão passada a nossa primeira solicitação foi com o secretario Djalhes e depois com o Robson Damasceno, a gente expôs tudo solicitou, a gente apresentou pra SEMUSB a gente apresentou dois (2) projetos de coleta seletiva e quem nos prestou acessório foi seu Olavo ele elaborou junto com a [17]Ecoporé e aí a gente já fez varias solicitações, inclusive na do Mauro Naziff, mas que nos apoiou mais a gente teve apoio na gestão do Roberto. (CATANORTE, 2021).

[17] ECOPORÉ. Disponível em: https://ecopore.org.br/novo/ Acesso em 30 de março de 2021.

Com base nessas respostas, “Quanto ao apoio logístico foram varias reuniões, a gente tem até registro disso”, percebe-se que nada foi feito para promover contrato com as cooperativas de Catadores no município de Porto Velho, porém, nada foi efetivado por parte dos gestores públicos, O enfrentamento dos desafios socioambientais, para o desenvolvimento local, exige novos modelos de cooperação e parcerias entre o governo e a sociedade, que articulem inclusão social, geração de renda e preservação ambiental (BURSZTYN, 2000; JACOBI, 2000; JACOBI, 2006).

Diante do que está expresso na fala do entrevistado, observa-se ainda que a cooperativa já teve várias reuniões, com objetivo de expor o projeto para a coleta seletiva no município de Porto Velho, contudo, até o momento dessa pesquisa a cooperativa de catadores continua sem o devido apoio, para estruturas a logística da coleta seletiva; os trabalhos por esses profissionais seguem de forma autônoma.

É importante destacar, a nível mundial, que o cenário ambiental está em crise e, de acordo com (ZACARIAS,2000), vive-se uma crise civilizacional e ambiental. Pesquisadores na área ambiental afirmam que a crise é a um só tempo, generalizada e global, visto que os sistemas naturais, que fornece a sustentação de vida à população, que está em constante crescente no planeta, estão precários pelo mal uso e pelo estilo de vida que estão desenvolvendo, sem se dar conta dos agravos como um todo.

6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, foi possível observar que os entraves ambientais estão relacionados com a morosidade nos planejamentos de politicas públicas e prioridade política. Nos relatos das entrevistas, foi possível perceber que as ações para tratar das questões ambientais de Porto Velho aparecem de forma muito teórica, representada nos projetos.

A prioridade para implantar a coleta seletiva fica muito a desejar, considerando as orientações da PNRS que trata especificamente das propostas para viabilizar a construção de aterro sanitário e, posteriormente, a implantação da coleta seletiva, com inclusão de catadores. (LIMA, 2011, p.130-131) afirma que a política ambiental brasileira padece: (...) de falta de vontade e prioridade política; de fragmentação intersetorial; de participação legítima; de incoerência entre leis e práticas e de ambiguidade estatal, frente aos interesses privados, podendo, assim, vislumbrar a magnitude e a complexidade dos desafios abertos.

Diante do que foi dito pelos envolvidos na pesquisa, fica claro que não há evidencias e interesse pelos gestores públicos para implantar ações mais efetivas tais como: incorporar as atividades em coleta seletiva, que, pela baixa preocupação na destinação dos resíduos sólidos,

não há articulação entre os atores do processo. Foi possível observar, também, os desafios para articular as ações entre as secretarias municipais, para produzir resultado mais eficaz no quesito planejamento e politicas públicas ambientais, como por exemplo, abrir as secretarias municipais para os catadores.

Embora exista uma legislação em vigor que trata dos méritos e orienta o poder público na elaboração e implantação de aterro sanitário e, posteriormente, uma coleta seletiva, inclusão dos catadores, através das cooperativas, não existe interesse para fazer contratos com as instituições, contudo, com o passar do tempo, os problemas dos impactos ambientes na cidade de Porto Velho só tem se agravado pela falta de politicas públicas atuantes, comprometidas com as questões sociais e ambientais.

Para (BAPTISTA,2015, p.8), os programas de coleta seletiva, na maioria dos municípios brasileiros, são realizados em parceria com cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis; nesse caso não há uma delegação de prestação de serviços, pois a gestão dos resíduos é constitucionalmente uma atribuição dos municípios.

Entende-se que as questões ambientais apontam na direção de todos e, nesse sentido, é importante tratar das problemáticas ambientais com objetividade, para reverter esse quadro caótico que encontra-se a destinação dos RSs em Porto Velho/RO. Porém, para reverter essa situação grave dos problemas ambientais, é necessária a cooperação de todos os envolvidos nesse processo: empresas, população e, principalmente, do poder público, que tem as condições financeiras e legais para atuarem na gestão de resíduo solido.

No entanto, as sucessivas trocas de gestores no setor público ocasiona morosidade para implantar os projetos e propor soluções para resolver os entraves ambientais causados pela falta de uma coleta seletiva. É importante entender que a implantação de um sistema requer que certos requisitos sejam atendidos, tanto estruturais quanto de conscientização das pessoas.

Percebeu-se ainda nesse estudo e nas análises das entrevistas que existe limitações para realizar as coletas dos materiais recicláveis por parte do catadores. Todo esse entrave está relacionado com a ausência de politicas públicas empenho do poder publico que não apoia as atividades desses profissionais.

Contudo, é importante mencionar que diante das fragilidades para exercer as atividades em coleta de materiais recicláveis catadores e cooperativas seguem realizando seu trabalho fazendo a coleta seletiva. A coleta seletiva que existe em Porto Velho, que é efetivamente realizada, quem faz é a CATANORTE, e sem apoio do poder público, a empresa já dispõem de equipamentos, inclusive dois caminhões, sendo que um dos caminhões é utilizado para fazer a coleta seletiva nos condomínios.

6.1 Considerações Finais

Os argumentos apresentados nesta etapa foram formulados com base nos resultados da pesquisa e, posteriormente, nos relatos e análises das entrevistas. Neste estudo, buscou-se verificar como a gestão pública trata o gerenciamento dos RSs, produzidos nos bairros de Porto Velho.

Nos resultados, foi possível constatar que já houve uma tentativa para implantar a coleta seletiva por gestores da Prefeitura, em alguns bairros de Porto Velho. No entanto, não avançou por falta de planejamento, prioridades, investimentos financeiros, falta de um local apropriado para receber os resíduos recicláveis.

A população ainda não está orientada o suficiente para entender o quanto é importante para o meio ambiente fazer a separação adequada dos resíduos recicláveis. No tocante à conscientização da população, não tem uma politica pública para fomentar a conscientização de Educação Ambiental; talvez por falta de um melhor esclarecimento, não vem colaborando com o trabalho dos catadores na separação dos materiais recicláveis, para que esses profissionais possam exercer suas atividades com mais segurança.

Outro ponto importante para destacar está relacionado à ausência de saneamento básico; esse ponto indica um dos motivos para não implantar a coleta seletiva. Atualmente, o trabalho com a coleta seletiva está sendo realizado por iniciativa própria das Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis e Catadores autônomos.

Segundo (CORNIERI, 2011), a coleta se dá exclusivamente pelas prefeituras, em conjunto com cooperativas, ou exclusivamente por catadores. Para implantar a coleta seletiva, a PNRS estabelece mecanismos de indução da coleta seletiva com catadores, para que os municípios elaborem e se organizem seguindo esta diretriz (BESEN et al., 2014).

A ausência de contratos firmados entre prefeitura e cooperativas de Catadores não favorece o trabalho desses profissionais que buscam, na coleta, e, posteriormente, na reciclagem uma fonte de renda para sua sobrevivência.

Contudo é importante apontar alguns entraves no trabalho dos Catadores e catadoras de Porto Velho/RO: a) "população não colabora" e ainda demonstra resistência para separar os resíduos recicláveis de maneira como deveria, porque não há uma politica focada nesse aspecto; b) resistência relacionada pela falta de orientação e conhecimento sobre os resíduos; c) ausência de uma ligação entre a fonte de recursos econômicos aos catadores.

Observou-se também nesta pesquisa que os projetos de Educação Ambiental, para conscientizar e orientar a população, quanto à separação dos resíduos, considerados recicláveis, não contempla os bairros de Porto Velho.

A Educação Ambiental (EA) é uma tentativa de incorporação das questões ambientais no processo formativo; é importante ressaltar que tal aprendizagem surgiu como proposta ao enfrentamento da crise ambiental, através da articulação entre a esfera social e ambiental, como proposta de educar a sociedade, para melhorar sua relação com a natureza (VENTURA e SOUZA, 2010).

A Educação Ambiental explicita a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania, visando inserir novas saberes e ações, apreender processos sociais e comportamentais, como apresentado na Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, instituída pela Lei 9.795, (BRASIL, 1999), por meio do Decreto 4.281, (BRASIL, 2002).

Acredita-se que seria viável para a melhoria da redução dos impactos ambientais provenientes dos resíduos sem destinação adequada, a existência de uma parceria entre catadores e sociedade para colocar em prática a coleta seletiva, visando a redução dos impactos ambientais, provenientes dos descartes inadequados no lixão (GONÇALVES, 2002).

Uma alternativa possível para a prefeitura de Porto Velho seria fazer contrato com a cooperativa de catadores, visto que já está legalmente cadastrada como empresa. Essa atitude possibilita a inclusão dos catadores no serviço de limpeza pública, com serviços de triagem, para que eles possam desenvolver suas atividades com mais dignidade.

Espera-se que este estudo proporcione o surgimento de novas pesquisas, visando uma maior compreensão quanto os benefícios da coleta seletiva e, posteriormente, definição adequada para os resíduos produzidos na cidade de Porto Velho.

Para tanto, sugere-se, como ponto de partida, a conscientização ecológica e social, de toda sociedade, a fim de evitar e/ou mitigar os grandes impactos ambientais provocados pelo descarte inadequado dos RSs. Outro ponto importante, como sugestão, é de se iniciar o processo de desativação do lixão, localizado nas proximidades da Vila Princesa, para que possa iniciar uma nova etapa para encerrar o problema ambiental e social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. (ABNT) **NBR. 13896/1997**. Catalogo Disponível em: <http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=4829> Acesso em 22 de Outubro de 2018.

ADEODATO, S. E. A. **Reciclagem, ontem, hoje e sempre**. São Paulo: Cempre, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**, 2017. Disponível em: http://abrelpe.org.br/panorama/. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

_____. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/downloads/Panorama2011.pdf> Acesso em 8 de novembro de 2021.

_____. Associação de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil** 2020.

BAPTISTA, V. F. **As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro**: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 141-164, jan./fev. 2015.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BATISTA, E. L.; LIMA, Marcos Roberto. **A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica transformadora**: da consciência filosófica à prática revolucionária. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme (Org.). Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

BAUMANN, Z. **Vida para consumo:** A transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BERGUE, S. T. **Gestão de pessoas em organizações públicas**. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

BERNARDO, M.; LIMA, R.S. Planejamento e implantação de um programa de coleta seletiva: utilização de um sistema de informação geográfica na elaboração das rotas. ***Revista Brasileira de Gestão Urbana***, Curitiba, v. 9, suppl. 1, p. 385-395, 2017.

BESEN, G. R. (et al.,) Coleta seletiva na Região Metropolitana de São Paulo: impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 259-278, jul./set. 2014.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências

Sociais. **Revista Eletrônica de Pós- graduandos em Sociologia em Política da UFSC**. Santa Catarina, v.2. n.1. jan-jul, p. 68-80, 2005.

BOSI, A. P. A Organização capitalista do trabalho "informal" O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n.67, p.101-191, 2008.

BRANDÃO, A. O.; SILVA, G. N. Impactos econômicos da implantação de aterros sanitários individuais nos municípios brasileiros. **HOLOS**, Ano 27, Vol. 3. 2011.

BRASIL. **Resolução Nº 466,** de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 03 abril 2021.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs**, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em 30/05/2019.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental**. **Lei 9.795/99**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 02 de janeiro de2019.

_____. Classificação Brasileira de Ocupação. **CBO - Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002 -** (mtecbo.gov.br). Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/legislacao.jsf> Acesso em 07 de abril de 2021.

_____. **Código Penal Brasileiro, Prevaricação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

_____. **Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm Acesso em 07 de abril de 2021.

_____. **Decreto Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br > Acesso em 14 de março de 2021.

_____. **Decreto Nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm> Acesso 21 de outubro de 2019.

_____. **Decreto Nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973**. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 14 de março de 2021.

_____. **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Disponível em**:** <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/decreto-no-4281-de-25-de-junho-de-2002-educacao-ambiental> Acesso em 14 de março de 2021.

_____. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em 07 de abril de 2021.

_____. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**, disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 19 de maio de 2018.

_____. **Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em 03 de março de 2021.

_____. **Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm> Acesso em 14 de março de 2021.

_____. **Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Licitações e Contratos da Administração Pública e dá Outras Providências. Disponível em: http://plataformamaisbrasil.gov.br/legislacao/leis/lei-n-8-666-de-21-de-junho-de-1993. Acesso em 03 de março de 2021.

_____. **Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.** Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil> Acesso em 03 de março de 2021.

_____. **Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro dE 1998** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm> Acesso em 14 de março de 2021.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuossolidos/politica-nacional-deresiduos-solidos/contextos-e-principais-aspectos.html>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

_____. **Resolução CONAMA Nº 404/2008** Disponível em: < http://www2.mma.gov.br/port/conama/processo.cfm?processo=02000.000868/2006-39> Acesso em 24 de janeiro de 2020.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997. <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> Acesso em 20 de dezembro de 2018.

BRESSER-Pereira, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, 1996.

BRINGHENTI, J. Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos: Aspectos Operacionais e da Participação da População. **Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade Pública da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2004.

BURSZTYN, M. **Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão:** o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (Org.). No meio da rua: nômades,excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo.** 3ª Edição. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP; 1999.

CANOTILHO, J. J.G. **O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-99112010000100002&script=sci_arttext&tlng=en > Acesso em 21 de outubro de 2019.

CARMO, M.S. **A semântica "negativa" do lixo como fator "positivo" à sobrevivência da Catação –** Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro, 2005. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração. ENANPAD, Brasília – DF.

CAVALCANTE, S.; FLÁVIO, M. Ministério Público do Paraná, MPPR. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Janguruss. **Scientific Electronic Library Online, SCIELO**, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100012>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

CHIAVANETO, I; Introdução à Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2003.
_____. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: **Elsevier,** 2010.

COIMBRA. J. de A. A. **Linguagem e Percepção Ambiental**. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Orgs.). Curso de Gestão Ambiental. 2. ed. São Paulo: Manole, 2014.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL - COMCAP. **Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Urbanos de Florianópolis**. Florianópolis, 2002.

CONSONI, A. J; PERES, C. S; CASTRO, A. P. de. **Origem e Composição do Lix**o. In: D'ALMEIDA, M. L. O; VILHENA, A. Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado. 2. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), e Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), 2000.

CORNIERI, M. G. **Programas municipais de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos em Santo André** – SP: um estudo a partir do ciclo da politica Pública (Policy Cycle). 2011. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DANILO, L. C. S. **Análise dos riscos ocupacionais e acidentes de trabalho em catadores de resíduos em cooperativas de Ceilândia –DF.** Brasília, 2014.

DEMAJOROVIC, J. (et al.,) **Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos.** Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/jacuqes_demajorovic.pdf>. Acesso em: 09 dezembro de 2019.

FONSECA, E. **Iniciação ao estudo de resíduos sólidos e da limpeza urbana**. João Pessoa: A União, 1999.

FRANCO, A. R.; MORAIS, G. A. C. de; NETO, J.D.; LOPES, J.C.C.; LEUCAS, H. L. B. de; GUADALUPE, D. C.; BARROS, M. D.M de. **Estudo de percepção ambiental** com alunos de Escola Municipal localizada no entorno do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça. Ambiente & Educação. v.17 (1), p. 155- 175, 2012.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3ª Ed. Belo Horizonte. Editora Fórum. 2016.

FROTA, A. J. A. et al**. Implantação de um sistema de coleta seletiva: aspectos legais e de sustentabilidade.** Revista de Gestão e Sustentabilidade Ambiental, v. 4, n. 1, p. 129-155, abr./set. 2015. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/ view/2312> Acesso em: 8 novembro. 2021.

FUZARO, João Antônio. **Coleta Seletiva para prefeituras**. São Paulo: SMA/CPLEA, 2007.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. **Formulação de Políticas Públicas**: Questões Metodológicas Relevantes. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, 2008.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GODECKE, M. V.; NAIME, R. H.; FIGUEIREDO, J. A. S. **O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 8, n. 8, p. 1700-1712, 2012.

GONÇALVES, J. A. (Coord.). **Metodologia para a organização social dos catadores**. São Paulo: Peirópolis, Belo Horizonte, MG: Pastoral de Rua, 2002.

GONÇALVES, J. A. et al. **Dezoito anos catando papel em Belo Horizonte**. Estudos Avançados, Belo Horizonte, n. 63, p. 231-238, maio/ago. 2008.

GOMES E CARVALHO, Julia Maria, vida e lixo: A situação de fragilidade dos catadores de material reciclável e os limites de reciclagem, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e possibilidades sob a ótica da economia solidária. Brasília: IPEA, 2017.

IKURA, F. A. Resíduos sólidos urbanos no Pontal do Paranapanema – SP: **inovação e desafios na coleta seletiva e organização de catadores.** 2011. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.

JACOBI, P. R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. **Gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de São Paulo: avanços e desafios**. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 2, p. 90-104, abr./jun. 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Martin Claret. 1ª edição. 149 páginas. 2005.

KLUNK, L.; M, J.M.; TURATTI, L.**O Educador Ambiental** do Projeto Cultivando Água Boa da Bacia Hidrográfica do Paraná II. REVBEA, São Paulo, v. 13,n.3, p.10-25, 2018.

LEAL, A.C.; J, A.T.; Alves, N.; Gonçalves, M.A. & Dibiezo, E.P. (2002**).** A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Revista Terra Livre**, São Paulo, 18(19), 177-190, jul/dez.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexibilidade**, poder. 9ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.

LIMA, G. F. C. **A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil**: avanços, obstáculos e contradições. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.23, 2011.

LIMA, J. D. DE. **Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil**. JOÃO PESSOA: [S.N.], [1998?].

LIMA, V. S.; CORDEIRO. J.S. **Desafio do trabalho coletivo por cooperativa de catadores**. Caso: COOPERVIVA – **Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável** de Rio Claro / SP. In: III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2013, Florianópolis.

LIMONGI, A. C. **Comportamento organizacional: conceitos e práticas**. São Paulo. Saraiva, 2006

LOPES, A. A. **Estudo da gestão e do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos no município de São Carlos/SP.** 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - São Carlos, 2003.

MARIGA. J. T. **Resíduos Sólidos e Meio Ambiente Urbano**. Revista Varia Scientia, v. 5, n. 10, p. 177-187, jul/set. 2006.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, M. S., **Estratégia e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental Modelo ISO 14000**. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2006.

MOURA, C, F; PASQUALI, L. **Construção de um teste objetivo de resistência à frustração**. 2006 Psico-USF, 11(2), 137-146. Disponível em: < https://www.academia.edu/27378852/A_avalia%C3%A7%C3%A3o_psicol%C3%B3gica_em_processos_seletivos_no_contexto_da_seguran%C3%A7a_p%C3%BAblica>. Acesso em: 03 abril 2021.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração**: Potencial e Desafios. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

ONU-**Organização das Nações Unidas.** Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes> Acesso em 20 de setembro de 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____ _. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

_____ . **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PALUDO, A. **Administração Pública para Auditor Fiscal da Receita Federal e Auditor Fiscal do Trabalho**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso uma Critica a afirmação do obvio**/ Michael Pêcheux; tradução Eni Pucinelli Orlandi. Et al. 2 ed. Campinas, SP: Editorada UNICAMP,1995.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas. SP: Editora da UNICAMP. 1988.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PESSOA, R, S. **Curso de Direito Administrativo** Moderno. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PINHEL, J; ZANIN, Maria; MÔNACO, Graziela**. Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção**. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela (Org.). Cooperativas de catadores. São Carlo: Claraluz, 2011.
REEVE. J. **Motivação e emoção**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

REZENDE, J. H.; CARBONI, M.; MURGEL, M. A. T.; CAPPS, A. L. A. P.; TEIXEIRA, H. L.; SIMÕES, G. T. C.; RUSSI, R. R.; LOURENÇO, B. L. R.; OLIVEIRA, C. A. **Composição gravimétrica e peso específico dos resíduos sólidos urbanos em Jaú (SP).** Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 18, n. 1, p. 1-8, 2013. AGRARIAN ACADEMY, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.4, n.7; p. 2017 36 . doi: 10.1590/S1413- 41522013000100001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/fDHpfgCRRxXhWFZX3wrzmxw/?lang=pt> Acesso em: 23 de novembro de 2021.

RIBEIRO, E, A. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RIBEIRO, S. M. R. (2002). **Reforma do aparelho de Estado no Brasil**: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal.

RIBEIRO, T, F.; LIMA, S. do C.. **Coleta Seletiva de Lixo Domiciliar**: Estudo de Casos.Caminhos de Geografia 1(2)50- 69, dez/2000.

ROCHA, A. C. et al. Gestão de resíduos sólidos domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita/PR. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 5, n. 4, ed. esp., p. 699-714, set./dez. 2012. Disponível em: < https://periodicos.ufsm.br/index.php/reaufsm/article/view/7657/pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

ROSA, M, V, de F, Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

ROSS, D.; CARVALHAL, M. D, RIBEIRO, S. Q. **A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no oeste paranaense e a dinâmica estratégica da reprodutividade do capital**. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro2010. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/06ROSS1102.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

SANTOS G. O., SILVA L. F. F. **Estreitando nós entre o lixo e a saúde** – estudo de caso de garis e catadores da cidade de Fortaleza, Ceará. **Revista Eletrônica do Problema,** Fortaleza, vol. 3, n. 1, p. 83-102, jun. 2009.

SANTOS, M. C. L.; Gonçalves-Dias, S. L. F.. **Gestão de Resíduos na cidade de São Paulo**: um problema, múltiplas soluções. In B. R. Padovano, M. Namur, & P. B. Sala (Eds.), **São Paulo**: em busca da sustentabilidade (Vol. 1, pp. 146-159). São Paulo: EDUSP/PINI, 2012.

SILVA, A. C. R. de. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** 2. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, T. G. B.; ARAÚJO, G. C. Gestão de resíduos sólidos em eventos: um estudo em Paranaíba - MS. R. de **Gestão de Sustentabilidade Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 310-326. 2017.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 2000.

SIQUEIRA, L, de C. **Política ambiental para quem**?. Ambient. soc., Campinas , v. 11, n. 2, p. 425-437, 2008.

SISINNO CLS, Oliveira RM, **organizadores. Resíduos sólidos, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.

STROH, P. Y**. Cidade, lixo e cidadania**. Edufal. 2009.

TARVARES, J. C.L. **Caracterização dos Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maceió** - Al. 2008. 114p. Dissertação (Mestrado em Engenharia: Recursos Hídricos e Saneamento) - Universidade Federal de Alagoas. Centro de Tecnologia, Maceió.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em 07 de março de 2021.

TINOCO, M.R.L., SOARES, J.M., SILVA, S.M., 2010. **Crescimento populacional e sustentabilidade ambiental**. Revista de Trabalhos Acadêmicos, vol. 2, pp. 1–41. Tradução de Carlos Alberto Medeiros- Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2008.

TORRES, H. R. **As organizações dos catadores de material reciclável: inclusão e sustentabilidade.** O caso da associação dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável, Asmare, em Belo Horizonte, MG. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2008.

VAISMORADI, M. et al. **Theme development in qualitative content analysis and thematic analysis.** Journal of Nursing Education and Practice, v. 6, n. 5, p. 398-405, 2016.

VENTURA, G., SOUZA, I.C. de. **Refletindo sobre a relação entre natureza, valores humana, valores capitalistas e a crise ambiental:** contribuição para a promoção da educação ambiental Critica. Revista eletrônica Ambiente e Educação. Rio Grande. V.22p. 13-34.2010.

VERSA, C. R.; SOARES, A. S. F. **Sujeito e sentido em O dia em que matei meu pai, de Mario Sabino.** In PATTI, A. R. et al [Orgs.]. Textecendo **discursos na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro &João Editores, 2014, 421 p.

WALDMAN, M. Lixo: **Cenários e Desafios: abordagens básicas para entender os resíduos sólidos.** 2010. São Paulo: Editora Cortez.

Wee, Y. S. & Quazi, H. A. (2005). **Development and validation of critical factors of environmental management**. Industrial Management e Data Systems. (2005).

ZANETI, I. C. B. B. **As sobras da modernidade**. Porto Alegre, RS: Corag, 2006.

ZACARIAS, R. **Consumo, lixo e educação ambiental: uma abordagem crítica.** Juiz de Fora: FEME, 2000. 88p.

APÊNDICES

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

(PPGDRA/UNIR)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu_____

, Portador (a) do RG. nº_____ concordo em participar da pesquisa: **O ESTUDO DOS DESAFIOS E IMPEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO EFETIVA DA COLETA SELETIVA NO MUNÍCIPIO DE PORTO VELHO-RO**, como objetivo geral a pesquisa visa Investigar por que não tem coleta seletiva e destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho-RO, visto que a Lei 12.305 conhecida como PNRS- Política Nacional de Resíduos foi instituída em 2010. Esta pesquisa é objeto de estudo do curso de Mestrado da discente Rozania Viana Miranda (e-mail: rozaniapvh@gmail.com) (tel: (69) 98101-6607), sob orientação do Prof. Dr. Artur de Souza Moret (email: amoret@unir.br) (tel: (69) 9202-0758), docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Para seu conhecimento, esclarecemos que:

1.Sua participação nesta pesquisa será exclusivamente responder a um questionário com perguntas abertas, ficando a seu critério responder ou não qualquer pergunta;

2. Não é necessária a identificação pessoal no formulário do questionário;

3. As respostas serão tratadas de modo confidencial e anônimo;

4. O participante concorda que os resultados da pesquisa sejam divulgados, desde que seja mantido o sigilo supramencionado;

5. O participante poderá a qualquer momento recusar-se ou desistir de fazer parte da pesquisa ou cancelar seu consentimento sem prejuízo algum.

6. Os possíveis riscos para os participantes serão mínimos, dentre eles: sentir-se constrangido em algum momento da entrevista, como por exemplo, revelar aspectos referentes às atividades públicas.

7. O participante não terá nenhum tipo de retorno financeiro por sua participação, pois se trata de ato voluntário;

8. Uma cópia deste documento será entregue ao participante no ato da assinatura, nele contém os contatos do pesquisador e orientador para maiores esclarecimentos;

9. Os resultados obtidos neste estudo serão apresentados aos atores envolvidos na pesquisa;

10. Após as analises coletadas, as gravações serão deletadas definitivamente;

11. Não haverá necessidade de incluir grupos, visto que a entrevista será individual;

12. A relevância social desta pesquisa busca entender como os atores sociedade civil e sociedade política se comporta em prol do melhoramento do meio ambiente. Do mesmo modo, a face teórica dessa pesquisa faz luz à legalidade que tramita nas questões ambientais, ou seja, teoricamente essa pesquisa demonstrara que é possível efetivar as Leis, isto é, tendo como fonte de pesquisa os seguintes atores da Esfera Federal; Esfera Estadual; Esfera Municipal; Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

Para realização da pesquisa observaram-se os parâmetros contidos na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto terá início após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondônia. E a autorização da equipe multiprofissional, por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), onde será esclarecido a todos os profissionais sobre os objetivos e a confidencialidade das informações, como também, sobre prévia autorização da instituição, obedecendo assim, as recomendações éticas do Ministério da Saúde, na Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012). (cep@unir.br) Telefone: 2182-2116.

Rozania Viana Miranda Moret	**Artur de Souza**
Pesquisador	Orientador do Estudo
email: rozaniapvh@gmail.com	email: amoret@unir.br

Assinatura do Participante do Estudo

Porto Velho - RO, ___ de _____ de 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE - PGDRA
Campus Universitário "José Ribeiro Filho" - BR-364 – Km 9,5 - Sentido Rio Branco – CEP 76801-059
Bloco 2F - Telefone (69)2182-2120 – pgdra@unir.br

OFICIO Nº 003/2019-PGDRA

Porto Velho, 2 de agosto de 2019.

Ilustríssimo Senhor
Robson Damasceno Silva
Responsável pela Secretaria Municipal de Integração - SEMA
Porto Velho - RO

Prezado Senhor:

Ao tempo em que cumprimento Vossa Senhoria, apresento a pós-graduanda Rozania Viana Miranda, com registro de Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/7861458160664617 matriculada sob o nº 20182000335 no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, com o Projeto de Pesquisa de Dissertação intitulado O ESTUDO DOS DESAFIOS E IMPEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO EFETIVA DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, caracterizado na Linha de Pesquisa Políticas Públicas & Desenvolvimento Sustentável, sob minha orientação.

Nesse sentido, solicito apoio e colaboração para que a discente realize nas dependências dessa Secretaria Municipal de Integração - SEMA, a metodologia usada com o uso de questionários e entrevista gravada com três profissionais atuantes no setor de meio ambiente, objetivando investigar a inexistência de coleta seletiva e a destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho-RO, visto que a Lei 12.305 conhecida como PNRS - Política Nacional de Resíduos foi instituída em 2010.

Certos de poder contar com seu apoio e contribuição, agradecemos.

Atenciosamente,

Recebi o original
Em 09/08/19
SEMA
Karolini Borges
12:47

Prof. Dr. Artur de Souza Moret
Coordenador do PGDRA
Portaria nº 558/2019/GR/UNIR de 12/07/2019

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE - PGDRA
Campus Universitário "José Ribeiro Filho" - BR-364 – Km 9,5 - Sentido Rio Branco – CEP 76801-059
Bloco 2F - Telefone (69)2182-2120 – pgdra@unir.br

OFICIO Nº 004/2019-PGDRA

Porto Velho, 2 de agosto de 2019.

Ministério Público do Estado de Rondônia
RECEBIDO
Data: 09/08/19 às: 11:35
Assinatura
MP-RO 839676020719

Ilustríssima Senhora Doutora
Aide Moser Torquato Luiz
Responsável pela Promotoria de Meio Ambiente
Porto Velho - RO

Prezada Senhora:

Ao tempo em que cumprimento Vossa Senhoria, apresento a pós-graduanda Rozania Viana Miranda, com registro de Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/7861458160664617 matriculada sob o nº 20182000335 no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, com o Projeto de Pesquisa de Dissertação intitulado O ESTUDO DOS DESAFIOS E IMPEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO EFETIVA DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, caracterizado na Linha de Pesquisa Políticas Públicas & Desenvolvimento Sustentável, sob minha orientação.

Nesse sentido, solicito apoio e colaboração para que a discente realize nas dependências desse Ministério Público, a metodologia usada com o uso de questionários e entrevista gravada com um profissional que atua no setor de meio ambiente, objetivando investigar a inexistência de coleta seletiva e a destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho-RO, visto que a Lei 12.305 conhecida como PNRS - Política Nacional de Resíduos foi instituída em 2010.

Certos de poder contar com seu apoio e contribuição, agradecemos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. *Artur de Souza Moret*
Coordenador do PGDRA
Portaria nº 558/2019/GR/UNIR de 12/07/2019

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE - PGDRA
Campus Universitário "José Ribeiro Filho" - BR-364 – Km 9,5 - Sentido Rio Branco – CEP 76801-059
Bloco 2F - Telefone (69)2182-2120 – pgdra@unir.br

OFICIO Nº 005/2019-PGDRA

Porto Velho, 2 de agosto de 2019.

Ilustríssimo Senhor
Adailton Francisco da Silva
Responsável pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis
Porto Velho - RO

Prezado Senhor:

Ao tempo em que cumprimento Vossa Senhoria, apresento a pós-graduanda Rozania Viana Miranda, com registro de Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/7861458160664617 matriculada sob o nº 20182000335 no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, com o Projeto de Pesquisa de Dissertação intitulado O ESTUDO DOS DESAFIOS E IMPEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO EFETIVA DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, caracterizado na Linha de Pesquisa Políticas Públicas & Desenvolvimento Sustentável, sob minha orientação.

Nesse sentido, solicito apoio e colaboração para que a discente realize nas dependências dessa Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, a metodologia usada com o uso de questionários e entrevista gravada por cinco profissionais atuantes no setor de meio ambiente, objetivando investigar a inexistência de coleta seletiva e a destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho-RO, visto que a Lei 12.305 conhecida como PNRS - Política Nacional de Resíduos foi instituída em 2010.

Certos de poder contar com seu apoio e contribuição, agradecemos.

Atenciosamente,

Luis Dos Santos
Recebido
20/08/2019

Prof. Dr. *Artur de Souza Moret*
Coordenador do PGDRA
Portaria nº 558/2019/GR/UNIR de 12/07/2019

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE - PGDRA
Campus Universitário "José Ribeiro Filho" - BR-364 – Km 9,5 - Sentido Rio Branco – CEP 76801-059
Bloco 2F - Telefone (69)2182-2120 – pgdra@unir.br

OFICIO Nº 008/2019-PGDRA

Porto Velho, 17 de dezembro de 2019.

Ilustríssimo Senhor
Wellen Antônio Prestes Campos
Responsável pela Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB
Prefeitura de Porto Velho
Porto Velho - RO

Prezado Senhor:

Ao tempo em que cumprimento Vossa Senhoria, apresento a pós-graduanda Rozania Viana Miranda, com registro de Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/7861458160664617 matriculada sob o nº 20182000335 no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, com o Projeto de Pesquisa de Dissertação intitulado OS DESAFIOS E IMPEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, caracterizado na Linha de Pesquisa Políticas Públicas & Desenvolvimento Sustentável, sob minha orientação.

Nesse sentido, solicito apoio e colaboração para que a discente realize nas dependências dessa Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos - SEMUSB, a metodologia usada com o uso de questionário e entrevista gravada com um profissional que atua na gestão de resíduos sólidos, objetivando investigar a inexistência de coleta seletiva e a destinação final dos resíduos sólidos no Município de Porto Velho - RO, visto que a Lei 12.305 conhecida como PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos foi instituída em 2010.

Certos de poder contar com sua atenção, agradeço.

Atenciosamente,

Prof. Dr. ***Artur de Souza Moret***
Coordenador do PGDRA
Portaria nº 558/2019/GR/UNIR de 12/07/2019

Modelo de Questionário usado na Pesquisa destinado a SEMA- Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O questionário abaixo tem o intuito de investigar por que não tem deposição adequada dos resíduos sólidos no Município de Porto Velho-RO

QUESTÕES
1. Quais dificuldades sua gestão enfrenta para a separação e coleta seletiva em Porto Velho?
2. Qual a proposta para deposição adequada para os resíduos sólidos?
3. Existem caminhões adaptáveis para fazer a coleta dos resíduos consideráveis recicláveis?
4. A coleta seletiva tem participação de organizações dos catadores? A Secretaria Municipal acompanha o trabalho da Associação de Catadores na coleta seletiva? A Associação de Catadores tem procurado a SEMA para solicitar apoio?
5. Por que não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho?
6. Os problemas de impactos ambientais podem está relacionado com a sociedade de consumo que produz muitos resíduos sólidos e não coopera?
7. Quantas vezes por ano é promovido atividade de educação ambiental integrada ao programa de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente para a sociedade?
8. Onze anos depois da criação da Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em o conjunto de regras e diretrizes, o que mudou no lixão da vila princesa?
9. A cooperativa de catadores tem participação na coleta seletiva pela prefeitura?
10. As escolas poderiam ser parceiras para desenvolver ações para orientar a comunidade sobre a prevenção ambiental para reduzir dos impactos ambientes?
11. Existe projeto para construir um aterro sanitário?
12. Qual a previsão para construção do aterro sanitário?
13. Qual o perfil dos participantes na palestra de Educação Ambiental?
14. Existe a proposta para recuperar o solo do lixão assim que for desativado?
15. Por que não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho?
16. Existe proposta para abranger todos os bairros na coleta seletiva?
17. - Em 2017 foi realizado o Relatório Técnico de Gestão Ambiental para avaliar a qualidade do Meio Ambiente no município de Porto Velho. Quais resultados dessa atividade geram benefícios para o controle dos resíduos sólidos produzidos na cidade?
18. Já existe o Plano de controle ambiental para a construção do aterro sanitário?
19. Existe a proposta para recuperar o solo do lixão assim que for desativado?
20. Quanto a proposta em construir um galpão de coleta, os catadores serão inseridos?
21. Qual trabalho está sendo desenvolvida para diminuir os custos a disposição final para amenizar os problemas dos impactos ambientais provenientes dos RSs ?
22. Os recursos financeiros são suficientes para construir um aterro sanitário, e posteriormente implantar uma gestão para coleta seletiva?
23. A prefeitura já tem a localização para construir o aterro sanitário ou vai manter a mesma localização do atual lixão nas proximidades da vila princesa?

Modelo de Questionário usado na Pesquisa destinado ao MPE - Ministério Público Estadual.

O questionário abaixo tem o intuito Investigar como o MP trata com o "descumprimento" da LEI 12.305/2010 no Município de Porto Velho, que impõem a Gestão de Resíduos Sólidos à Construção de Aterro Sanitário e posteriormente a Coleta Seletiva.

QUESTÕES
1. Por que não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho?
2. - A Lei Nº 9.605/98 de crimes ambientais dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, nesse sentindo como o Ministério Público trata a ausência de um aterro sanitário e posteriormente a coleta seletiva?
3. A Politica Nacional de Resíduos Sólidos previu o fim dos lixões a céu aberto até 2014, e todos os municípios deveriam ter construídos aterros sanitários ou se organizados em consórcios para resolver o problema. Considerando que Porto Velho tem um dos piores lixões a céu aberta do Brasil, como o Ministério Público pretende atuar diante desse fato?
4. Porto Velho vive um problema ambiental, um deles é ausência de aterro sanitário, a justiça impõe a gestão de resíduos sólidos para a construção do aterro sanitário e posteriormente a coleta seletiva. Nesse sentido, qual providencia a ser tomado pelo MP para que a Legislação seja atendida pelos atores reesposáveis?
5. Já existe um terreno para construir o aterro sanitário?
6. Onze (11) anos depois da criação da LEI 12.305/2010, Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em um conjunto de regras e diretrizes, o que mudou na deposição adequada e no lixão da vila princesa? Por quê?
7. É de conhecimento do Ministério Público uma possível recuperação do lixão da vila princesa?
8. A falta de iniciativa por parte do município está relacionada à falta de ações
9. Eu verifiquei que a CANTANORTE tem CNPJ, sim, a CANTANORTE tá organizada. Quando o aterro sanitário estiver funcionando poderia ser contratada?
10. A população talvez não tenha interesse ou não entendeu ainda que existem resíduos que podem ser transformados em dinheiro?

Modelo de Questionário usado na Pesquisa destinado a Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos-SEMUSB.

O questionário abaixo tem o intuito de investigar por que não tem deposição adequada dos resíduos sólidos no Município de Porto Velho-RO.

QUESTÕES
1-Porque não tem coleta seletiva em Porto Velho?
2-A população recebeu bem essa proposta para separar os resíduos?
3-Quantas vezes por ano é promovida atividades de EA nos bairros em Porto Velho?
4-Existe caminhão especifico para realizar a coleta dos resíduos considerados recicláveis?
5-Qual trabalho está sendo desenvolvido para gerar essa conscientização na população com relação ao RS para que ela veja com algo que possa gerar renda aos catadores e possa reduzir os impactos ambientais, a SEMUSB tem algum trabalho nessa área?
6-Os recursos financeiros são suficientes para construir um aterro sanitário e implantar essa coleta seletiva em todos os bairros de Porto Velho?
7-Os problemas dos impactos ambientais eles podem está relacionados com a sociedade que produz muito resíduo e também não coopera?
8- As sacolas especificas para coleta seletiva é a prefeitura que disponibiliza ou a população que compra?
9-Onze anos depois da criação da LEI 12.305/2010, Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em um conjunto de regras e diretrizes, o que mudou na deposição adequada e no lixão da vila princesa?
10- Do ponto de vista da saúde, a situação de destinação final dos resíduos sólidos, apresenta-se como um problema social a ser enfrentada, qual a proposta para solucionar essa questão?
11- Existe calendário da coleta seletiva?

Modelo de Questionário usado na Pesquisa destinado a Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

O questionário abaixo tem o intuito de Investigar qual suporte logístico a Cooperativa de Catadores recebe do poder Público para fazer a separação dos resíduos sólidos e posterior à venda dos recicláveis.

QUESTÕES
1. A Cooperativa recebe apoio do poder público, Municipal, Estadual para sua implantação ou ampliação da coleta seletiva?
2. O que tem motivado os catadores desenvolverem os suas atividades de coleta seletiva mesmo sem o apoio do município e empresa privada?
3. Como é realizada a comercialização dos RSs considerados recicláveis pela cooperativa?
4. Quais equipamentos a cooperativa já adquiriu para fazer a reciclagem?
5. A empresa Marquise tem alguma parceria com a cooperativa?
6. Quanto ao incentivo para implantar a coleta seletiva à marquise tem estabelecido apoio com a cooperativa?
7. Qual impedimento a Cooperativa enfrenta para fazer contratação com a SEMA , visto que se a instituição está devidamente documentada para firmar contrato com o município?
8. Como é realizado a coleta seletiva em outro município de Rondônia que pode servir de modelo para o município de Porto Velho?
9. Quantas propostas por meio de documentos foram encaminhadas para o poder público solicitando apoio logístico para efetivar os trabalhos da Cooperativa?

Modelo de Questionário usado na Pesquisa destinado a Associação do Fórum Lixo e Cidadania.

O questionário abaixo tem o intuito de Investigar qual suporte logístico a Cooperativa de Catadores recebe do poder Público para fazer a separação dos RSs e posterior à comercialização dos recicláveis.

QUESTÕES
1. Como iniciou a implantação da coleta seletiva em Porto Velho pela prefeitura?
2. Como foi elaborada a logística da coleta seletiva nos bairros de Porto Velho?
3. Qual o resultado do trabalho desenvolvido pela Marquise e pela Prefeitura na coleta seletiva?
4. Por que até o momento implantar a coleta seletiva não foi bem sucedida pela Marquise e pela Gestão Pública?
5. Por que em outros estados do Brasil a coleta seletiva tem resultados eficientes?
6. Em sua opinião o que impede a prefeitura fazer contratação com as cooperativas de catadores de matérias recicláveis?
7. Há quanto tempo às cooperativas esperam por uma contratação dos governos?
8. Porque existem pessoas que não fazem parte das cooperativas?
9. Os materiais prensados pelos catadores são comercializados em porto velho ou é vendido pra outra cidade?
10. Os serviços prestados pelos Catadores na coleta seletiva em Porto Velho tem apoio do poder publico?

Resultado da coleta 2019/2

Gerente de divisão de monitoramento e qualidade ambiental (SEMA)

1- Quais dificuldades sua gestão enfrenta para a separação e coleta seletiva em Porto Velho?

"As maiores dificuldades está relacionada às partes institucionais, existe exemplo de outras secretarias de outros estados como Manaus, Curitiba, Nordeste, existe a Gestão de Coleta Seletiva Integrada ao Meio Ambiente, hoje nos não temos isso, exemplo: a gente faz a poda mas quem faz a coleta é a SEMUSB, são dois comandos diferentes entende?"

1- Qual proposta está sendo implantada para deposição adequada dos RSs?

"Essa responsabilidade é com a SEMUSB, lá existe uma comissão de fiscalização de contrato da Marquise e lá eles tem obrigação de ter informação de tudo que a Marquise faz".

Existem caminhões adaptáveis para fazer a coleta dos resíduos consideráveis recicláveis?

"Eu só vi apenas um caminhão no projeto piloto que era no bairro Alphaville que estavam fazendo há muitos anos a coleta, não sei, mas se existe esse caminhão, quem deveria ter essa informação é a SEMUSB".

2- A coleta seletiva tem participação de organizações dos catadores?

"Na coleta mesmo, quem teria que está envolvido nesse processo mais uma vez é a SEMUSB - Secretaria Municipal de Serviços Básicos, e nesse caso a SENDESTUR - Subsecretaria Municipal de Indústria que tem as divisões de Politicas de promoção social e tudo mais".

4- A Secretaria Municipal acompanha o trabalho da Associação de Catadores na coleta seletiva?

"No momento não". Questionado se a Associação de Catadores tem procurado a SEMA para solicitar apoio à mesma responde que: "no momento não". Por quê? "Por que as nossas obrigações estão *separadinha*s aqui dentro, a única obrigação que nós temos na legislação mesmo é a Educação ambiental, a gestão dos resíduos, a promoção e politica de integração, ai já é outro setor, entendeu"?

Resultado da coleta 2019/2

Gerente da Divisão de Mobilização e Educação Ambiental /SEMA.

1- Porque não tem coleta seletiva em Porto Velho ?

Então vamos lá, a primeira pergunta é porque não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho? na verdade tem, a pergunta melhor seria é porque a coleta seletiva ainda não é efetiva aqui na nossa cidade ?

Nós temos se não me engano são dezoito bairros onde acontece a coleta seletiva e um setor, é que no bairro nacional não é feita no bairro inteiro é feita só na estrada do Belmont, então conta como dezenove bairros conta como dezoito bairros se não me engano são sete instituições não me lembro agora , mas é a CPA ministério público mas tem sete instituições que a empresa concessionária marquise faz a coleta seletiva e na época tinha algumas escolas, mas parece que a coleta nas escolas foi paralisada justamente por esse problema da segregação do lixo, não tava havendo a correta a segregação do lixo, então até a onde eu sei foi paralisado não sei se tornou agora.

Então a gente tem essa coleta seletiva, no ano que eu entrei como eu te falei na prefeitura em 2011 ela iniciou em apenas dois (2) bairros no bairro Alphaville e no bairro Ulisses Guimarães e aí a intenção do gestor na época era avaliar se a questão do poder aquisitivo faria com que uma comunidade aderisse melhor a coleta seletiva ou não, então pegou um bairro que é dito de maior poder aquisitivo o Alphaville um bairro da zona leste com menor poder aquisitivo e tentou comparar pra ver se havia alguma uma diferença, no final das contas depois de dois anos (2) a gente encontrou no Alphaville a gente encontrou no Ulisses, mais esses foram os dois bairros eu iniciaram, apesar de que o Alphaville não bem um bairro é um conjunto né.

Esses são os dois lugares que iniciaram a coleta seletiva em Porto Velho em 2011, de lá pra cá o que foi acontecendo: foi aumentando e foi aderindo conforme solicitação da comunidade ou conforme determinação da própria prefeitura, então hoje eu tenho se não me engano, mas eu vou ter o de 2018 o calendário da coleta seletiva de Porto Velho, esse calendário é o calendário que a gente fiscalizava e a concessionaria envia pra gente.

2- A cooperativa de catadores tem participação na coleta seletiva pela prefeitura?

O caminhão da coleta seletiva ele deixa lá na cooperativa, ele dar entrada lá na lixeira, no lixão da vila princesa e antes de ir para a área de despejo tem uma área para os catadores fazerem a segregação, e ai eles deixam lá, mais os catadores tantos da cooperativa quanto os avulsos eles acabam coletando os dois, tanto o que vem do “lixo – resíduos domiciliar normal”, quanto o que vem da coleta seletiva, então é isso tem, mais tá muito longe de ser

efetiva, tem muito que crescer.

Recentemente, entramos em contato com o pessoal da comissão e eles me disseram que fizeram uma avaliação e que hoje o bairro que está melhor segregando é o Ulisses Guimarães, o que faz muito sentido já que foi um dos primeiros que iniciou a coleta seletiva, então faz muito sentido que hoje ele sejam um dos bairros que esteja melhor segregando, diz que os resíduos de lá é direitinho.

Diz que quando, por exemplo, o caminhão da coleta seletiva não passa sempre tem alguém que liga – olha o caminhão da coleta não passou, então a gente ficou muito feliz em saber que o Ulisses Guimarães aderiu bem desenvolveu esse trabalho. Então o bairro Ulisses poderia até servir de modelo para outros bairros? Sim, eu até questionei que tem que conversar com associação de bairros pra divulgar isso, geralmente as coisas mais ruins assim se destaca principalmente a zona leste, e de repente a gente tem um bairro desse com dado que foi aferido pelos próprios fiscais da Prefeitura acharia bem interessante divulgar, capaz de por esses tempos está saindo alguma coisa.

3- Os problemas de impactos ambientais podem está relacionado com a sociedade de consumo que produz muitos resíduos sólidos e não coopera? Por quê?

Na minha opinião sim. Por quê?

Por que, é um dado, você pode pegar todas as literaturas com relação aos resíduos e você vai ver que o quantitativo de lixo é diretamente proporcional ao crescimento da população, e aqui qual o quadro que agente tem de Porto Velho dos últimos anos um "Boom" populacional muito grande e um “boom” desenfreado, então nas palestras que estamos fazendo educação ambiental a gente sempre apresenta esses dados nesse período de 2000 a 2015 que foi o período de maior "Boom" populacional e ai a gente fala, bom, o lixo é proporcional ao aumento da população, aumenta a população, aumenta o quantitativo de lixo, mais se aumenta a população, e a população é má instruída, ou não instruída com relação ao lixo, isso triplica, então foi justamente o quadro que a gente teve na nossa cidade, fora que a gente tem um histórico de que antes de existir a coleta seletiva e isso eu falo até pessoalmente porque eu via minha vó fazendo isso, minha vó me ensinou a fazer isso, qual é a nossa cultura? Queimar, os resíduos, não tinha coleta se cavava um buraco se jogava o resíduo dentro, se tacava fogo se aterrava, cultura que é feita até hoje em alguns distritos que não tem coleta seletiva, e que mesmo tendo a coleta seletiva na cidade prevalece essa cultura de queimar, então a gente está num sentido de não só conscientiza pra segregar o lixo pra implantar a coleta seletiva, como ainda na faze de conscientizar pra não queimar, pra não jogar na rua, pra não jogar em locais públicos, então é como se a

gente tivesse na intenção de engatinhar pra começar correr.

4- As escolas poderiam ser parceiras para desenvolver ações para orientar a comunidade sobre a prevenção ambiental para reduzir dos impactos ambientes?

Muito mesmo, por isso que um dos nossos projetos, que a gente fala que o carro chefe é o projeto escola mais sustentável, por que ele trabalha justamente nesse foco, por que a criança a gente entendi isso, você vai encontrar em todas as literaturas que fala sobre educação ambiental, a criança é um agente disseminador eu aprendo, beleza, eu aprendi pra mim, a criança ela não guarda quilo que ela aprendi ela leva pra dentro de casa ela leva para os coleguinhas é um agente discriminador natural. Ela aprendi e a primeira coisa que ela faz ao chegar em casa é compartilhar e cobrar.

A partir do momento que a criança aprendi o que é certo, se ela ver um adulto, mesmo que seja, pai, mãe, parente ela corrigi.

Dentro da educação ambiente nos vamos ter 3 tipos de educação ambiental

a) A educação ambiental formal, essa que é trabalhada dentro das escolas que tem todo um regulamento instruído pelo MEC, b) não formal c) informal. A gente trabalha aqui na SEMA com os projetos formal e informal, mais principalmente a informal, é essa que a gente trabalha das escolas, dentro dos condomínios, das instituições, dentro daqueles que nos procuram solicitando palestras, nos temos muitas solicitações de palestra, inclusive nós já estamos ajustando uma palestra que vai ocorrer na escola Murilo Braga, a escola Murilo Braga não faz parte do projeto escola mais sustentável, porque esse projeto engloba só 25 escolas do município, a gente trabalha sempre assim, dentro da municipalidade, por que a agente acredita que primeiro a gente arruma nossa casa, depois a gente dar pitaco na casa dos outros. Mais conforme o projeto foi crescendo varias escolas estaduais e de outros distritos foram solicitando o nosso auxilio, então dentro do nosso cronograma sempre que possível nós vamos nas escolas estaduais.

5- Quantas vezes por ano é promovido atividade de educação ambiental integrada ao programa de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente para a sociedade?

Se a gente for falar, eu posso falar dos projetos e ai se eu for falar vai dizer que é 24 horas, por que o nosso serviço é mais ou menos assim: a gente trabalha a educação ambiental informal e não formal dentro dos projetos, e ai a SEMA trabalha meio que assim, tem esses três (3) projetos sendo desenvolvidos:

Escola mais Sustentável, Educação Ambiental nos condomínios sociais, municipais, esse projeto também a intenção é que nem da escola, conforme o projeto for crescendo e for

arrumando a casa se der pra ampliar pros condomínios estaduais trabalhando com o estado não tem problema e o de Educação ambiental para o baixo madeira, esse é um dos que mais gosto por que quando a gente idealizou meio que chamaram a gente de doido, tu vai falar de educação ambiental e coleta seletiva no baixo madeira num lugar que nem tem coleta, vocês vão sair de lá escrachados, mas já na primeira viagem a gente teve uma receptividade muito grande, o pessoal gostou aderiu a ideia a gente chegou dizendo olha, não vamos esperar ter coleta pra trabalhar educação ambiental e coleta seletiva não, a educação ambiental tem que vir antes, inclusive a gente teve uma palestra com uma servidora da prefeitura de Curitiba e ai ela veio dar uma palestra sobre bem estar animal, mais como a gente trabalha com resíduos e Curitiba é um ótimo exemplo a gente acabou falando sobre resíduos, e ai ela falou bem assim: O plano de Educação Ambiental do município ele começou em 1989 então se hoje Curitiba é uma cidade modelo com relação a segregação e coleta seletiva é por que o trabalho começou lá atrás, a gente está começando agora, no final do ano vai sai o nosso plano de educação ambiental do município ta em fase de termino a intenção é que a educação ambiental chegando antes todo esse processo de coleta seletiva seja mais fácil e bem mais rápido.

Porque não é só a gente viu pelo próprio contrato da empresa da concessionaria que não é só chegar e implantar eu posso chegar aqui nessa sala com duas lixeiras, lixo seco e lixo úmido e dizer assim a partir de agora tem coleta seletiva e as duas lixeira bonitinha colocar aqui, não significa que vai funcionar e geralmente é o que acontece, a falha é aonde? Na educação ambiental, quando a educação ambiental não vem à coleta seletiva não funciona seja onde for, ai você encontra em vários lugares: nas escolas, nas instituições, você pode passar e olhar tem as lixeirinhas, geralmente as quatro (4) mas se você parar e olhar dentro da lixeira tá tudo misturado, quer dizer não é falta de lixeira, não é falta de ter lugar pra colocar o resíduo , é falha na educação ambiental, quando a orientação vem, qualquer recipiente vira lugar de segregação, não precisa está pintado, tá colorido, não precisa está escrito, a pessoa risca com qualquer pincel alguma coisa assim, e faz a segregação bonitinha, então os nossos projetos estão focados nisso na educação ambiental para implantação da coleta seletiva.

6- Existe projeto para construir um aterro sanitário?

Eu vou te falar o que eu sei, o que eu sei é o seguinte: esse contrato da empresa Marquise quando foi feito incluía a construção e operação do aterro sanitário, acontece que esse contrato ta em acordo judicial, como eu te falei na SEMUSB ele vão saber te explicar melhor como está a atual situação deste contrato, o que eu sei que tem, é lá na superintendência municipal de licitação é um novo edital que deve ta saindo, parece que as empresas já estão vindo visitar a cidade pra apresentar suas propostas da contratação de uma

nova empresa e como foi feito agora em vez de um edital único e uma empresa única pra fazer todo esses serviços por que esse contrato 030 seria uma única empresa pra fazer a coleta destinação final, operação, a desativação da área da lixeira a construção do aterro sanitário a operação do aterro sanitário foi contratado uma única empresa pra fazer todo esse serviço, esse novo edital tem perfil diferente até onde eu sei, abriu para outras empresas, ele dividiu em três (3) lotes diferentes: a) um lote foi para coleta e destinação; b) o outro lote é sobre educação ambiental e coleta seletiva; c) o terceiro lote aterro sanitário. Não necessariamente a mesma empresa vai fazer as três (3) coisas.

Então nesse edital agora está previsto construção e aterro sanitário e ai são moldes mais específicos, inclusive até onde eu sei nesse edital, houve a correção de alguma falha que teve com relação ao contrato anterior, a de implantação da coleta seletiva sem ficar claro no contrato que tinha quer ter a inclusão dos catadores conforme determina a lei 12.305, quer dizer ela não obriga mais prioritariamente tem que ter a inclusão dos catadores, então no contrato 030 passou despercebido e neste novo edital até a onde eu sei não, essa parte da educação ambiente e da coleta seletiva, tem essa clausula que diz citando a lei que prioritariamente tem que ter a inclusão dos catadores. Nestes três (3) projetos que a gente trabalha, a gente faz isso, dar prioridade pros catadores, como não é uma questão de contratação e sim de indicação a gente já vai trabalhando, por exemplo, chegou lá na escola, a escola ta fazendo a segregação ta separando direitinho, separou uma quantidade X, eles vão la é pesam, tem uma quantidade X de resíduos, então a gente aciona a cooperativa e diz na escola tal, na flamboyant, na rio madeira eles tem lá resíduos se vocês podem ir lá coletar, recentemente parece que eles estão recebendo ou já receberam uma quantidade considerável de veículos é aquela bicicleta com a gradezinha a grade que vem na frente, segundo o que eles estavam informando é muito melhor do que a grade que vem é atrás, parece que é preciso mais força pra puxar na frente dar pra equilibrar menos gastos de energia pra eles, então a gente acaba trabalhando dessa forma mas até a onde eu sei a cooperativa estaria apta a ser contratada.

7- Onze anos depois da criação da Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em o conjunto de regras e diretrizes, o que mudou no lixão da vila princesa?

Olha eu posso te dizer aquilo que eu presenciei de 2011 pra cá, quando nos entramos, a área da vila princesa era apenas montanhas de lixo, o caminhão simplesmente chegava lá e apensa despejava os resíduos e os catadores entravam no meio de tudo catavam tudo que podiam separavam e mais caminhões vinham, hoje a ultima vez que visitei acho que foi em 2017 e ai a operação já ta um pouco diferente no sentido de que eles escavam uma nova

célula despejam lá dentro os resíduos e anoite aterram resíduos até a onde eu sei era assim que estava a operação de lá, no dia seguinte continua joga aterra, joga aterra, cobriu selou, fechou ali os taludes e ai cava uma nova célula, de 2011 pra cá eu vi a área da lixeira municipal se elevar em montantes e montantes de despejos de lixo.

Chegou uma época em que a gente se viu quase obrigada a ter que cava no do lixo pra jogar mais lixo, mais a gente conseguiu uma área ao longo da lixeira municipal pra cavar uma nova célula, mais a verdade e a verdade que qualquer a pessoa que visite aquele local pode ver é que estamos a véspera de chegar no limite do despejos, então a construção do aterro sanitário é imprescindível pra gente resolver esse problema não é só questão de determinação da lei, vai chegar a hora que não ter mais onde jogar lixo ali.

8- Existe a proposta para recuperar o solo do lixão assim que for desativado?

Bom, essa parte eu não sei como está o edital, mas com relação à empresa anterior estava previsto a desativação e a recuperação dessa área da vila princesa, inclusive a empresa chegou a apresentar o PRADE-Plano de Recuperação de Área Degradável para poder fazer isso, fez parte do contrato 030, agora com o acordo judicial não saberia te falar como está parte, mas eu acredito que tem que está previsto nesse novo edital com relação a isso, se não vai ser um ônus que vai arcar pra prefeitura, são mais de 25 anos de despejo inadequado a gente brigou muito guando a gente fiscalizava com relação a nossa segurança as EPIS corretos insalubridade é um local de risco aquelas pessoas estão lá trabalhando arriscando suas vidas, ressentimento houve uma determinação do Ministério Público e do Ministério do Trabalho, teve até um tempo que o lixão ficou fechado eles não podia entrar, justamente por conta da presença de menores lá.

Houve até um questionamento com relação a isso por que embora pela lei sejam menores, não eram crianças né, era entre 15 a 17 anos que estavam lá presentes e argumentavam que se não estivesse aqui trabalhando vai está em casa fazendo o que? Mas como pela lei é de menor então acabou fechando tudo, não sei como ficou essa parte de resolverem lá, mas o que agente se preocupa aqui no DGPA na SEMA essa parte de educação ambiental por que? Conforme o edital for saindo à empresa sendo contrata construindo o aterro sanitário, se a educação ambiental não for trabalhada da forma adequada o aterro sanitário não vai resolver o nosso problema, ai a gente ver alguns municípios, inclusive daqui do estado em que o aterro foi construído, era pra ter uma vida de 10 anos podendo ser prorrogado pra ais 10 anos teve que ser fechado em 5 anos, por que, foi para o aterro sanitário o quantitativo de resíduos acima do que ele tinha condições de receber ou por que ia pra lá resíduos que não deveriam ir, o que acaba no final das contas sendo a mesma.

Se a gente voltar vai ver que falhou o que: falhou na coleta seletiva por falta da educação ambiental. Então essa parte da construção do aterro sanitário é imprescindível e inclusive é um dos argumentos que a gente encontra na hora da educação ambiental é: a eu vou segregar meu lixo pra que? Se aqui não tem aterro sanitário! Mas se tivesse sê tava pronta, se chegar agora na sua casa e olhar sua lixeira tá pronta para o aterro sanitário?

Porto Velho não estaria pronta hoje pra um aterro sanitário, mas a gente ver nas palestras, nos lugares a onde a gente vai na aplicação de educação ambiental que as pessoas estão querendo isso, a uma vontade muito grande da comunidade, a gente ainda encontra um pouco de resistência sim, mas acredito que tem mais a gente querendo resolver isso, a gestão dos resíduos.

Nas palestras a gente tenta vencer a resistência que ainda tem com relação a isso, mas não tem a terro sanitário mas vai lá pro lixão lá tem uma família de catadores, o catador vai pegar no seu resíduo, vai fazer a segregação que você deveria fazer em casa e ai a gente até brinca, não sou - eu que estou dizendo, não é Michelly que está dizendo, não é a SEMA que está dizendo é lei 12.305 que diz que todos nós somos responsáveis, responsabilidade compartilhada, então você está fazendo sua parte que é segregação? Não.

Então que respaldo você tem pra cobrar todos os outros, eu faço a minha parte eu segrego, e ai eu posso cobrar da administração pública a coleta seletiva, eu posso cobrar do governo do estado a construção do aterro sanitário, eu posso cobrar de todas as outras entidades, eu posso cobrar do setor do comercio a instituição da logística reversa, eu posso cobrar por que estou fazendo a minha parte, só que tem que vir de lá da fonte. Por que se todo o resto estiver funcionando e a fonte não segregar, tudo desanda.

9- Qual a previsão para construção do aterro sanitário?

Eu posso até levantar essa informação pra ti, mas hoje eu não saberia te dizer, eu sei que tá lá no departamento de licitação, agora é uma superintendência né, então é uma secretaria SML, se não me engano ela está aqui na Carlos Gomes o prédio e ali tu vai saber direitinho, a ultima vez, a ultima informação desse edital foi ano passado e o processo era isso: que Porto Velho já estava recebendo empresas para apresentação de proposta, mais é sempre complicado isso, se você pegar a ultima proposta, por exemplo, contrato 030 o edital dele é de 2007, o contrato só foi assinado em 2010, foram três anos de licitação, e ainda assim, no contrato passou batido varias lacunas ficaram nesse contrato como, por exemplo:

Ficou instituída apenas uma equipe de duas a três pessoas pra fazer educação ambiental na cidade de Porto Velho, como é que três pessoas fazem educação ambiental na cidade do tamanho de Porto Velho com as características de Porto Velho, você pega Porto Velho e já

tem características extremante diferentes, se você pegar baixo madeira, o auto madeira, os distritos ao longo da BR são realidades completamente diferentes, na Prefeitura se não me engano tem doze ou trezes agentes de educação ambiental, ainda somos poucos pra fazer educação ambiental.

Tinha uma questão com relação aos decretos e leis, eu estava preparando uma palestra, tinha exatamente isso as leis municipais com relação à coleta seletiva, acredito que até tenha mais, não fiz essa pesquisa aprofundada, mas como a gente trabalha coleta seletiva na palestra eu apresento essas três, a 2018 de 2012 que institui nos condomínios a obrigatoriedade de fazer a educação ambiental e fazer a coleta seletiva, a 546 que dispõem da coleta regular da coleta seletiva em toda a cidade de Porto Velho da algumas diretrizes e a 2347 que dispõem da instituição de coleta seletiva dos resíduos eletrônicos, todos esses apresentados fazem parte das elaborações de portarias e decretos. Essas três (3) que a gente trabalha nas palestras de educação ambiental e é claro que a gente trabalha bem aprofundadamente a 12.305 quase metade da palestra é com a lei 12.305.

10- Qual o perfil dos participantes na palestra de Educação Ambiental?

Bom à gente trabalha por faixa etária, por que dependendo da faixa etária a gente tem uma palestra mais aprofundada ou uma palestra mais curta, mais a gente trabalha desde o infantil até o publico adulto, por exemplo esse da Murilo Braga já pra jovem de 15 a 17 anos, então a gente já apresenta palestra voltada para o público adulto, então a gente já trabalha a lei, cita objetivos, instrumentos, plano, a logística reversa, a responsabilidade compartilhada, a responsabilidade compartilhada é um dos pontos que a gente mais trabalha e a gente trabalha a questão a da coleta seletiva, de como ta a nossa cidade, do que a gente precisa, não precisa esperar pelo agente público pra isso, você tem pequenos núcleos que você pode começar a coleta seletiva, em sua rua, seu bairro, condomínio, no seu ambiente de trabalho, ou se não de, comece na sua casa, sua casa é um núcleo ótimo pra começar.

Não sei se você sabe, mais tem o aplicativo CATAKI, tem uma organização, organização lixo zero daqui, que ela está empenhado em cadastrar os catadores nesse aplicativo, por que muita gente achou bom achou legal, entrou mais não tinha quase nenhum aqui na nossa cidade, então o pessoal ate dizia, há parece até que não tem catador aqui, tem sim, tem um monte, tem desde os associados, e cooperados das associações de cooperativas, como os avulsos, os independentes, aqueles que as vezes nem se declaram catadores, tem uma parcela que faz essa coleta, mais como não é a única renda, ele tem um outro serviço uma outra renda, ele só faz da coleta de resíduo um extra, então ele ne se identifica como catador,

Mas ainda assim ele pode entrar dentro do aplicativa e a gente nas palestras de

educação ambiental sempre divulga e incentiva os catadores se registrarem no aplicativo, justamente pra fazer esse link, que é talvez um dos grandes problemas aqui da nossa cidade, é o catador encontrar no munícipe que quer separar seu resíduo.

Uma das coisas que a gente fala também, você quer, não precisa esperar pela administração pública, por que as vezes a administração publica lida com algumas coisas que são "viscosas", faz que as coisas andem mais lenta, é a burocracia, é a politica, é a rotatividade dentro da administração, hoje é um gestor, amanhã é outro, hoje é um secretario, amanhã é outro, então essas coisas acabam fazendo com que a administração pública seja mais democrática, mais o bom é que a lei 12.305, traz a liberdade pra que se inicie entre quem quer e quem quer está fazendo a coleta.

A gente também tem que vencer essa questão de agregar valor ao resíduo, a gente ainda olha o lixo como lixo, e não como resíduo, que tem valor comercial, apesar de que se a gente pensar bem, a gente vai conhecer muita gente que, por exemplo, vende suas latinhas, gosta de tomar sua cerveja, seu refrigerante, guarda, quando ta aquela sacão de latinha, por que latinha rende bem é o que melhor paga, ai vai e vende suas latinhas, quer dizer, já tem ali agregado, todos resíduos tem seu valor, com exceção dos rejeito, os resíduos tem valor econômico social, então uma das coisas que a gente tem que vencer, e a gente só vence com a educação ambiental, não tem outro caminho, essa gestão está convencida de que não tem outro caminho é a educação ambiental, no âmbito do município o que ta saindo dai do forno é o plano de educação ambiental e o plano de saneamento básico, fundamental pra nossa cidade não só com relação aos resíduos mais com todo o resto, e na esfera estadual está saindo o plano estadual de resíduos sólidos, também vai ser um passo gigantesco com relação a isso, a gente sempre fala nas palestras, há por que os planos são tão importantes? Por que embora a 12.305 seja ótima e de varias diretrizes importantes cada estado, cada região tem suas particularidades, então de repente aquilo que serve lá em São Paulo, pode não dar muito certo aqui, mais aqui poder ter outra maneira de dar certo, por isso os planos são tão importantes.

O Brasil é como se fosse um pais com vários países, por que cada estado, cada região são características muito diferentes, você tem que ligar com o clima diferentes, com o relevo diferente, você tem que lidar com uma população com uma cultura diferente, então os planos tem que se adequar a isso, e ai tá saindo do forno o nosso plano estadual de resíduos plano de saneamento básico e o plano de educação ambiental que pra mim, vai ser fundamental pra gente dar um passo a frente, por que a capital ficou muito tempo estagnada com relação a isso, presa nesse contrato e acabou ficando pra traz com relação a outros municípios do estado, o que é ruim pra gente, por que a final de contas nós somo uma capital, como capital do estado

o mínimo que a gente podia fazer era dar o exemplo.

Resultado da coleta 2019/2

Engenheiro Ambiental (SEMA)

1. Por que não tem coleta seletiva na cidade de Porto Velho?

Já existe coleta seletiva em porto Velho, a coleta não atende 100%, a coleta seletiva é exultado pela empresa Marquise, só que o nosso contrato é um contrato judicializado, ele não atende os tramites normais e enquanto não for resolvido essa questão dor contrato que ela vai vir com a próxima empresa que entrar, ou por participação pública ou privado ou por concessão, a gente fica nesse limbo, como é judicializado, a gente não pode nem aumentar nem diminuir o contrato, ele tem que atender o mínimo, então, já é realizado, porem não é eficaz, não atende realmente o que deveria ser feito.

2. Existe proposta para contemplar todos os bairros na coleta seletiva?

Existe na PPP-Participação Pública Privada, já se tem já isso daí, e foi um dos quesitos e também não questão do município nem da gestão a retirada dessa questão da coleta seletiva, compensa existir a coleta seletiva até mesmo pra diminuição os custos da disposição final dos resíduos, mesmo se for a queima do material, se pegar assim, o valor do material pra geração de energia em relação pra utilização da reciclagem, compensa mais a reciclagem do que a geração de energia, então o valor energético mesmo se falando não compensa.

3. Em 2017 foi realizado o Relatório Técnico de Gestão Ambiental para avaliar a qualidade do Meio Ambiente no município de Porto Velho. Quais resultados dessa atividade e benefícios para o controle dos resíduos sólidos produzidos na cidade?

A gente tem informação de quanto é gerado e quantidade de onde ele tá sendo provindo em pequena escala por que a gente não consegue identificar, essa é a principal vantagem, sem informação você não tem planejamento e sem planejamento você não executa de forma a contento, então, o relatório de qualidade ambiental serve pra isso, supri o município com as informações pra que o município possa fazer gestão das politicas.

4. Já existe o Plano de controle ambiental para a construção do aterro sanitário?

Plano de controle ambiental ele é um instrumento do licenciamento ambiental ele não se aplica para aterro sanitário, o que se aplica para aterro sanitário geralmente é o estudo de impacto ambiental, estudo de impacto ambiental de vizinhança, pra área da vila princesa se tem um aterro emergencial que já está sendo contrato, que vai vir pelo recurso da Santo Antônio Energia que é uma compensação social que a gente encontrou quatro milhões lá, uma parte vai ser para construção do aterro emergencial que tem vida útil de três ano e meio e a outra parte vai ser para a restruturação da coleta seletiva do galpão lá da vila princesa

especifico pra lá, pra dar uma estrutura pra ter maior vazão e separação de material.

A nova área já tem um estudo de impacto ambiental elaborada, ela já teve sua licença previa emitida pela SEDAM, a atribuição do licenciamento veio pro município para a descentralização do licenciamento e o hoje a licencia previa não se renova por legislação ambiental, a gente tem que dar entrada em novo processo de licenciamento, então seria uma atualização do estudo do impacto ambiental já existente, mais como não teve nenhuma outra intervenção assim dizendo nem invasão nem nada, o córrego não mudou seu percurso, não mudou nada, o principal estudo assim, na minha visão como engenheiro ambiental seria o inventario flovesco que seria inventado ali, todos os outro estudos se corroboram ali, a estrutura do solo não mudou, o igarapé o não mudou seu percurso, a nascente não morreu nem nasceu outra, então a parte mesmo de fauna e flora é a única que tem que ser revista, nem tanto a fauna, mais a flora mesmo para identificação pra saber quanto de arvore terá que ser suprimida e quanto que vai ser compensada, que a nossa legislação exigisse isso também, o resto dos estudos já tão feitos, já estão aprovados, já foi batido até no STF essa discussão da utilização da vila princesa ou não, então já tá bem consolidada.

5. Existe a proposta para recuperar o solo do lixão assim que for desativado?

O PRADE ele já existe desde a contração da marquise, ele já existe, o Ministério Publico já cobrou, semana passada eu fui numa reunião a SEMUSB me apresentou o protocolo que já tinha encaminhado para o MP, então provavelmente deve tá lá, se não tiver, deve está enviando de novo, eu estou com o oficio aqui.

6. Quanto a proposta em construir um galpão de coleta, os catadores serão inseridos?

Catador sempre vai ser inserido, a instituição que representa os catadores é que talvez não seja inserida, sempre vai ter essa situação, qual o maior problema que a gente tinha? Nenhuma associação ou cooperativa tinha documento até o ano passado, ano passado foi tirado o alvará de funcionamento, e eu não sei se está regular ou não, a catanorte é a única que tem documento, então hoje quando a gente for estruturar a questão do galpão da vila princesa a única que vai ter disponível é a catanorte, na hora que outra instituição tiver, ela vai concorrer com a catanorte nessa questão.

Cooperativa de catadores te um problema muito grande na PNRS que foi uma indução de conclusão de pensamento, o município não precisa fomentar catador, catador na maioria do país, ele acaba mais gerando problema do que solução, por causa da própria organização, os catadores não se organizam, tem baixa qualidade técnica, o poder público investe, só que quando você investe em pessoas, eles podem sair da instituição, então a instituição cooperativa ele é um CNPJ, então se não tiver uma boa gestão vai falir, a catanorte já cresceu,

já diminuiu, já cresceu, já diminuiu, no histórico de dez (10) anos aqui, umas quatro (4) vezes, e sempre teve apoio do poder público, se eles não se estruturam, não se mantem, então o poder público tá estruturando suas áreas de coleta seletiva, mais ele está inserindo os catadores, não as instituições dos catadores, então, se chegar no momento tiver problema com as instituições presentes agora o poder Público pode fomentar a criação de novas cooperativas de catadores pra ocupar o espaço que é necessário aqui dentro, porem a iniciativa privada pode tomar o mesmo espaço a legislação não obrigada ela pede preferencia aos catadores, mais se os catadores não se organizam e não se estruturam eles são uma cooperativa e cooperativa tem CNPJ, tem legislação especifica, que responde como empresa, a Associação ele já tem um perfil diferente, então a gente pode até fomentar um pouca mais, mas limitado também, não de uma forma como era antes, escancarado, dar-se dinheiro, faz tudo, não.

O município faz tudo estrutura a coleta seletiva, traz os catadores, se não deu certo, traz empresa, se não deu certo, assumi, é mais ou menos assim. Se os catadores se organizam de uma forma suficiente pra ocupar o espaço eles são uns dos principais beneficiados, por que eles tem isenção tudo praticamente, se não o mercado tem que continua, por que a gente não pode jogar fora recursos.

7. Qual trabalho está sendo desenvolvido para diminuir os custos relacionados com a disposição final para amenizar os problemas dos impactos ambientais provenientes dos RSs?

A vila princesa hoje apesar de não ser um aterro, ela é uma área naturalmente apta a receber o aterro, por que? Já fizemos sondagem e não deu lençol freático, fizemos uma perfuração de poço com mais de 30 metro não deu água, então a gente não tem lençol freático ali, a gente tem um rochoso laterico gigante que acaba acumulando todo aquele chorume, por não ter impermeabilização por Geomanta, a gente tem um risco do chorume escorrer, porem ele não infiltra no lençol freático, por que a camada lateritica lá camada não permeável gigante lá dentro, por estudo de sondagem a gente sabe disso.

O município mandar pra vila princesa hoje é impacto é, se eu retirar todo o resíduo hoje que os catadores tão reciclando, eles não dão 1%, do resíduo mensal então os catadores hoje contribuem, que até o MPT questionou agente sobre isso, dizendo que era improbidade, quando eu fiz o calculo lá pra Promotora ela mudou um pouco de assunto, ela não quis mais discutir isso, mas a quantidade que eles recolhem hoje não é suficiente pra dizer que causa impacto positivo no meio ambiente.

Se a gente estruturasse toda a coleta seletiva, talvez a gente chegasse a 25% ou 30% da retirada, aí é um volume muito bom, porem, temos um contrato judicializado que não permite nenhum tipo de intervenção nessa área de coleta de resíduo, enquanto não sair o plano

municipal de saneamento básico e a contratação da PPP ou a concessão do resíduo, nós não vamos conseguir evoluir, então a prefeitura não tem como gastar energia agora pra poder estabelecer coleta seletiva que ela não vai pagar, porque a marquise já está judicializada aquele pedaço do recurso pra fazer a coleta seletiva em determinados cantos, com a educação ambiental pra ser feito lá, quem decidiu foi o juiz, não tem muito o que fazer, enquanto não for resolvido essa questão, são os gargalos pelo PPP ou a concessão, não tem como fazer nenhum projeto de restruturação, já te digo que o projeto já tá feito, a inclusão dos catadores provavelmente dentro da PPD já foi colocada, a alternativa caso não consiga colocar os catadores também já deve ter sido colocado lá no projeto, porque não projetos de valores muito altos, de investimentos de mais de 30 a 40 milhões, um outro lá chega a mais de oitenta milhões.

Então eles já levantaram isso, provavelmente a prefeitura tenha essa informação, mais ela não pode executar enquanto não for resolvido todo esse imbróglio judicial.

Então não se tem o planejamento de como se deve fazer, o que a gente tem é uma estruturação melhor da coleta seletiva pros catadores, pros grandes geradores condomínios e outras situações que estão fora do contrato da marquise, dentro do contrato de coleta publica a gente está limitada, fora do contrato da coleta pública a gente consegue atuar,

Por isso que a gente está reformando o balcão da triagem, por isso que a gente está tentando identificar uma outra área pra criar um outro galpão, se tiver o recurso que a gente ta vendo que tem, aí sim, o município consegue atuar, só que não faz parte do planejamento da gestão porque são situações muito esporádicas.

A SEMUSB ela consegue te dar esse norte maior, a onde está sendo colocado esse recurso, porque os projetos que a gente entregou pra eles, e eles agora estão gerindo isso, por exemplo: a reforma do galpão da vila princesa ta lá com a SEMUSB, eles que estão executando os equipamentos, como vai ser feito, porque a prefeitura contratou três engenheiros ambientas eu foi um, os outros dois é o Rafael que tá na SEMPOG e o Emanuela que está na SEMUSB cuidando disso, então a gente tem o sanitarista só pra resolver esse problema agora.

8. Os recursos financeiros hoje são suficientes para construir um aterro sanitário e posteriormente implantar uma gestão da coleta seletiva?

O recurso já existe, vai ser o mesmo que ta sendo pago e elas provem da taxa da coleta de resíduos, a taxa de coleta de resíduos ela cai junto com o IPTU e você tem que pagar, esse é o recurso do município, quando a PPP vier eles vão fazer uma revisão desse valor da taxa de resíduo, vai se passar em lei tudinho pra instituir o real valor, na construção da proposta de

concessão até mesmo a PPP até mesmo no plano de saneament0o básico lá no plano municipal é revista à taxa de resíduo, esse valor da taxa de resíduo é revisto passado para câmara com calculo dizendo como deve ser feito e a metodologia é antiga, a FUNASA tem metodologia, IBAM tem metodologia, tem varias instituições que tem metodologias pra isso, o valor ele existe por que existe a geração de resíduo, que paga a taxa de resíduo é o munícipe quem mora na cidade é a residência, então não tem como discutir se vai ter recurso ou não, recurso vai tem, vai sair do bolo do povo, não vem do caixa que é brotado por gestão própria da gestão publica vem do imposto, então não tem como dizer que não tem.

Pra execução da obra tem recurso, participação publica ou privada ou concessão as duas permitem investimento privado, então a prefeitura não vai desembolsar recurso pra fazer instalação, a não ser que o aterro fosse nosso próprio coisa que não vai ser, um aterro desse custa em torno de 15 a 30 milhões para ser executado, provavelmente vai ser feito pela iniciativa privada, o município dando a área, mas o aterro vai ser do município, a área é do município, a área de disposição do município, onde vai ser construído o aterro com o dinheiro privado e isso com a estrutura PPP e concessão.

9. A prefeitura já tem a localização para construir o aterro sanitário ou vai manter a mesma localização do atual lixão nas proximidades da vila princesa?

Não, seria na frente da vila princesa, lá tem um terreno de 200 hectares, esse que já está licenciado, comprado há 10 anos, já foram feito os teste de impacto ambiental, já teve uma licença previa, venceu a licença previa, tem que ser dado uma nova entrada de licenciamento por não ter sido renovada a licença previa.

Resultado da coleta 2019/2

Ministério Público Estadual

1. Por que não tem coleta seletiva?

Por que não tem contratação de empresa, não tem plano de saneamento básico, basicamente tudo isso é motivo para não fazer a coleta seletiva, eu sei que já estão fazendo em alguns bairros, eu também soube que há uma resistência muito grande da população em separar, a gente tem trabalhado muito com as cooperativas, elas já estão se estruturando é bem difícil, acho que essa pergunta envolve um conjunto de situações. Que envolve outros atores, outra instituição? É, mais de qualquer modo, não faz sentido não ter.

2. A Lei Nº 9.605/98 de crimes ambientais dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, nesse sentindo como o Ministério Público trata a ausência de um aterro sanitário e posteriormente a coleta seletiva?

Temos vários inquéritos contra vários gestores, antes inclusive da lei, teve denuncias de 2002/2004, varias denuncias, contra vários gestores pelo deposito irregular de resíduos que é o artigo 54 da lei 1905, nós não temos controle aqui por crime, então hoje assim, vários anos, teve varias denuncias, tem inclusive alguns inquéritos na delegacia ainda sobre o aterro sanitário da vila princesa que tá lá em faze de instrução.

3. A Politica Nacional de Resíduos Sólidos previu o fim dos lixões a céu aberto até 2014, e todos os municípios deveriam ter construídos aterros sanitários ou se organizados em consórcios para resolver o problema. Considerando que Porto Velho tem um dos piores lixões a céu aberta do Brasil, como o Ministério Público pretende atuar diante desse fato?

A primeira ação que nós propusemos não era nem questão de resíduos sólidos, era sobre a falta de aterro sanitário no município, essa ação é de 1996, já tem decisão, execução tem dinheiro bloqueado 4 milhões bloqueados e tá em faze de cumprimento de sentença, como a lei de resíduos sólidos o precedente era pra ter o plano de saneamento básico, que também não tinha, a ação é de 1996, então, independentemente de uma lei especifica que foi 2014, nós já tínhamos essa ação contra o município, que era principalmente resíduo e saúde e o lixão da vila princesa.

4. Porto Velho vive um problema ambiental, um deles é ausência de aterro sanitário, a justiça impõe a gestão de resíduos sólidos para a construção do aterro sanitário e posteriormente a coleta seletiva. Nesse sentido, qual providencia a ser tomado pelo MP para que a Legislação seja atendida pelos atores reesposáveis?

Em 1996 a gente ajuizou, o município foi condenado não cumpriu, nós bloqueamos a receita do município que vai ser revestimos na vila princesa com certeza, e aí como não

tinha lei de saneamento eles também não fazer implementar a lei de politica de resíduos sólidos por que precede a de saneamento, a de saneamento deve tá sendo concluída agora pela Santo Antônio Energia, acredito que esse mês (setembro/outubro DE 2019), o plano de saneamento básico, e aí, ele vai licitar o aterro sanitário novo, e desenvolver a politica de coleta seletiva então com esse empresa que eventualmente vai vencer a licitação, não sei qual o sistema que vai fazer de licitação, nesse meio a gente fez um acordo com o município pra desativar o aterro da vila princesa, vai ser desativado e vai ser construído um aterro sanitário controlado com prazo de três (3) anos, que é os três (3) anos que precisa pra instalar o aterro sanitário novo.

5. Já existe localização para construir o aterro sanitário?

Tem tudo já, lá de baixo da vila princesa, e esse acordo foi feito no final do ano passado (2018) pra desativar e fazer esse aterro controlado que o prazo dele é só de três (3) anos ate que se instale um novo aterro sanitário.

6. Onze (11) anos depois da criação da LEI 12.305/2010, Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em um conjunto de regras e diretrizes, o que mudou na deposição adequada e no lixão da vila princesa? Por que?

Eu acho que não mudou quase nada, o que eu vejo que mudou é que talvez os catadores estejam mais organizados em termos de separação de lixo. Mais em termos de a iniciativa do município não mudou nada. Isso são iniciativas deles.

7. A falta de iniciativa por parte do município está relacionada à falta de ações?

Há isso aí é uma sucessões de péssimos gestores, e aí essa ação principal tem mais multa pra cobrar, esse dinheiro a gente quer reverter para vila princesa para os moradores, então quando concluir o plano de saneamento básico se fazer o aterro controlado a ideia é, bom, ele vai ter que licitar a gente tem que cuidar pra proteger os catadores pra não perderem a sua fonte renda, e a ideia é que se faça com esse dinheiro bem feitorias numa área que próxima lá pra essas pessoas trabalhar na triagem do aterro novo.

8. Eu verifiquei que a CANTANORTE tem CNPJ, sim, a CANTANORTE tá organizada. Quando o aterro sanitário estiver funcionando poderia ser contratada?

Não, aí a gente vai ver quem está lá no aterro sanitário, a prioridade é pra quem já está lá e faz muitos anos, desde o começo, então tem que ver isso aí, como eles vão se organizar, se é com a Catanorte, se não é, isso eles vão ter que se organizar.

9. É de conhecimento do Ministério Público uma possível recuperação do lixão da vila princesa?

Não, ali fica como compensação de quem vencer o certame licitatório, ali não presta

pra moradia, um reflorestamento, uma área de bosque, não acredito, nosso estudo é que não dar nem pra praça.

Agora teria que fazer uma grande campanha com a população, por que a população não ajuda, a gente já fez varias campanhas, acho que a nossa maior dificuldade vai ser a população separar o lixo, ela não separa nem o seco do úmido. Por quer a Marquise por pior que seja Marquise, a Marquise tem o caminhão que faz a coleta seletiva, só que ela não encontra coleta seletiva.

10. A população talvez não tenha interesse ou não entendeu ainda que existem resíduos que podem ser transformados em dinheiro?

Olha vou te falar uma coisa, agora tem um projeto de fazer coleta seletiva nos condôminos, pra ensina, essas pessoas tem uma compreensão maior, poder aquisitivo pra comprar o saco azul e preto, também não. Então não é questão de nível cultural nada, é assim, é uma coisa absurda. Agora qual a nossa preocupação? É não excluir os catadores desse processo.

A escola poderia ser uma grande parceira para divulgar essas questões ambientais?

Já fizemos campanha durante três (3) anos em vinte (20) escolas. O resultado não foi satisfatório? Nem na própria escola.

Resultado da coleta 2020/1

Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos-SEMUSB

Entrevista realizada na Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos-SEMUSB órgão responsável pelo o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados à área de serviços públicos. Entre os méritos descritos, estão o desenvolvimento urbano, e gerenciamento dos serviços de coleta e destinação do lixo.

1. Porque não tem coleta seletiva em Porto Velho?

Coleta seletiva em Porto Velho ela existe, tanto é que ela teve que ser instituída assim que finalizou a concessão, ainda não tinha esse item, isso em 2010, só que ela foi proposta assim como modelo né, parte de um projeto modelo, começou com três (3) bairros (Conjunto Alphaville zona norte, Conjunto Rio Candeias na zonal sul, e o Ulisses Guimarães na zona leste)".

"Aí depois foi se estendendo para alguns públicos que já vinham atendendo a PNRS para fazer a segregação dos resíduos, então, foi abrangendo, mas os bairros desse quadrilátero da região central né, tipo Olaria, São Cristóvão, Pedrinhas, São João Bosco, mas nessa área central da cidade né, não pode ser estendida para outros bairros por que só foi contratada uma equipe de coleta só, no caso composta de um caminhão um motorista e três (3) coletores.

2. A população recebeu bem essa proposta para separar os resíduos?

Pois é, a nossa população em si ela não tem o habito e nem o costume de segregar os resíduos tanto é que a gente tem uma dificuldade enorme com relação a isso, tanto é que o programa conseguiu mas adesão na parte do Ulisses Guimarães, tanto é que tem presente uma associação de catadores que reside lá e foi feito mais conscientização, então da parte da empresa que a contrata Marquise, ela contratou uma equipe de EA, que unicamente ela faz parte de EA nas escolas Municipais, mais o bairro que mais se teve assim, impacto positivo o Ulisses Guimarães, onde o pessoal tem consciência de segregar os resíduos né.

3. Quantas vezes por ano é promovida atividades de EA nos bairros em Porto Velho?

Como tem essa equipe da empresa que faz EA é para ser mensal né, ela emite um cronograma de atividades em que ela faz as visitas nos órgãos onde são feita as coletas seletivas, onde ela vai verificar se tá sendo feito ou não, se param o porque, se param dando uma justificativa qualquer, então é retirada e colocada para quem tem interesse né.

4. Existe caminhão especifico para realizar a coleta dos resíduos considerados recicláveis?

Sim, é um caminhão diferenciado né, ele tem uma plotagem totalmente diferente do caminhão que faz a coleta de resíduos domiciliares.

5. Qual trabalho está sendo desenvolvido para gerar essa conscientização na população com relação ao lixo para que ela veja como algo que possa gerar renda aos catadores e possa reduzir os impactos ambientais, a SEMUSB tem algum trabalho nessa área?

Olha, a SEMUSB praticamente não possui né de conscientizar a população, a gente tem um projeto de começar primeiramente na secretaria, aí vai parte dos interesses dos órgãos públicos do municipal e do estado também de começar ter uns programas internos né pra gente começar fazer essa parte dos programas externos, tem algumas autarquias tipo sistema FECOMERCIO já tem um programa pra conscientizar os próprios funcionários e servidores e que isso vá se abranger externamente né, tanto na are onde eles moram quanto ali no entorno desses órgãos".

6. Os recursos financeiros são suficientes para construir um aterro sanitário e implantar essa coleta seletiva em todos os bairros de Porto Velho?

Sim, tanto é que tá em tramite uma licitação para se fazer um novo contrato, a gente tá trabalhando, no caso a marquise está através de um acordo judicial né, enquanto não se tem uma nova licitação para qual empresa vai trabalhar com essa parte, tanto a coleta comum quanto a coleta dos resíduos seletivos pra abranger toda cidade.

7. Os problemas dos impactos ambientais podem está relacionados com a sociedade que produz muito resíduo e também não coopera?

Sim, em grande parte, por que, por mais que o serviço seja ainda não dar muita abrangência toda área urbana da cidade né, em muitas partes a população não coopera com essa questão da segregação de resíduos faz a mistura.

8. Ocorre algum problema com empresa que coleta resíduos sólidos que não são seletivos?

Ocorre, por que não tem aquela identificação com a sacola preta que é o comum, a sacola azul transparente que é o de resíduos seletivos.

9. As sacolas especificas para coleta seletiva é a prefeitura que disponibiliza ou a população que compra?

É a população em si, a prefeitura não tem recursos né de fazer essa distribuição, e também tem essa questão do novo contrato, se colocar essa parte, como é uma concessão de 2010 não se colocou essa obrigação do município ou do particular, sobre essa questão, particular tem conforme a legislação.

10. Onze (11) anos depois da criação da LEI 12.305/2010, Politica Nacional de Resíduos Sólidos, que se constituem em um conjunto de regras e diretrizes, o que mudou na deposição adequada e no lixão da vila princesa?

Visualmente mas a questão do lixo a céu aberto né, de passar dias e dias ali, praticamente de passar até semanas, que agora é feito que, assim que os caminhões começam a fazer a deposição ainda tem catadores ali trabalhando na lixeira né, fazendo a coleta de materiais recicláveis, em que quando tem aquele período antes do caminhão da Marquise fazer o transbordo dos resíduos lá dentro do lixão dar esse período para pessoal fazer a separação todinha, após isso o trator passa faz aquele espalhamento e compactação desses resíduos e assim que se acaba o serviço de coleta em que faz o espalhamento e compactação ele faz já a cobertura com terra, ou pode se reaproveitando, botando mais lixão acima e terra também pra justamente quando trator passar não afundar.

11. Do ponto de vista da saúde, a situação de destinação final dos resíduos sólidos, apresenta-se como um problema social a ser enfrentada, qual a proposta para solucionar essa questão?

É desse ponto não posso expor praticamente nada, essa parte já é de impacto, essa parte ambiental é com a secretaria de meio ambiental.

12. Existe calendário da coleta seletiva?

Temos sim, no próprio site da prefeitura tem, foi colocado para a própria pessoa fazer a consulta.

Resultado da coleta 2020/2

Associação Fórum Lixo e Cidadania

1. Como iniciou a implantação da coleta seletiva em Porto Velho pela prefeitura?

A prefeitura através da Marquise começou implantar a coleta seletiva em “alguns bairros”, não sei exatamente quantos bairros mais centrais ao redor do centro. Só que essa coleta seletiva ela foi muito mal preparada, não ouve um trabalho de Educação Ambiental eficiente.

2. Como foi elaborada a logística da coleta seletiva nos bairros de Porto Velho?

“Antigamente” era feito folheto deixa por baixo da porta ou entregava pros moradores explicando, dizendo que ia inicia a coleta seletiva e que era para os moradores iniciarem a coleta em casa que eles passariam, e a passaram a receber um valor diferenciado pela implantação da coleta seletiva, inclusive é um caminhão especifico pra isso.

A marquise passou a entregar esse material recolhido no galpão da cooperativa, mas o problema é que, como não havia feito um trabalho eficiente para sensibilizar a população para fazer essa separação corretamente, então vinha mais rejeitos do que material reciclável, então os catadores no inicio não quiseram mais receber esse material.

3. Qual o resultado do trabalho desenvolvido pela Marquise e pela Prefeitura na coleta seletiva?

Resultado, ainda que alguns cidadãos separavam especificamente e a Marquise recebe também, mas na verdade vinha tudo para o mesmo lugar para o lixão, e mais recentemente a cooperativa parece que voltaram a receber esse material, e ai dentro desse material seleciona e pede para a empresa levar os rejeitos. Mas de qualquer forma eles estão aceitando esse material.

4. Por que até o momento implantar a coleta seletiva não foi bem sucedida pela Marquise e pela Gestão Pública?

Isso mostra como a prefeitura e a própria empesa não se empenha pra qualificar melhor essa coleta seletiva a onde é feito, e que é muito pouco dos resíduos sólidos produzidos no município de Porto Velho, e pra ser mais eficiente, a gente sabe que uma coleta seletiva se fosse feito através da contratação dos catadores pra fazer essa implantação a coleta e a triagem seria muito mais eficiente, por que os catadores sabem fazer esse trabalho muito melhor e como eles fazem visando o produto é o ganha pão deles então eles vão fazer com muito mais dedicação, a população vai compreender muito melhor.

5. Por que em outros estados do Brasil a coleta seletiva tem resultados eficientes?

Isso é referencia de vários municípios de outros estados, onde foi implantada a coletiva com a inclusão das cooperativas de catadores, isso tem demonstrado que a coleta seletiva é mais eficiente quando é feita pelos catadores.

A lei 12.305, dispensa os gestores municipais à necessidade de utilizar a lei 866, que regulamenta as licitações, então, pra contrata os catadores a prefeitura não precisa seguir essa lei 866, ou seja, ela pode contratar a cooperativa, associação uma ou duas sem esse tramite burocrático, ela pode contratar a qualquer hora qualquer momento.

E nós pelo Foro Lixo e Cidadania, entidade que eu coordeno, nós fizemos inclusive anos atrás, já uns cinco seis anos, nós apresentamos uma minuta, um projeto de lei na câmara dos vereadores foi aprovado, dando toda autoridade para qualquer prefeito do município fazer uso dessa lei para contratar os catadores e só que os gestores, não se sensibilizaram para fazer isso dessa forma.

6. Em sua opinião o que impede a prefeitura fazer contratação com as cooperativas de catadores de matérias recicláveis?

Parece que há um comprometimento com empresas que aparentemente é mais cômodo, é mais fácil fazer esse trabalho com empresas, ignorando essa possibilidade com os catadores, sempre que a gente tem reivindicado, eles dizem e prometem que vão fazer essa inclusão, mas passa de gestão em gestão e não se efetiva realmente essa questão da possibilidade de dar condições, mas adequadas e dignas para esse trabalho dos catadores que os catadores já fazem há tanto tempo aqui no município.

Tem as cooperativas no estado, os governos tanto municipais como estaduais poderiam está contratando o serviço das cooperativas incluindo os catadores, como parte integrante das cooperativas.

7. Há quanto tempo às cooperativas esperam por uma contratação dos governos?

É uma luta de muitos anos e a gente vem acompanhando a evolução dessa situação, desde então temos as cooperativas toda legalizada, toda estruturadas, temos as duas associações a ASPROVEL e a UNIDOS PELA VIDA na zona leste que também poderiam ser comtempladas nesses trabalhos, tem lugares que tem inúmeros catadores avulsos, assim como a cooperativa, nas cooperativas nem todos os catadores lá da vila princesa elas são cooperados.

8. Porque existem pessoas que não fazem parte das cooperativas?

Porque uma que algumas pessoas não querem participar de uma organização por que exigi disciplina, comprometimento e aí algumas pessoas preferem trabalhar por conta, e

grande parte inclusive, vende pra sucateiros, os atravessadores, empresas instaladas aqui em Porto Velho que compram essas sucatas dos catadores avulsos em fim comercializam isso.

Alguns vendem pra a cooperativa sem ser cooperado, então, mesmo que eles quisessem se tornar cooperados acontece que a atual estrutura da cooperativa da forma como eles trabalham não comporta mais cooperados do que existe atualmente. A estrutura é precária, o ideal seria como os outros municípios que tem esse trabalho é um galpão decente bem equipado com uma esteira, nessa esteira vai passando o material e aí vários catadores na seleção de material reciclável, outros trabalham na prensa, em fim.

Então, você consegue instalar um processo de trabalho, ali na cooperativa da forma como eles estão trabalhando atualmente isso não é possível, não permite uma que não tem esteira, não tem prensa suficiente, então cada catador marca um horário e se organiza para uso da prensa pra fazer os fardos pra depois poder comercializar, não compensa se não tiver prensado, porque todo material reciclável tem muito volume e acaba dando muito peso, se não prensa, enche o caminhão e o peso é insignificante para o transporte por isso que é fundamental a prensagem do material, seja papelão, plástico ou ferro, metais em fim.

9. Os materiais que são prensados pelos catadores são comercializados em porto velho ou é vendido pra outra cidade?

A cooperativa comercializa direto com indústria recicladoras de São Paulo, Santa Catarina, eles emitem inclusive a nota fiscal, eles não vendem esse material aqui em Porto Velho, tem algum material que no momento inclusive estão em crise o comprador de Ji-Paraná ele não está comprando no momento por que estão devendo para a cooperativa, esse material que era vendido é o plástico fino tipo sacolas de embalagens de eletrodomésticos, plástico bolha e assim por diante, esse tipo de plástico era comercializado aqui no Estado em Ji-Paraná e Vilhena, tinha uma fabrica que beneficiava isso, transformava em mangueiras.

10. Os serviços prestados pelos Catadores na coleta seletiva em Porto Velho tem apoio do poder publico?

Não tem apoio, é tudo por conta deles, sem remuneração do poder publico.

Resultado da coleta 2021/1

Cooperativas Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - CATANORTE

1. A pergunta a seguir buscou saber qual apoio a Cooperava já recebeu do poder Público, Municipal e Estadual para sua implantação ou ampliação da coleta seletiva?

Os únicos apoios que a gente teve ao longo desses 15 anos foi do PT, quando muda de gestão a gente essa dificuldade de conseguir apoio, tudo envolve politica. Envolvendo essas politicas são todos os governadores, prefeitos, e quem faz essas inclusão social dessas pessoas, to falando assim em termo não só Porto Velho mais de estado.

No inicio tinha um programa do Partido dos Trabalhadores-PT trabalharam muito nesse sentido de apoiar essa classe social trabalhadora, na época foi criado a secretaria inclusão sócio produtiva dos catadores, nessa inclusão sócio-produtiva a gente conseguiu um espaço, um galpão de triagem, a gente conseguiu também IPIs, a gente conseguiu elabora um projeto para aquisição de equipamentos e ai, era o apoio que a gente tinha inicialmente, teve mudança de governo a gente não conseguiu mais apoio, até na época do Mauro Nazif conseguimos pouca coisa, ela não conseguiu nos apoiar assim na inclusão sócio produtiva dos catadores.

Referente ao governo Confúcio a gente conseguiu elaborar um projeto que seria o Cata Mais Rondônia, só que as pessoais que tavam a frente não conseguiram, a gente só conseguiu com o governo Federal, (equipamentos e capacitação), só que os gestores não conseguirem realizar o projeto, os gestores se sentiram receoso, porque a gente fez mobilização , fez cobrança e tal, eles criaram outro programa o PROCATADOR que vinha do governo Federal, aí eles não conseguiram levar avante o PROCATADOR, além do PROCATADOR, a gente teve dialogo com o Confúcio governador na época foi criando o Cata Mais Rondônia a única coisa que conseguimos foi um caminhão em 2019 do projeto, aí tinha que ter equipamentos, capacitação, assessoria jurídica, Administrativa ,Ambiental, também isso não rolou porque mudou a gestão, acaba a gestão a gente tem que voltar tudo do zero, porque a gente não tem prioridade nessas demandas.

2. O questionamento a seguir buscou saber o que tem motivado os catadores desenvolverem os suas atividades de coleta seletiva mesmo sem o apoio do município e empresa privada?

O nosso trabalho é um meio de sobrevivência pagar conta, manter família é o nosso ganha pão ali, mesmo agente tendo todas as leis ao nosso favor como a PNRS, a gente

conseguiu fazer uma lei também que prioriza os catadores na coleta seletiva, existe uma lei no municipal que a gente conseguiu construir, só que os caras não apoia, quantas vezes a gente foi falar com o próprio prefeito atual que se reelegeu, com os próprios secretários, porque eles não reconhecem e nem valoriza o nosso trabalho.

3. A seguir foi questionado como é realizada a comercialização dos RSs considerados recicláveis pela cooperativa?

Então ao longo do tempo a gente vem adquirindo bastante credibilidade de algumas indústrias fora dos estados, hoje a cooperativa CATANORTE, é uma cooperativa que mais tem mais volume de material e qualidade também, isso aí a gente adquiriu com formações, orientações, no inicio a gente acabava vendendo para atravessadores, pessoas que trabalham até hoje aqui no município, ficaram milionária a exploração do nosso trabalho, depois que a gente adquiriu esses conhecimentos as documentação necessária a gente conseguiu ter uma qualidade e um volume grande do produto e acabaram procurando a cooperativa, e hoje toda a nossa produção é escoada para outro estado, tem um empresário aqui que ele compra, ele faz o beneficiamento e o grão, mas ele acaba mandando para fora do estado também pelo motivo que não tem como fazer o produto final.

4. Quais equipamentos a cooperativa já adquiriu para fazer a reciclagem?

Os maquinários tem alto custo entendeu? Por isso que na região norte é muito burocrático abrir esses tipos de empresa por que mexe com o meio ambiente, o licenciamento ambiental são caríssimos entendeu? E muitos empresários eles não querem vir pra região, estou falando assim de Rondônia, Acre, Mato Grosso, tem muitos empresários que estão fazendo esse investimento lá. Mias ainda não tem, os grandes polos de reciclagem de beneficiamento dos plásticos em gerais, papelão, metais, fica todo em Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina.

5. A empresa Marquise tem alguma parceria com a cooperativa ?

A gente tem contato com o diretor responsável por ajudar a comunidade em alguns serviços na utilização de equipamentos, e em 2019 quando fechou o lixão eles apoiavam com cesta básica.

6. Quanto ao incentivo para implantar a coleta seletiva à marquise tem estabelecido apoio com a cooperativa?

Não tivemos nada de apoio para desenvolver os trabalhos de coleta seletiva.

7. Qual impedimento a Cooperativa enfrenta para fazer contratação com a SEMA , visto que se a instituição está devidamente documentada para firmar contrato com o município?

Com relação da contratação em si, eles sempre alegam que não tem concorrência, no

inicio eles alegavam que a gente não tinha documentação pra fazer qualquer tipo de contrato com a prefeitura, depois que a gente conseguiu as documentações, eles disseram que não seria possível por que só tem uma cooperativa, não tem outros catadores, não tem com quem concorrer. Então falei pra ele, a gente montou o projeto inicial pra fazer a coleta inicialmente em duas zonas por que a gente não tem como atender uma demanda de 500 mil habitantes, e foi sugerido fazer coleta com 100 mil inicial, e ao longo do tempo a gente vai construindo e coloca mais 100 até atingir todo município, mas a visão não é essa, a visão deles é a contratação de uma empresa que faça a coleta seletiva no município de Porto Velho que eles paguem pra essa empresa e não contratar os catadores de materiais recicláveis, essa é a nossa visão, o que a gente sempre viu, tem que ter uma vontade politica do gestor do município pra ele ter a consciência de implantar uma coleta seletiva com inclusão de catadores, politicamente, então falamos assim, a gente vai divulgar o trabalho de vocês e reelege qualquer gestão publica que estiver no mandato, por que a gente vai fazer uma coleta seletiva porta a porta e quando perguntarem *quem é que está fazendo? É a prefeitura, quem o prefeito?* a repercussão politica a gente consegue e vai contribuir muito, e só depende de vontade politica.

8. Como é realizado a coleta seletiva em outro município de Rondônia que pode servir de modelo para o município de Porto Velho?

Diferente de Porto Velho, Ji-Paraná que tem apoio do munícipio e começaram com projeto que não tinha parceria com a prefeitura com apoio da secretaria do meio ambiente conseguiram equipamentos e estão com uma mega estrutura de coleta seletiva, é uma cooperativa modelo, e só funciona se o município estiver envolvido, eles recebem 27.000 mil reais pra fazer coleta seletiva em 22 bairros de Ji- Paraná.

10. Quantas propostas por meio de documentos foram encaminhadas para o poder público solicitando apoio logístico para efetivar os trabalhos da Cooperativa?

Quanto ao apoio logístico foram varias reuniões, a gente tem até registro disso, por exemplo, na gestão passada a nossa primeira solicitação foi com o secretario Djalhes e depois com o Robson Damasceno, a gente expos tudo solicitou, a gente apresentou pra SEMUSB a gente apresentou dois (2) projetos de coleta seletiva e quem nos prestou acessório foi seu Olavo ele elaborou junto com a [18]Ecoporé e aí a gente já fez varias solicitações, inclusive na do Mauro Naziff, mas que nos apoiou mais a gente teve apoio na gestão do Roberto.

[18] ECOPORÉ. Disponível em: https://ecopore.org.br/novo/ Acesso em 30 de março de 2021.

ANEXOS

Parecer consubstanciado CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Estudos dos Desafios e Impedimentos para a Implantação Efetiva da Coleta Seletiva no Município de Porto Velho/RO.

Pesquisador: ROZANIA VIANA MIRANDA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 13121819.0.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.441.493

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa apresentado por ROZANIA VIANA MIRANDA, aluna no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PPGDRA/UNIR) Fundação Universidade Federal de Rondônia, que será orientada pelo professor Dr. Artur de Souza Moret.

Este projeto apresenta como universo de estudo os atores que atuam no problema apresentado, que podem ser caracterizados por: a)Esfera Federal Responsável pela execução das Leis, localizado a Rua José Camacho, 3307 - Embratel, Porto Velho – RO; b)Esfera Estadual, responsável pelo planejamento orçamento e gestão do Estado, localizado a Rua Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas Porto Velho – RO; c)Esfera Municipal, responsável pela implementação da política de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente do Município, localizado a Rua Dom Pedro II, 826 – Centro Porto Velho – RO; d) Associações de Catadores de Materiais Recicláveis de Rua de Porto Velho, localizado a Rua Osvaldo Moura, 136-396 - Socialista Porto Velho – RO. Serão considerados sujeitos do estudo: Um (1) representante Esfera Federal;Três (3) Esfera Municipal;Um (1) Esfera Estadual;Cinco (5) representantes das Associações de Catadores de Materiais Recicláveis, que serão submetidos à entrevista.

O(A) pesquisador(a) apresenta o desenho do estudo "(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado)": Qualitativo

Objetivo da Pesquisa:

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado)

Objetivo Primário:

Investigar o motivo pelo qual não existe coleta seletiva e destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho-RO, visto que a Lei 12.305 conhecida

como PNRS- Política Nacional de Resíduos foi instituída em 2010.

Objetivo Secundário:

Verificar as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos que estão sendo desenvolvidos para atender todos os bairros de Porto Velho com a coleta seletiva; Analisar as associações dos catadores de materiais recicláveis dentro do ambiente de manejo de resíduos sólidos; Avaliar o nível da educação ambiental da sociedade, quanto à segregação dos resíduos sólidos e posteriormente à coleta seletiva;

Identificar quais projetos está sendo desenvolvido pelo município para a construção do aterro sanitário em Porto Velho-RO.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A) Os riscos de execução do projeto estão claros e bem avaliados pelo pesquisador(a), sendo assim apresentados:

Ressaltamos que tudo o que for gravado será considerado a confidencialidade isto é, não serão divulgado nome, endereço, ou qualquer informação que leve à identificação dos profissionais, não haverá ônus para os entrevistados, serão entrevistadas ao todo 13 pessoas, os riscos para esses participantes serão mínimos, dentre eles: sentir-se constrangido em algum momento da entrevista, por exemplo, revelar aspectos referentes as atividade pública.

B) os benefícios oriundos da execução do projeto justificam os riscos corridos, sendo assim apresentados:

Apontar para caminhos que vislumbram a possibilidade de construir novos hábitos e atitudes quanto à preservação do meio ambiente, tendo a educação ambiental como mediadora para promover, orientar e conscientizar a população do seu papel em relação ao manejo dos resíduos sólidos.

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estruturação do projeto em relação aos aspectos éticos:

(x) Permite análise adequada das questões éticas

( ) Não está devidamente instruído

( ) Requer maior esclarecimento sobre:

a)

b)

c)

Outras observações - (As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado):

A proposta deste trabalho remete a uma abordagem qualitativa que contribui para novas abordagens, e se configura em estudo de caso, cujo objetivo visa buscar saber por que não tem coleta seletiva e destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho - RO. A pesquisa ocorrerá através de procedimento racional e sistemático, a fim de proporcionar respostas aos problemas apresentados, e será realizada por meio de pesquisa de campo. Este projeto apresenta como universo de estudo os atores que atuam no problema apresentado, que podem ser caracterizados por: a)Esfera Federal Responsável pela execução das Leis, localizado a Rua José Camacho, 3307 - Embratel, Porto Velho – RO; b)Esfera Estadual, responsável pelo planejamento orçamento e gestão do Estado, localizado a Rua Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas Porto Velho – RO; c)Esfera Municipal, responsável pela implementação da política de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente do Município, localizado a Rua Dom Pedro II, 826 – Centro Porto Velho – RO; d) Associações de Catadores de Materiais Recicláveis de Rua de Porto Velho, localizado a Rua Osvaldo Moura, 136-396 - Socialista Porto Velho – RO. Serão considerados sujeitos do estudo: Um (1) representante Esfera Federal;Três (3) Esfera Municipal;Um (1) Esfera Estadual;Cinco (5) representantes das Associações de Catadores de Materiais Recicláveis.A produção de informações ocorrerá através de entrevistas individuais semi-estruturadas, por meio de perguntas abertas previamente estabelecidas, os registros serão realizados pela própria pesquisadora, que utilizara como recurso tecnológico gravador para registrar as entrevistas, os atores envolvidos neste estudo terá a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. A opção pela entrevista semi-estruturada ocorreu pela possibilidade de maior flexibilidade, profundidade e reflexão sobre o tema.

Ressaltaremos que tudo o que for gravado será considerado a confidencialidade isto é, não serão

divulgado nome, endereço, ou qualquer informação que leve à identificação dos profissionais, não haverá ônus para os entrevistados. Serão entrevistadas ao todo 10 pessoas, os riscos para esses participantes serão mínimos, dentre eles: sentir-se constrangido em algum momento da entrevista, por exemplo, revelar aspectos referentes as atividade pública. Os resultados obtidos neste estudo serão apresentados aos atores envolvidos na pesquisa. Após as analises coletadas, as gravações serão deletadas definitivamente.Os resultados obtidos neste estudo serão apresentados aos
atores envolvidos na pesquisa. Após as analises coletadas, as gravações será deletada definitiva. A estrutura do estudo prevê sua organização em etapas, a saber:a)A
primeira visa identificar o perfil ocupacional dos entrevistados, nome, tempo de atuação no setor relacionado às atividades, bem como, suas competências; b) A segunda etapa apresenta questões norteadoras relativas ao processo de trabalho e assuntos de relevância para as ações e cumprimento da legislação;c)A terceira que tem por objetivo realizar a qualificação dos atores envolvidos na entrevista sobre assuntos e
procedimentos voltados à área ambiental para a melhoria dos serviços oferecidos. Quanto à interpretação dos dados coletados, a transformação de conteúdo perpassará pela seguinte fase: Analise de discurso de forma técnica detalhando cada resposta para construir informações sobre a atuação dos entrevistados. Face ao exposto, a metodologia mostra-se coerente com o estudo, uma vez que propõe a atuação dos atores entrevistados, a partir do processo de diálogo serão criadas possibilidades de produção e reconstrução de novos saberes sobre a atuação dos participantes do estudo.De acordo com os aspectos éticos, o estudo será realizado após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/ RO, e autorização da equipe multiprofissional, por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

a. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – presente e adequado;

b. Termo de Assentimento Esclarecido (TAE) – não se aplica.

c. Termo de Compromisso para Utilização de Dados e Prontuários (TCUD) – não se aplica.

d. Termo de Anuência Institucional (TAI) – presente e adequadas via: SEDAM, PROMOTORIA DE MEIO DE AMBIENTE; ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE LIXO DE PORTO VELHO; SEMA, apenas;

e. Folha de rosto – presente adequada, assinada pela reitoria UNIR.

f. Projeto de pesquisa completo e detalhado – presente e adequado;

g. Outro (especificar) – declaração dos dados coletados; termo de compromisso do pesquisador.

Recomendações:

Paginar o TCLE para garantir a integridade do documento.

Garantir que todas as páginas sejam rubricadas, no ato do consentimento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomendação de aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

OBSERVAÇÃO: Todos os projetos submetidos ao CEP/NUSAU/UNIR são avaliados com base na Resolução 466/12, Resolução 510/16 (quando pertinente) e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.

PROTOCOLO APROVADO

1.De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo - que permitam ao CEP acompanhar o desenvolvimento do projeto. Esses relatórios devem conter as informações detalhadas - naqueles itens aplicáveis - nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011: conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.htm, bem como deve haver menção ao período a que se referem. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento.

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1261508.pdf	29/06/2019 22:32:13		Aceito

Prot. Web. 1801. 026491/2019 0028. 079624/2019-60

PROTOCOLO SEDAM
RECEBIDO POR:
Ana Claudia
EM: 25/02/19 HORA 13:32

UNIR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E EXATAS E DA TERRA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

CARTA DE ANUÊNCIA

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada: O Estudo dos Desafios e Impedimentos para a Implantação Efetiva da Coleta Seletiva no Município de Porto Velho, cuja responsável é a acadêmica Rozania Viana Miranda matriculada no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PPGDRA/UNIR) Fundação Universidade Federal de Rondônia, matrícula 20182000335. A mestranda é a responsável pela pesquisa está sendo orientada pelo professor Dr. Artur de Souza Moret. O objetivo do estudo é buscar saber por que não tem coleta seletiva e destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho – RO. Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo. Na certeza de contarmos com o apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental **(SEDAM)** Porto Velho/RO.

Porto Velho, 25 de fevereiro de 2019.

Rozania Viana Miranda
Rozania Viana Miranda
Pesquisadora Responsável pelo Projeto

(X) Concordamos com a solicitação ( ) Não concordamos com a solicitação

Edgar Menezes Cardoso
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental **(SEDAM)**

UNIR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E EXATAS E DA TERRA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

CARTA DE ANUÊNCIA

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada: O Estudo dos Desafios e Impedimentos para a Implantação Efetiva da Coleta Seletiva no Município de Porto Velho, cuja responsável é a acadêmica Rozania Viana Miranda matriculada no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PPGDRA/UNIR) Fundação Universidade Federal de Rondônia, matrícula 20182000335. A mestranda é a responsável pela pesquisa está sendo orientada pelo professor Dr. Artur de Souza Moret. O objetivo do estudo é buscar saber por que não tem coleta seletiva e destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho – RO. Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo. Na certeza de contarmos com o apoio da Secretaria Municipal de Integração **(SEMA)**, Porto Velho/RO.

Porto Velho, 25 de fevereiro de 2019.

Rozania Viana Miranda
Rozania Viana Miranda
Pesquisadora Responsável pelo Projeto

(X) Concordamos com a solicitação ( ) Não concordamos com a solicitação

Robson Damasceno

Robson Damasceno Silva
Secretaria Municipal de Integração **(SEMA)**

Recebi o original
Em 25/02/19
SEMA
Karolini Borges
12:03

UNIR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E EXATAS E DA TERRA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

CARTA DE ANUÊNCIA

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada: O Estudo dos Desafios e Impedimentos para a Implantação Efetiva da Coleta Seletiva no Município de Porto Velho/RO, cuja responsável é a acadêmica Rozania Viana Miranda matriculada no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PPGDRA/UNIR) Fundação Universidade Federal de Rondônia, matrícula 20182000335. A mestranda é a responsável pela pesquisa está sendo orientada pelo professor Dr. Artur de Souza Moret. O objetivo do estudo é buscar saber por que não tem coleta seletiva e destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho – RO. Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo. Na certeza de contarmos com apoio da Associação de Catadores de lixo de Porto Velho/RO

Porto Velho, RO 27/2/2019.

Rozania Viana Miranda
Rozania Viana Miranda
Pesquisadora Responsável pelo Projeto

(X) Concordamos com a solicitação ( ) Não concordamos com a solicitação

Adailton Francisco da Silva
Adailton Francisco da Silva
Associação de Catadores de lixo de Porto Velho/RO

UNIR

MP-RO 744257180219

Ministério Público do Estado de Rondônia
RECEBIDO
Data: 25/02/19 às: 12:5
Assinatura

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

NÚCLEO DE CIÊNCIAS E EXATAS E DA TERRA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

CARTA DE ANUÊNCIA

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada: O Estudo dos Desafios e Impedimentos para a Implantação Efetiva da Coleta Seletiva no Município de Porto Velho, cuja responsável é a acadêmica Rozania Viana Miranda matriculada no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PPGDRA/UNIR) Fundação Universidade Federal de Rondônia, matrícula 20182000335. A mestranda é a responsável pela pesquisa está sendo orientada pelo professor Dr. Artur de Souza Moret. O objetivo do estudo é buscar saber por que não tem coleta seletiva e destinação final dos resíduos sólidos em Porto Velho – RO. Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo. Na certeza de contarmos com o apoio da Promotoria de Meio Ambiente em Porto Velho/RO.

Porto Velho, 25 de fevereiro de 2019.

Rozania Viana Miranda
Pesquisadora Responsável pelo Projeto

(✓) Concordamos com a solicitação ( ) Não concordamos com a solicitação

Drª. Aide Maria Moser Torquato Luiz
Responsável pela Promotoria de Meio Ambiente

Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos-SEMUSB

CARTA DE ANUÊNCIA

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada: Os Desafios e Impedimentos para a Implantação da Coleta Seletiva no Município de Porto Velho/RO, cuja responsável é a acadêmica Rozania Viana Miranda matriculada no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PPGDRA/UNIR) Fundação Universidade Federal de Rondônia, matrícula 20182000335. A mestranda está sendo orientada pelo professor Dr. Artur de Souza Moret. Objetivando investigar a inexistência da coleta seletiva e a destinação final dos resíduos sólidos no Município de Porto Velho – RO. Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo. Na certeza de contarmos com apoio da Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB, Porto Velho/RO.

Porto Velho, RO 20/12/2019.

Rozania Viana Miranda

Rozania Viana Miranda

Pesquisadora Responsável pelo Projeto

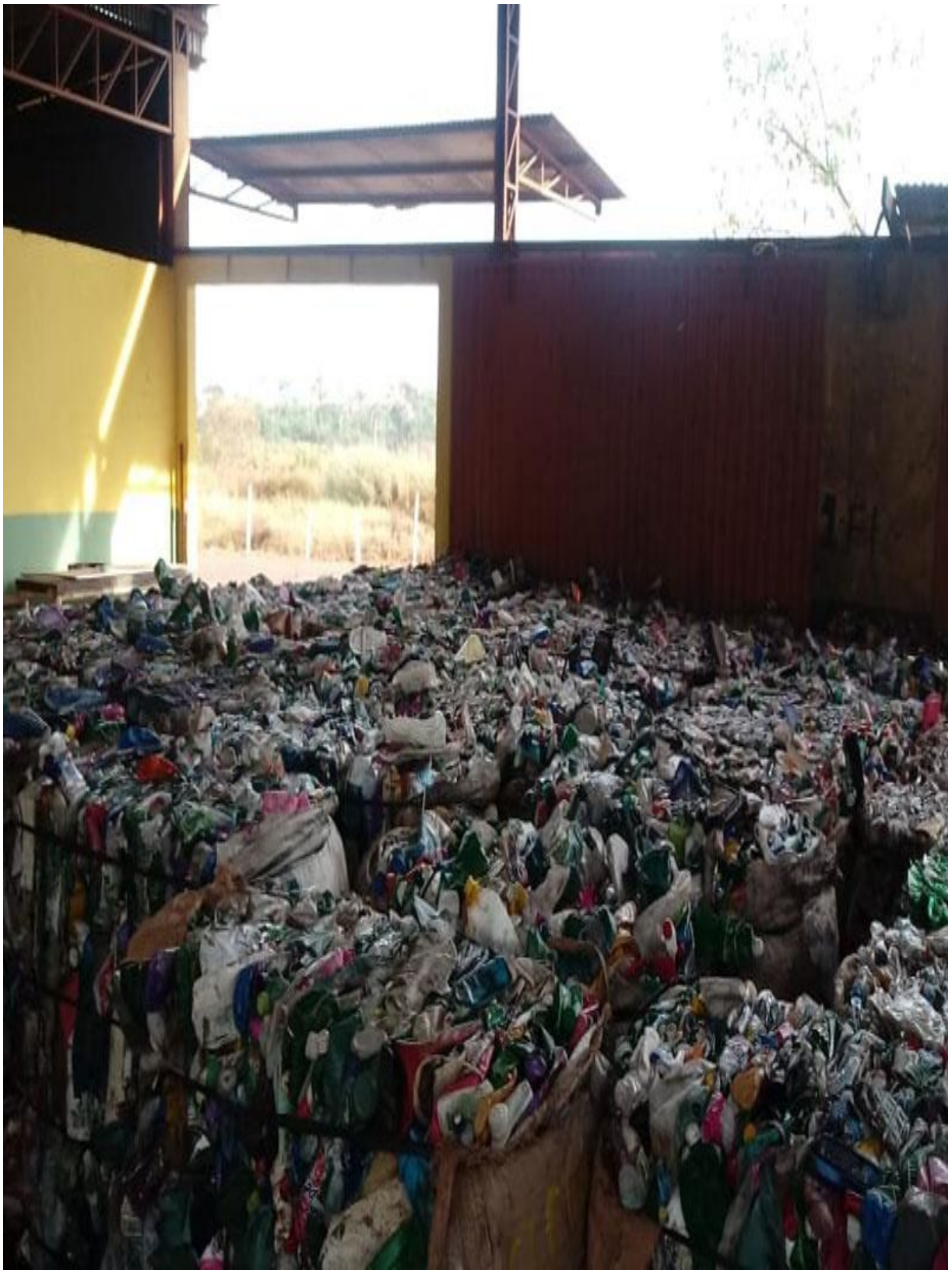
(X) Concordamos com a solicitação ( ) Não concordamos com a solicitação

Wellem Antônio Prestes Campos

SEMUSB- Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos-Prefeitura de Porto Velho/RO

SEMUSB
RECEBIDO
20/12/19
ASS: Nazinha
HORA: 09:00

Galpão da Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Reciclaveis-2020



Fonte: CATANORTE- (2020).

Galpão da Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Reciclaveis-2020

Fonte: CATANORTE- (2020)

Veiculo da Cooperativa utilizado para transportar os materiais recicláveis

Fonte: CATANORTE- (2020).

Passeata dos Catadores e Catadoras de Rondônia contra a carbonização do lixo urbano

[19]Fonte: CATANORTE- (2019).

[19]Disponível em < http://www.catanorte.com.br/2019/04/08/catadores-de-rondonia-lutam-contra-a-carbonizacao-do-lixo-urbano/> Acesso em 11 de abril de 2021.